

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ANGELO RICARDO MARCOTTI

**ATRATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM
A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ – PARANÁ**

MARINGÁ

2013

ANGELO RICARDO MARCOTTI

**ATRATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM
A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ – PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Análise Regional e Ambiental, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Luzia de Souza
Co-orientador: Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes

MARINGÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central – UEM, Maringá – PR., Brasil)

M321a	<p>Marcotti, Angelo Ricardo</p> <p>Atratividade turística na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí - Paraná / Angelo Ricardo Marcotti. -- Maringá, 2013. 116 f. : il. color.</p> <p>Orientador: Prof.a Dr.a Marta Luzia de Souza. Co-orientador: Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.</p> <p>1. Paraná, Noroeste - Potencialidades turísticas. 2. Rio Ivaí - Planície aluvial - Potencialidades turísticas. I. Souza, Marta Luzia de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p>CDD 22.ed.918.162</p>
-------	--

ATRATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE
ALUVIAL DO RIO IVAÍ - PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Análise Ambiental.


Aprovada em **30 de setembro de 2013.**

BANCA EXAMINADORA



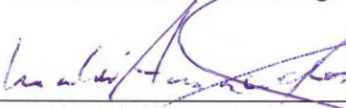
Prof.^a Dr.^a Marta Luzia de Souza
Orientadora - UEM

Universidade Estadual de Maringá



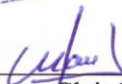
Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes
Co-orientador

Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva
Membro convidado

UFGD



Prof. Dr. Marcos Clair Bovo
Membro convidado

UNESPAR/ Campo Mourão

*Aos meus pais, Angelo e Leonilda,
por terem me ensinado que Ser
é melhor do que ter.*

*À companhia sempre agradável do
Campeão, da Munique, da Edwiges e da Belinha.*

AGRADECIMENTOS

Aos oito anos de idade, eu gostava de sentar à mesa para fazer a tarefa de casa enquanto minha mãe arrumava a cozinha. Os exercícios de matemática eram os mais difíceis, não conseguia resolvê-los. Para isso, sempre pedia a ajuda dela, que sentava ao meu lado para me auxiliar.

Aos dezoito anos, terminei os estudos em minha cidade e me mudei para Campo Mourão, dando início ao curso de Turismo e Meio Ambiente. Uma noite, me lembro de ter telefonado para minha mãe e comentado como estava sendo difícil fazer algumas análises de textos para uma disciplina. Foi quando ela me lembrou das tarefas de casa que eu fazia sentado à mesa onde ela me ajudava, mas que naquele momento, ela não conseguiria me ajudar nas tarefas da faculdade.

Ao me lembrar desse fato, ela me fez entender quanto eu já tinha progredido no conhecimento, me fez entender também que a vida é composta por fases, e que a nova fase é uma correção de fases anteriores e que será corrigida também.

Resolvi ser professor, mesmo sabendo de todos os obstáculos que encontraria na profissão. Talvez, essa decisão tenha vindo do inconsciente. Talvez faça parte da minha natureza, pois eu sempre procurei dar muito valor para aquelas pessoas que me auxiliaram no crescimento pessoal, e da mesma forma, sempre procurei retribuir tudo aquilo que me foi proporcionado, com seriedade, lealdade e gratidão.

Ao terminar essa dissertação, vejo que consegui terminar mais uma fase da vida. Foi uma tarefa difícil. Notei que para que isso se realizasse, diversos esforços contribuíram e merecem meu profundo agradecimento:

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, formado pelo conjunto de todos os professores por oportunizar a realização desse aperfeiçoamento.

À minha orientadora, profa. Dra. Marta Luzia de Souza, por ter-me orientado sempre com sinceridade, compreensão e acima de tudo profissionalismo.

Ao prof. Dr. Cesar Miranda Mendes, por ter aceitado o desafio da co-orientação e pela importante contribuição.

Ao prof. Dr Charlei Aparecido da Silva, que o encontrei pelas pesquisas bibliográficas, depois o conheci pessoalmente e tive a honra de tê-lo como defesa pública desse trabalho.

Ao professor Dr. Nelson Vicente Lovatto Gasparetto, pelas contribuições nas atividades de campo.

Aos professores da banca de qualificação, Dr. Edison Fortes e Dr. Bruno Domingos de Angelis, pelas sugestões apresentadas ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, das diversas disciplinas de que pude participar como aluno, que me ajudaram no crescimento acadêmico e científico: Dr. Edison Fortes, Dra. Deise Regina Elias de Queiroz, Dra. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira e Dra. Márcia Siqueira de Carvalho.

À secretária da Pós-Graduação, Mírian de Carlos, pela ajuda, paciência e compreensão durante todo este período.

Aos professores da Fecilcam, que me auxiliaram nas duas graduações, em especial a Adélia Aparecida de Souza Haracenko, Ana Paula Colavite, Antonio Carlos Aleixo, Aurea Andrade Viana de Andrade, Beth Labes, Carlos Nilton Poyer, Edson Noriyuko Yokoo, Eloisa Silva de Paula, Jefferson de Queiroz Crispim, José Antonio da Rocha, Marcos Clair Bovo, Maurício Meurer, Sandra Carbonera Yokoo, Sônia Okido Rodrigues, Zilda Ferreira Leandro.

À grande amiga Ricardina Dias, companheira de viagens a Maringá, incentivadora, otimista e dinâmica.

Aos amigos que fiz na pós-graduação, Cássia Maria Bonifácio e Marcel Hideyauki, por toda compreensão, companheirismo e ajuda.

As colegas de trabalho, Neusa Ciríaco Coppola, Cler Silva, Madalena Pires, Maria Melo, Sarah Caroline e Josieli dos Santos, por toda a compreensão.

Aos amigos Marcos Jardel Henriques e Oilson Alberto Gonzatto Júnior, pela ajuda durante todo este período, tendo paciência e sendo muito mais que amigos, em todos os momentos.

“Ao tomar uma decisão de menor importância, eu descobri que é sempre vantajoso considerar todos os prós e contras. Em assuntos vitais, no entanto, tais como a escolha de um companheiro ou profissão, a decisão deve vir do inconsciente, de algum lugar dentro de nós. Nas decisões importantes da vida pessoal, devemos ser governados, penso eu, pelas profundas necessidades íntimas da nossa natureza.”

Sigmund Freud

*“Ilha não é só um pedaço de terra cercado de água por tudo quanto é lado.
Ilha é qualquer coisa que se desprende de qualquer continente.
Por exemplo: um garoto tímido abandonado pelos amigos no recreio é uma ilha.
Um velho que esperou a visita dos netos no Natal e não apareceu ninguém, é uma ilha.
Até um cara assoviando leve, bem humorado, numa rua cheia de trânsito e stress, é uma ilha.
Tudo na gente que não morreu, cercado por tudo o que mataram, é uma ilha.
Toda ilha é verde. Uma folha caindo é ilha cercada de vento por tudo quanto é lado.
Até a lágrima é ilha, deslizando no oceano da cara.”*

Oswaldo Montenegro

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo principal de realizar um levantamento do potencial turístico de oito municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí, localizados na região Noroeste Paranaense, sendo eles: Douradina, Icaraíma, Ivaté, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Tapira. No presente estudo, foi utilizada a pesquisa de campo com entrevistas para investigar a organização do Estado como agente no processo de organização turística municipal e regional, além de identificar formas de exploração turísticas já praticadas. Realizou-se o levantamento quantitativo e qualitativo dos principais componentes da oferta turística favoráveis à prática e ao desenvolvimento do turismo. Também foi utilizado o mapeamento geoambiental como forma de interpretação dos atrativos naturais. A avaliação dos dados evidenciou uma área com pouca influência do Estado no fator turismo, constatando-se que apenas dois municípios apresentaram secretarias municipais oficiais para o turismo. Em nível regional, quatro municípios apresentaram parcerias junto à Rede de Turismo Regional, órgão que responde pela Instância de Governança do Turismo no Noroeste do Paraná. Até o ano de 2012, nenhum dos municípios realizou o Inventário da Oferta Turística e foram identificadas a pesca amadora no rio Ivaí e diversos eventos populares nos outros municípios. Quanto à oferta turística, constatou-se que existem deficiências na maioria dos setores, não cumprindo os propósitos para o uso turístico, limitados a atender as expectativas mínimas dos visitantes. Sobre os atrativos turísticos, alguns eventos ocorrem em abrangência local e regional, onde a organização é realizada pela comunidade local. Sobre os atrativos naturais, o mapeamento geoambiental auxiliou na compartimentação do território e evidenciou cinco zonas propícias a diversas práticas de turismo, como a hidrografia favorável ao turismo náutico, as áreas de vegetação com formações florestais propícias a diversos segmentos do turismo relacionados ao patrimônio natural.

Palavras-chave: Potencialidades turísticas; Noroeste do Paraná; Rio Ivaí.

ABSTRACT

This research had as the main objective to realize a lifting of the tourist potential from eight surrounding municipalities with the floodplain of the Ivaí river, located in Paranaense northwest region, they are: Douradina, Icaraíma, Ivaté, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica and Tapira. In the present study, it was used the field research with interviews to search the organization of the State as an agent in the process of regional and municipal tourist organization, Besides identifying the tourist exploitations forms already practiced. It was realized the quantitative and qualitative lifting of the main components of the tourist offer favorable to the practice and the development of the tourism. It was also used the geoenvironmental mapping as an interpretation form from the natural attractive. The evaluation of the data showed an area with few influence of the State in the tourism factor, noting that only two towns owned official municipal office for tourism. In a regional level four towns owned partnerships along with the Regional Tourism Net, public organization that reports to the Governance Instance of the Tourism in the Northwest of Paraná. Until 2012, none of the municipalities realized the Inventory of the Tourist Offer, and it was identified the amateur fishing in Ivaí river and several popular events in other municipalities. In relation to the tourist offer, it was found disabilities in most of the sectors, not accomplishing the purposes for the tourist usage limited to attend the minimum expectations of the visitors. In relation to the tourist attractive, the events occur in a local and regional coverage, where the organization is realized by the local community. In relation to the natural attractive, the geoenvironmental mapping helped in the subdivision of the territory and it was identified five favorable zones to several tourism practices, such as the favorable hydrography to the nautical ridings, vegetation areas with forest formation favorable for several tourism segments related to the natural patrimony.

Keywords: Tourist Potentialities; Northwest of Paraná; Ivaí River.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	36
Figura 2: Hipsometria dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	38
Figura 3: Mapa morfoescultural da região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí	39
Figura 4: Rio Ivaí na divisa entre os municípios de Santa Cruz de Monte Castelo e Ivaté/PR	40
Figura 5: Cobertura vegetal nas proximidades da planície aluvial do rio Ivaí, trecho entre Ivaté e Icaraíma/PR	41
Figura 6: Localização da ocupação indígena nos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí	43
Figura 7: A – Vista área de Querência do Norte em 1953. B – Primeiro terminal rodoviário de Querência do Norte.....	47
Figura 8: Primeiro hotel construído em Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná	48
Figura 9: Evolução da população nos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí – 1960 a 2010	50
Figura 10: Fluxos migratórios inter-regiões no Paraná 1970 a 2000	52
Figura 11: Divisão dos lotes rurais na região Noroeste do Paraná.....	54
Figura 12: Distribuição do uso da terra em hectares na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	56
Figura 13: Principais produtos da agricultura na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	57
Figura 14: Desenho esquemático da comparação entre plantio de cana-de-açúcar na região dos municípios lindeiros da planície aluvial do rio Ivaí, no período de 2003 a 2012.....	58
Figura 15: Grau de urbanização na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí	59
Figura 16: Principais ocupações da população de acordo com as atividades econômicas na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	60
Figura 17: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí/PR	61
Figura 18: Organização do poder público relacionado ao turismo na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí	79
Figura 19: A - Rodovia PR 580, trecho entre Ivaté e Umuarama. B – Balsa do rio Ivaí, Pontal do Tigre/PR	80
Figura 20: Terminal rodoviário da cidade de Santa Isabel do Ivaí/PR.....	81
Figura 21: Centro de Apoio ao Turismo em Santa Isabel do Ivaí/PR.....	81
Figura 22: Área de lazer do Hotel Porto Camargo, distrito de Porto Camargo, em Icaraíma/PR	83
Figura 23: Hotel Arenito, em Santa Isabel do Ivaí/PR.....	84

Figura 24: Recinto do Rodeio "Dr. Oswaldo Formighuere", em Douradina/PR	87
Figura 25: Mapeamento das áreas de interesse ecológico na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí	91
Figura 26: Cachoeira do rio 215, divisa dos municípios de Ivaté e Icaraíma/PR.....	92
Figura 27: Carta clinográfica da região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	93
Figura 28: Mapeamento geológico e geomorfológico da planície aluvial do rio Ivaí.....	95
Figura 29: Área de pastagem com criação de gado e fragmentos florestais no município de Santa Isabel do Ivaí/PR	96
Figura 30: Monumento ao Índio, em Icaraíma/PR	97
Figura 31: Planície nas proximidades da foz do rio Ivaí no rio Paraná.....	98
Figura 32: Zoneamento ambiental para fins turísticos na região dos municípios lindeiros com na planície aluvial do rio Ivaí	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição do uso da terra em hectares no Noroeste do Paraná	55
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Zoneamento ambiental para fins turísticos no município de Brotas – SP.....	35
Quadro 2: Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras.....	63
Quadro 3: Critérios quantitativos para priorização de atrativos no desenvolvimento da atividade turística.....	65
Quadro 4: Ficha técnica de análise turística aplicada na região Corredores das Águas.....	66
Quadro 5: Ficha técnica de avaliação de variáveis turísticas aplicada na região Corredores das Águas.....	67
Quadro 6: Ficha técnica de pontuação geral de variáveis turísticas aplicada na região Corredores das Águas.....	67
Quadro 7: Matriz de avaliação do potencial turístico na região dos municípios limdeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.....	68
Quadro 8: Avaliação da organização pública do turismo em nível local e regional.....	76
Quadro 9: Avaliação dos serviços e equipamentos turísticos.....	82
Quadro 10: Avaliação dos eventos como atrativos turísticos.....	86

LISTA DE SIGLAS

AFUNGAZ - ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA GAZIN
AMUSEP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE
BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CICATUR/OEA - CENTRO INTERAMERICANO DE CAPACITAÇÃO TURÍSTICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
COBRINCO – COMPANHIA BRASILEIRA DE COLONIZAÇÃO
CODESUL - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
COMAFEN – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ
CORIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DO REMANESCENTE DO RIO PARANÁ E ÁREAS DE INFLUÊNCIA
CTNP - COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
DSG - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO
EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMBRATUR – EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO
FEB - FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA
FEPEINA - FESTA DO PEÃO DE DOURADINA
GERCA/IBC – GRUPO EXECUTIVO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ
IAPAR - INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ITCG – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS
MINEROPAR - MINERAIS DO PARANÁ
MST – MOVIMENTO DOS SEM TERRA
OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
PNT - PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO
REGIC - REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES
RETUR – REDE DE TURISMO REGIONAL
RPPN – RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL
SAD69 – *SOUTH AMERICAN DATUM*
SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SIG - SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS
SRTM - *SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHY MISSION*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2 AS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E GEOGRAFIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	20
2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E TURÍSTICO.....	21
2.2 ESTUDOS DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	26
2.3 O MAPEAMENTO GEOAMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA AS REPRESENTAÇÕES NO TURISMO.....	29
3 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ	36
3.1 LOCALIZAÇÃO E RECORTE GEOGRÁFICO	36
3.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-NATURAL	37
3.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	41
3.4 USO DA TERRA	53
3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO	59
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O LEVANTAMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO	63
4.1 AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO.....	63
4.2 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ.....	68
4.3 TRABALHO DE CAMPO.....	68
5 TURISMO E PERSPECTIVAS NA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ	73
5.1 ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO REGIONAL E LOCAL.....	73
5.2 INFRAESTRUTURA DE APOIO	80
5.3 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	82
5.4 OS EVENTOS COMO ATRATIVOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO	86
5.5 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA ORIGINAL E ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA FINS TURÍSTICOS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO	112
APÊNDICES	114

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o turismo tem se revelado como uma das atividades econômicas que mais gera riquezas no mundo, destacando-se por envolver diversos setores econômicos, representando 7,5% do PIB mundial e gerando cerca de 6% a 8% dos empregos no mundo, segundo a OMT (2011). Em relação ao Brasil, as pesquisas do Ministério do Turismo em 2012 informam que o Paraná ocupou, em 2011, o terceiro lugar como portão de entrada de turistas estrangeiros no Brasil, registrando mais de 750 mil passageiros, com crescimento de mais de 40% no período de 2003 a 2011. A Secretaria de Turismo do Estado do Paraná (2012) informa que, nos dias atuais, cerca de treze milhões de pessoas viajam no Paraná tendo como gasto médio de 62 dólares por dia.

Uma das principais relações existentes do Turismo com a Geografia é que o Turismo exerce relevante influência modeladora na transformação, na configuração e no consumo do espaço geográfico, por meio do deslocamento de pessoas, criando relações sociais entre residentes e turistas. O turismo possibilita a construção de novos territórios e de novas territorialidades, promovendo a melhoria na infraestrutura de transportes, energia, comunicação, saneamento básico, entre outros setores. Em geral, essa atividade procura a conservação de ambientes naturais e a criação de áreas para lazer, assim estimulando a melhoria em serviços de hotelaria, alimentação e lazer. Por outro lado, pode, porém, realizar alterações ambientais, mudanças em costumes e na cultura local.

Sendo assim, esta dissertação é norteada por conceitos relacionados a potencialidades turísticas sob a luz da Geografia. Para isto se considerou a ideia postulada por Cruz (2006), em que o Espaço é a matéria-prima do Turismo, existindo um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos, uma vez que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica. Sob esta ótica, esta pesquisa promove discussões sobre as ações planejadas necessárias para um desenvolvimento da atividade turística na área de estudo.

Face ao exposto, objetivou-se a realizar o levantamento do potencial turístico na planície aluvial do rio Ivaí, que é circundada pelos municípios de Douradina, Icaraíma, Ivaté, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Tapira, localizados no Noroeste do Estado do Paraná, procurando determinar o papel da atividade turística no processo de organização do espaço. Foi, portanto, necessário realizar outros objetivos secundários, ou seja, a investigação das políticas públicas e a participação do

Estado como agente no processo de desenvolvimento turístico municipal e regional. Assim também foi necessário identificar as formas de exploração turística já praticadas, inventariando-se os atrativos turísticos naturais e os eventos permanentes, a infraestrutura dos meios de acesso a cada município e os serviços e equipamentos existentes de hospedagem, gastronomia, transportes, agenciamento e eventos.

Entende-se que o processo de fomento de áreas turísticas, de regionalização e de criação de roteiros possui vínculo direto com a ação do poder público e/ou da iniciativa privada em âmbito nacional, regional e, principalmente, local, onde a disponibilidade de recursos, de equipamentos e de serviços específicos exerce influência no planejamento, no desenvolvimento e na administração da atividade turística. Outro fator importante relaciona-se com a implantação de políticas públicas ligadas ao turismo, somadas com a eficiência da administração pública no gerenciamento da atividade turística.

De modo geral, as ações de planejamento turístico são de responsabilidade do Estado, determinadas por políticas públicas em nível federal, estadual, regional e local. Em casos específicos de destinos receptivos, no entanto, onde a atividade turística possui um maior grau de desenvolvimento, o planejamento do turismo possui maior participação da iniciativa privada.

Nota-se, nesse contexto, a necessidade de uma maior contribuição científica, principalmente da Geografia, para os estudos de planejamento e potencialidades turísticas, auxiliando na descentralização dos destinos turísticos. Esses estudos ainda se apresentam escassos na área que está inserida no corredor de potencialidade turística, determinado nos planos regionais de desenvolvimento estratégico para o Estado do Paraná.

Desta forma, a dissertação está dividida em cinco partes. A primeira parte é a introdução, onde são apresentados à problemática da pesquisa, os objetivos propostos, bem como as hipóteses e as justificativas levantadas.

A segunda parte explana sobre a pesquisa bibliográfica utilizada para fundamentar a dissertação nas relações entre o Turismo e a Geografia, discutindo conceitos relacionados à formação do espaço geográfico e do espaço turístico, bem como das formas como o turismo proporciona a formação de novos territórios por meio da ação política dos agentes turísticos, explicando também aspectos do processo de transformação das potencialidades turísticas em produtos turísticos. Por fim, é apresentada a importância do mapeamento geoambiental como ferramenta para os pesquisadores de Turismo e Geografia na representação cartográfica e espacial, na identificação, descrição, planejamento e gestão dos atrativos naturais.

A terceira parte consiste numa caracterização geográfica da área de estudo, apresentando a sua localização, a caracterização físico-natural, o processo histórico de produção do território por meio da dinâmica e a evolução do uso e acesso à terra e, por último, a descrição do desenvolvimento geoeconômico dos municípios que compõem a área de estudo.

A quarta parte apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, onde foi necessário a realização da pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo para a coleta de dados e a aplicação de entrevistas estruturadas, divididas em três grupos. O primeiro grupo diz respeito aos dados da organização pública municipal, obtidos junto aos responsáveis pelo turismo nos municípios. O segundo grupo refere-se aos dados referentes às políticas públicas do turismo em nível regional, sendo dados coletados junto à Rede de Turismo Regional, órgão que responde pela Instância de Governança do Turismo no Noroeste do Paraná. Por fim, o último grupo refere-se à aplicação dos formulários do Inventário da Oferta Turística para levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo. Em seguida, procedeu-se à classificação e à organização dos dados levantados e também à elaboração dos documentos cartográficos de toda a dissertação.

A quinta e última parte apresenta o diagnóstico turístico da área de estudo. É exposta a situação da organização pública dos municípios e também são explicitadas as ações planejadas em forma de políticas públicas, orientadas pelo governo do Paraná para o fomento da atividade turística na região. São expostos também o diagnóstico da situação dos serviços e equipamentos turísticos e as principais formas de turismo praticadas nos municípios. Por fim, é demonstrado o levantamento geoambiental, que exprime os atrativos naturais potenciais da região, onde são apresentadas propostas de zoneamento ambiental para fins turísticos.

2 AS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E GEOGRAFIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Sabe-se que o deslocamento de pessoas sobre o espaço é uma prática realizada por diversas civilizações antigas. Esses deslocamentos humanos, inicialmente, eram motivados pela necessidade básica de sobrevivência, e, depois pelo comércio de mercadorias, quando os povos fenícios, saindo da sua região de fixação, realizavam relações comerciais. Para Swarbrooke e Horner (2002) o início das viagens motivadas pelo lazer tenha surgido na Grécia Antiga, século VIII a.C., quando as pessoas viajavam para assistir aos jogos olímpicos.

Entretanto, foi apenas no século XVII que o termo "turismo" foi criado, designando um tipo de viagem especial. A palavra *tour*, de origem francesa, quer dizer volta. Diferencia-se do termo "viagem", que significa apenas o deslocamento de pessoas. O conceito de turismo implica a existência de uma infraestrutura e de uma superestrutura jurídico-administrativa, segundo Barreto (2003).

De acordo com Silva e Perez Filho (2007), em cada momento histórico percebe-se que o turismo é uma atividade que reflete condições sociais, políticas, econômicas e culturais sobre a sociedade, favorecendo o seu desenvolvimento. Assim, da mesma forma que o turismo tem a capacidade de influenciar a sociedade, também tem a de ser influenciado pela sociedade, sendo que o grau de complexidade envolvido em sua reprodução e desenvolvimento é tamanho que não é possível entendê-lo apenas a partir da forma etimológica, mas sendo necessário entender seus mecanismos, sua dinâmica, e de como a atividade é capaz de produzir territórios e organizar espaços específicos a partir da apropriação de áreas naturais e de patrimônios histórico-culturais.

Nesse sentido, o turismo nos dias atuais pode ser entendido como uma atividade produtiva, constituindo-se em um reflexo das transformações que se desenvolveram no modo de produção capitalista, interferindo em condições espaciais, sociais, culturais, políticas, ambientais e econômicas de diversas localidades. Entende-se que a relação existente entre o Turismo e a Geografia reside no fato de que o deslocamento espacial se situe no centro da prática social do turismo.

Castro (2006) explica que o interesse da Geografia pela dimensão espacial do turismo remonte ao século XIX, tempos em que, à medida que a produção do conhecimento da abordagem geográfica do turismo se desenvolveu permeada pelo desenvolvimento da produção do conhecimento geográfico. A autora relata sobre a obra de Kohl, datada do ano de 1841, e que tratava da força transformadora sobre o meio natural que o deslocamento de

peças realiza em um determinado lugar. Posteriormente, o conceito de Geografia do Turismo – *Fremdenverkehrsgeographie* – atribuído ao geógrafo austríaco Strader, em obra de 1905, demonstrava o interesse pelos efeitos positivos na balança de pagamentos e das diferentes motivações que levavam as pessoas a viajarem (CASTRO, 2006).

Para Costa, Ribeiro e Tavares (2004), a relação entre o Turismo e a Geografia parte de três principais premissas, sendo que a primeira estaria ligada aos estudos da produção dos espaços turísticos, uma vez que a Geografia entende o Turismo como uma atividade de produção econômica e política; a segunda relaciona-se aos estudos sobre o deslocamento das pessoas do seu local de moradia até o destino turístico, o que resulta em transformações nesses ambientes; por último, uma vertente ligada aos estudos sobre as representações espaciais das áreas turísticas, tendo a viagem como princípio da atividade turística.

Nesse sentido, a fundamentação teórica procura elucidar conceitos relacionados à produção do espaço pela atividade turística, os estudos de potencialidades e o mapeamento geoambiental como ferramenta de planejamento turístico.

2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E TURÍSTICO

Corrêa (1986) assevera que, por meio das relações de trabalho, o homem passa a intervir na natureza para suprir suas necessidades materiais humanas de sobrevivência. Dessa forma, estabelecem-se as relações sociais com a natureza, o modo de produção e a forma de distribuição dessa produção, surgindo, dessa forma, os sistemas socioeconômicos e socioespaciais:

A partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio, verifica-se uma ação de intervenção na natureza. Do caráter social, envolvendo um trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do quê, quanto e como será a produção. E ainda de que jeito reparti-la. Surgem então relações sociais que têm sua essência na produção. É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza. (CORRÊA, 1986, p. 54).

O autor explica que, nessas relações, “[...] a natureza primitiva transformada em segunda natureza, para empregar uma expressão de Marx [...] a organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social” (CORRÊA, 1986, p. 54).

Levando-se em considerações os argumentos de Santos (1996) em que toda atividade produtiva dos homens implica uma ação sobre a superfície terrestre, resultando em uma criação de novas formas e que a organização do espaço é determinada pela tecnologia,

cultura e a organização social da sociedade que as empreende. Neste contexto, o Turismo pode ser compreendido como uma nova forma de ação sobre a superfície terrestre, como uma prática social e produtiva, de caráter complexo e dinâmico, composto pelas dimensões espacial, temporal, social, política, econômica e ambiental. Pode ser visto como produto das transformações do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que, após a segunda metade do século XX, deixou de ser apenas uma prática elitista e começa a ser entendido como um fenômeno de massa.

Nos pressupostos teóricos de Cruz (2006, p. 3), onde “[...] o espaço é a matéria-prima do turismo [...]”, a autora destaca que há diferencial entre o turismo e outras atividades econômicas, pois, para o turismo, “[...] todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica”. O consumo do espaço pelo turismo possui três formas distintas, denominadas de lugar turístico, atrativo turístico e paisagem turística.

O termo "lugar turístico" é utilizado por Cruz (2006) para se referir tanto a lugares que foram apropriados pela prática social do turismo, como também para lugares considerados potencialmente turísticos. A autora diz que a existência de meios de hospedagem ou de infraestrutura de lazer na localidade não implica necessariamente tornar um lugar turístico. O que implica de fato, para um lugar se tornar turístico, é a presença do turista. Importante se faz entender as diferenças de apropriação, pois existem locais onde ocorre eventualmente a presença de turistas e locais onde já ocorre um turismo de massa. A autora explica que a paisagem turística não existe como um dado da natureza, sendo, na verdade, uma construção cultural, podendo ser mais ou menos valorizada e influenciada pelo *marketing* turístico.

Para Fratucci (2000), o lugar turístico é o *locus* da produção e do consumo do produto turístico, lugar onde se materializam e sobrepõem suas formas fixas, sendo que os seus atrativos são os equipamentos e os serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos e infraestrutura de apoio).

Sobre esse processo, Nicolas (2001, p. 49) enfatiza que “[...] o turismo cria, transforma e, inclusive, valoriza diferencialmente espaços que poderiam não ter nenhum ‘valor’ no contexto da lógica da produção”. Entende-se que, mesmo que o local possua beleza cênica natural ou artificial, diversidade cultural ou socioeconômica, este só passará a ser

considerado como potencialidade turística quando for reconhecido financeiramente pelo mercado.

Sobre o processo de apropriação do espaço pelo turismo, Benevides (2003) explica que:

[...] entende-se assim por turistificação o processo pelo qual essas potencialidades se circunscrevem a um processo de planejamento que tem por objetivo convertê-las, material ou simbolicamente, em recursos e produtos substancialmente destinados ao consumo turístico. (BENEVIDES, 2003, p. 47).

As contribuições teóricas de Coriolano (2006) evidenciam o turismo como uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, processo que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, classificando como os agentes produtores o Estado, as empresas, os residentes e os turistas. Explica que é necessário compreender essa dinâmica, entendendo suas relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito.

Cruz (2003) explica que o uso turístico do espaço leva à formação do território turístico, que significa a porção do espaço geográfico em que a participação do turismo na produção do espaço foi e ainda é determinante. A autora lembra que não há território que seja adjetivamente turístico, pois o que existe são usos turísticos do território. Sendo assim, Cruz (2003) determina três agentes de turistificação, sendo os turistas, o mercado, e, enfim, os planejadores e promotores territoriais.

As assertivas de Fratucci (2000) relatam que o turismo se manifesta por meio de diversas formas, modalidades e escalas dentro de um mesmo território, estando este subordinado às ações da iniciativa privada, do Estado e de pequenas comunidades organizadas. Lembra o autor que o turismo possui uma dinâmica própria e que:

Sua velocidade de reprodução está acima da maioria das atividades humanas, não respeitando fronteiras ou limites territoriais, alimentando-se, quase sem escrúpulos, dos mais variados setores do conhecimento humano, especialmente daqueles ligados aos avanços tecnológicos e informacionais. (FRATUCCI, 2000, p. 121)

Paiva e Vargas (2010) consideram que o processo de produção e consumo do espaço turístico ocorre sob a influência do Estado, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários, dos proprietários dos meios de produção e consumo, dos residentes e dos turistas.

Nessa mesma temática, os autores Gândara, Torres e Lefrou (2005) explicam, com um pouco mais de detalhe, o processo de produção e de consumo do espaço pelo turismo. Eles determinam como agentes do processo a Iniciativa Pública, a Iniciativa Privada, os Recursos Humanos, a Comunidade Local, a Sociedade Civil Organizada e os Turistas.

O Estado possui papel fundamental nas ações a serem desenvolvidas pelas práticas do turismo, uma vez que é responsável pela elaboração e execução de projetos, planos, programas, leis específicas sobre a atividade turística como um todo. Pode-se destacar também que a infraestrutura que compõe a Oferta Turística, como a construção e manutenção de estradas, a segurança pública, o saneamento básico, entre outras, depende, na maioria dos casos, da ação direta do Estado.

Gândara, Torres e Lefrou (2005) classificam a Iniciativa Pública em três níveis hierárquicos, sendo o Nacional, o Regional e o Local. O nível nacional é composto por órgãos sob a responsabilidade do governo federal, considerando-se o Ministério do Turismo e a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, entre outros. Para o nível regional, os autores determinam como agentes a Secretaria de Turismo do Estado, as Instâncias Governamentais, entre outros. Por último, em nível local, são estipuladas as secretarias municipais de turismo, os conselhos municipais de turismo, entre outros. A Iniciativa Privada possui relações diretas com os serviços e os equipamentos turísticos e nela são considerados os proprietários dos meios de produção, bem como estão incluídos os Recursos Humanos, entendidos também como agentes atuantes na atividade turística, sendo considerados todos os profissionais que trabalham nas iniciativas públicas e privadas.

Com relação à Comunidade Local, os autores consideram os moradores residentes onde a atividade turística está sendo realizada. Sobre a Sociedade Civil Organizada, integram-na, por exemplo, as associações comerciais e industriais, as associações profissionais, as associações de trabalhadores, sindicatos, cooperativas, os partidos políticos, entre outros. Por último, não menos importante, os autores analisam os visitantes, sejam eles turistas nacionais ou internacionais, ou mesmo excursionistas, destacando-se que, embora sejam apresentados por último, não significa que sejam menos importantes, pelo contrário, ressaltam que “[...] sem turistas não temos a atividade turística” (GÂNDARA, TORRES; LEFROU, 2005, p. 13).

A partir dos conceitos e das experiências relatados até então, verifica-se que, nos trabalhos que envolvem o levantamento da potencialidade turística, faz-se necessário a identificação e a ação dos agentes atuantes no processo turístico, determinando o grau de

influência de cada um deles na atividade turística, procurando compreender o papel e o potencial de cada agente.

Em estudo realizado na mesma região turística, que a área de estudo, denominada Corredores das Águas, o trabalho de Azarias (2011) identificou ocorrências de turismo no espaço rural, realizadas pela agricultura familiar (tipo de turismo no qual o proprietário reside na propriedade), na área de abrangência da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Norte do Paraná. Foram encontradas 23 propriedades que se enquadram no padrão estabelecido pela pesquisa, e outros 46 que não se enquadravam no objeto de estudo.

Nessa mesma pesquisa foram identificados balneários, pesqueiros, restaurantes e chácaras, condomínios fechados à beira do rio Ivaí, além de atrativos culturais, como ruínas de Redução Jesuítica de Santo Inácio. A autora nota que, embora algumas atividades turísticas não fossem expressas por empreendimentos, existem territorialidades expressas por meio de eventos que manifestam a cultura local, a música, a gastronomia, a comercialização de produtos *in natura* e agroindústrias.

A autora relata ainda que foram visualizadas deficiências nos empreendimentos turísticos estudados, tais como ausência de pesquisa de mercado, baixo índice de aproveitamento da cultura local e falta de espaços adequados às famílias que acompanham pescadores. Outra percepção adquirida é que a principal motivação turística na região se dá por atrativos associados à recreação, descanso, desfrute da paisagem, contato com a natureza, consumo e/ou compra de produtos típicos, passeios a cavalo, de bicicleta ou a pé, práticas esportivas, de aventura, de pesca e passeios educativos. Quanto aos proprietários dos empreendimentos, as atividades de turismo em espaço rural se iniciaram pela necessidade de diversificação como forma de incremento da renda familiar.

O trabalho realizado por Teixeira (2011) na região Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, também localizada na região turística Corredores das Águas, teve por objetivo analisar a presença do turismo como atividade alternativa e renda junto aos camponeses a partir do ano de 1994, quando se iniciaram atividades de planejamento turístico para a região.

A autora relata que, por possuir um relevo mais acentuado, o processo de mecanização não avançou, resultando na formação de pequenas propriedades e o modo de vida e produção camponês. Desta forma, por se tratar de pequenos produtores e os investimentos nas atividades turísticas serem relativamente altos, seu processo de desenvolvimento é lento, o que resulta em uma oferta turística precária em alguns casos.

Sobre as políticas públicas do turismo para a região, o Estado criou políticas que visam o auxílio financeiro para o turismo. Entretanto, questões burocráticas, como a falta de informações, interesses políticos divergentes e vaidades pessoais, impedem a condução de recursos financeiros e de projetos para a implantação de atividades turísticas nessa região. Teixeira destacou outro fator que implica o desenvolvimento das atividades turísticas na região, pois alguns agricultores, além de não considerarem o turismo como uma atividade produtiva, não aceitam a recepção de pessoas estranhas em suas propriedades.

Nota-se nesse contexto, que os estudos que buscam entender as relações existentes entre o turismo e o território da área de estudo ainda encontram-se em pequenas escalas, o próximo item procura contextualizar algumas teorias relacionadas a essa problemática.

2.2 ESTUDOS DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

O mercado turístico atual possui uma dinâmica relacionada à procura por novidades, por fatores diferenciais, por novas áreas para serem conhecidas e exploradas, ou seja, por novos produtos turísticos. Essas novas descobertas são imprescindíveis para sustentar o crescimento da atividade em todo o mundo. Nesse contexto, faz-se necessário o aprimoramento dos estudos de identificar e criar novos produtos turísticos, procurando entender o conjunto de fatores que formam as motivações, as expectativas e as necessidades dos turistas. Entender a oferta turística é um fator importante nesse processo de criação de novos produtos.

Beni (2002) define a oferta turística como:

O conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante. (...) Em suma, a oferta em turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado. (BENI, 2002, p. 153).

O autor explica que a oferta turística de uma região pode ser dividida em original e agregada. A oferta turística original é constituída de elementos tangíveis e intangíveis, ou seja, os recursos naturais e culturais constituem-se em matéria-prima da oferta original. Esses

elementos sempre exerceram grande influência na composição da oferta turística, sendo estímulo para a criação de produtos turísticos em diversas regiões do Brasil e do mundo.

Pierre Defert (1956 apud BENI, 2002, p. 162) classificou a oferta original em quatro grandes conjuntos:

- Hidromo: inclui todos os elementos hídricos fluviais, lacustres e marítimos, sob todas as suas formas, aspectos e abrangências, incluindo a neve e o gelo, as águas termais e minerais, entre outros;
- Fitomo: abrange tudo de que o Turismo se serve da flora nativa e todas as superfícies recobertas de vegetação pela ação humana, sendo os mais comuns florestas, bosques e matas;
- Litomo: abarca todos os atrativos decorrentes de processos geológicos provenientes de vulcanismo, de tectonismo, de processos sedimentares ou erosivos, tais como montanhas, picos, cordilheiras, vulcões, cavernas, ravinhas, cânions, cachoeiras, Cataratas, lagos, mares, golfos, planícies, entre outros;
- Antropomo: diz respeito a atividades humanas modernas e antigas, incluindo valores sociais e históricos, aspectos religiosos, tradições folclóricas, monumentos.

A segunda categoria, denominada de oferta agregada, é composta por serviços da infraestrutura de base, formada pelo sistema de transportes, de energia, de saneamento, de comunicação, de saúde e de segurança e também é composta pelos serviços de hospedagem, alimentação, lazer e entretenimento, esportes, centro de eventos, além dos respectivos equipamentos. Desta forma, entende-se que a oferta turística assume papel fundamental no desenvolvimento da atividade turística de uma localidade, podendo ser um instrumento de promoção de uma localidade.

A avaliação do potencial turístico de uma localidade é entendida como o processo que busca identificar e classificar os atrativos, equipamentos e serviços e a infraestrutura turística. Nesse processo, procura-se estabelecer valores e hierarquizá-los para determinar a sua importância turística dentro do contexto municipal, regional ou nacional (PARANÁ, 2008a)

Os atrativos turísticos podem ser entendidos como “[...] lugares, objetos ou acontecimentos que despertam o interesse, motivando as pessoas a conhecê-los” (PARANÁ, op. cit. 2008a). São categorizados em duas classes, sendo, primeiro, os Atrativos Naturais, tidos como formações geológicas, geomorfológicas, do clima, da vegetação, da hidrografia de uma localidade; e, segundo, os Atrativos Culturais, entendidos como diferentes aspectos ligados à cultura local, como eventos, construções e prédios arquitetônicos históricos, igrejas, museus, monumentos, manifestações culturais, religiosas, entre outros.

Os Equipamentos e Serviços Turísticos são entendidos como as instalações que dão suporte para a atividade turística e compreendem os setores de hospedagem, alimentos e bebidas, transportes turísticos, agenciamento, animação turística e informações turísticas (RUSCHMANN, 1997, p. 135).

A Infraestrutura, outro elemento a ser avaliado no potencial turístico de uma localidade, pode ser classificada em básica, que consiste na oferta, pelo poder público ou por organização privada, de saneamento básico, com o fornecimento de água tratada, rede de esgoto, rede de energia elétrica, vias de acesso, sinalização viária ou turística, entre outros. Há também a Infraestrutura Turística, que consiste na sinalização turística, nos centros de informações turísticas, entre outros, conforme (RUSCHMANN, 1997)

A determinação do potencial e do desenvolvimento turístico de uma localidade depende também do planejamento realizado na oferta turística, de acordo com Paraná (2008a). Alguns aspectos são determinantes para atrair um turista, destacando: atrativos turísticos conservados; acesso viável e transporte disponível a esses atrativos e aos equipamentos turísticos; hospedagem e alimentação variadas e de qualidade; serviços turísticos qualificados; boa informação e sinalização; preços justos e receptividade da comunidade.

Soares e Cardozo (2012, p. 173) relatam que a avaliação do potencial turístico, embora venha sendo uma temática importante e abordada por alguns autores, “[...] são poucos os estudiosos que se arriscam a pesquisar sobre o tema, problema que se deve à falta de material para tal trabalho e a sua complexidade”.

Soares e Cardozo (2009) destacam que uma das fontes precursoras no estudo de potencialidades no Brasil é o modelo proposto por Ruschmann (1997), modelo baseado no método apresentado pelo CICATUR/OEA - Centro Interamericano de Capacitação Turística da Organização dos Estados Americanos, que demonstra a importância da avaliação. A hierarquização dos atrativos é feita com base na metodologia do CICATUR, não possuindo metodologias próprias.

O método utilizado por Boullón (2005 apud Soares e Cardozo, 2012) apresenta uma matriz de análise de municípios turísticos mais abrangentes, apoiando-se em alguns fatores específicos, como a hospedagem, equipamentos de alimentos e bebidas, equipamentos de entretenimento, oferta de outros serviços e avaliação dos atrativos. São estabelecidos também níveis de hierarquização, por meio da somatória e divisão dos pontos atribuídos aos fatores avaliados.

De acordo com Smith (1992 apud ALMEIDA, 2006), embora muitos pesquisadores estejam cientes da necessidade de pesquisas relacionadas à potencialidades turísticas de localidades, ainda existem problemas relacionados à investigação descritiva de lugares, a respeito de se estabelecer um sistema único de classificação para nomear, descrever e classificar os recursos recreativos e sua exploração. Aborda ainda os problemas sobre a diversidade de recursos que podem e devem ser avaliados, uma vez que cada um apresenta aspectos intrínsecos de acordo com suas tipologias. O autor propõe um agrupamento dos métodos de análise da localização em três grupos: descrição da localização de instalações e atividades, inventário dos recursos e descrição das imagens das regiões e seus recursos.

Por outra visão de análise, uma definição que serviu de fundamentação teórica para os procedimentos metodológicos dessa pesquisa, foi fornecida por Almeida (2006) quando define o potencial turístico como a existência de condições objetivas e favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente. Além disso, considera-se a importância que o poder público (em todas as suas escalas, seja local, regional, estadual ou federal) possui frente ao fomento das atividades turísticas.

Esses itens que o autor aborda para serem avaliados são importantes para os estudos de potencialidades turísticas, pois, em muitos casos, algumas localidades onde os atrativos turísticos não possuem razoável atratividade, o poder público, por meio de políticas públicas, pode estimular a atividade turística com o incentivo em diversos outros aspectos importantes, como a cultura local, a gastronomia, os eventos, o artesanato, entre outros. Ou seja, a potencialidade turística de uma localidade pode ser estimulada por meio de diversas ações relacionadas ao poder público, que pode realizar diversos estudos e aplicar diferentes ferramentas para o fomento da atividade, dentre eles, destacam-se os conceitos elucidados no item seguinte.

2.3 O MAPEAMENTO GEOAMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA AS REPRESENTAÇÕES NO TURISMO

A Cartografia tem sido muito utilizada como forma de representação do espaço em diversas áreas de estudos, dentre elas a Geografia, onde a produção de mapas temáticos consolidou-se como um importante ramo da Cartografia. Esses mapas se têm constituído não

apenas em meios de registro da informação, mas também como instrumento utilizado em pesquisas e em formas de divulgação dos resultados obtidos (MARTINELLI, 1986).

Diversas são as formas utilizadas para a demonstração do espaço. Para Francischett (2004), as representações do espaço geográfico podem-se dar por meio de cartas, plantas, *croquis*, mapas, globos, fotografias, imagens de satélites, gráficos, perfis topográficos, maquetes, textos e outros meios que utilizam a linguagem cartográfica.

Em uma explicação mais específica, Zuquette e Nakazawa (1998, p. 283) definem que os termos *mapa* e *carta* referem-se aos “[...] documentos cartográficos que reúnem as informações pertinentes a um ou mais aspectos do meio ambiente (meio físico, meio biótico e meio antrópico) e que são utilizados pelos usuários para as mais diversas finalidades”.

Outro conceito é realizado por Vedovello (2004) quando define Cartografia Geoambiental como um processo que envolve a obtenção, a análise, a representação, a comunicação e a aplicação de dados e de informações do meio físico, buscando considerar as potencialidades e as fragilidades naturais do terreno, bem como os perigos, os riscos, os impactos e os conflitos decorrentes da interação entre as ações humanas e o ambiente fisiográfico.

Fiori (2004) explica que o mapeamento geoambiental consiste na compartimentação do território com base em características geoambientais, suas inter-relações e relações com o meio biológico e com as atividades antrópicas, colocando em evidência as potencialidades e as restrições de uso.

A Cartografia pode contribuir também para o planejamento e o ordenamento da atividade turística no território, o que inclui a avaliação da distribuição da infraestrutura turística, pois os mapas podem e devem ser utilizados nas etapas de diagnóstico, de implementação e de avaliação de determinada atividade turística, conforme explicam Oliveira (2005) e Menezes e Fernandes (2003). Os autores entendem que os mapas turísticos assumem um papel essencial no desenvolvimento da atividade turística. Em nível de planejamento, atendem às necessidades de órgãos responsáveis pela atividade em âmbito local e regional, fornecendo dados referentes à dinâmica e à organização da paisagem. Em nível de orientação turística, são voltados para exposição de informações turísticas, como sinalização, rotas, entre outras informações.

Há mais de uma década, Martinelli (1996) explicava que a difusão de documentos cartográficos turísticos já era bastante significativa, o que tornava cada vez mais importante uma discussão ampla sobre o assunto, pois diversos trabalhos científicos utilizavam a

Cartografia ou o mapeamento geoambiental como técnicas na metodologia de interpretação do espaço com finalidade de uso turístico. Depois de mais de dez anos, Oliveira e Martinelli (2009, p. 2) enfatizam que essa área do conhecimento ainda apresenta deficiências, destacando que “[...] as áreas disponíveis para essa prática são muito carentes em termos de instrumentos e de pessoal qualificado para efetivar essa interpretação”.

Oliveira (2005, p. 31) define que os mapas devem ser empregados no planejamento do turismo nas etapas de diagnóstico da potencialidade turística de um determinado lugar, ou também “[...] para a implantação de um espaço turístico (*mapas para o turismo*), da implementação ou da consolidação de uma atividade turística (*mapas para turistas*) ou da avaliação dessa atividade (*mapas sobre o turismo*)”.

Como instrumento de planejamento, o autor determina que a elaboração de mapas básicos pode fornecer informações ambientais e geográficas que auxiliam na definição ou na instalação dos mais variados empreendimentos turísticos, sejam *resorts*, pousadas, hotéis, parques de diversões, entre outros.

Sobre a obtenção dos dados a serem utilizados nos mapas, Oliveira (2005) faz uma divisão dessas fontes em primárias e secundárias. As fontes primárias são descritas como os trabalhos de campo, utilizando-se de equipamentos de posicionamentos, como bússola ou receptores GPS – Sistema de Posicionamento Global, juntamente com a interpretação de imagens orbitais e fotografias aéreas, que auxiliam na delimitação de uma área de interesse e na localização de certos atrativos potenciais e levantamento de informações da configuração espacial. Os trabalhos de campo podem utilizar também a aplicação de questionários e entrevistas que auxiliam na obtenção de dados mais atualizados dos espaços estudados. As fontes secundárias referem-se aos mapas ou cartas já elaborados.

Em nível nacional, geralmente os levantamentos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da DSG - Diretoria do Serviço Geográfico do Exército e pelo Serviço Geológico do Brasil, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, constituem-se como bases cartográficas relevantes.

No estado do Paraná, podem-se destacar órgãos como o ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná, o IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, o IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, a MINEROPAR - Minerais do Paraná, bem como de órgãos estaduais como secretarias ou órgãos municipais, empresas privadas, além de universidades e instituições de pesquisa. Todos os dados levantados e elaborados por essas entidades, sejam eles econômicos, sociais, ambientais,

censos demográficos, agropecuários, anuários estatísticos, relatórios técnicos, artigos, monografias, dissertações e teses, também podem ser considerados como fontes secundárias.

Toda e qualquer informação, sendo ela física, social, biológica, econômica, ecológica ou ambiental, que possua a possibilidade de ser associada ou relacionada a um posicionamento sobre a superfície terrestre, configura-se como uma informação geográfica. Uma vez sintetizadas, essas informações tornam-se documentos cartográficos e, quando voltadas para a atividade turística, tornam-se informações turístico-geográficas (FERNANDES, MENEZES e SILVA, 2008).

Godinho e Oliveira (2010) relatam que a Cartografia, quando associada ao Geoprocessamento, por meio da elaboração de mapas turísticos ou sobre o Turismo, revela-se de grande importância, devido à possibilidade de cruzamento de mapas temáticos básicos a partir de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), favorecendo a avaliação da distribuição da infraestrutura turística de determinado espaço geográfico, servindo, portanto, de suporte para o planejamento de atividades turísticas.

Oliveira (2005, p. 35) demonstra ainda que diversos aspectos podem ser mapeados de maneira a entender o espaço. Os mapas sobre a infraestrutura, por exemplo, revelam elementos como: rede viária, de telefonia, de saneamento básico, internet, agências dos correios, postos de saúde ou hospitais, agências bancárias, postos policiais ou delegacias e postos de combustíveis. Lembra o autor que “[...] o grau de detalhamento das classes escolhidas vai depender da escala do mapeamento e de sua relevância para o empreendimento turístico a ser instalado”.

Os mapas de uso e ocupação das terras representam as atividades econômicas já instaladas sobre determinado território, como a agricultura, a pecuária, as áreas urbanas, a malha viária e as áreas verdes remanescentes. Os mapas ou cartas sobre aspectos físicos da paisagem, como os morfológicos, os clinométricos e os hipsométricos, apresentam características fisiográficas que podem demonstrar as restrições à instalação de determinadas formas de ocupação, como edificações de grande porte, abertura de estradas, construção de barragens, etc. (OLIVEIRA, 2005).

O autor ainda explica que os mapas referentes aos aspectos climáticos, como a precipitação anual, dias com insolação, direção e intensidade dos ventos ou a variação anual das temperaturas, configuram informações geográficas relevantes na demonstração das potencialidades do espaço, podendo ser utilizadas na instalação do turismo de lazer, em pousadas, hotéis, balneários, parques de diversão, entre outros.

A carta topográfica de uma área, expressando as altitudes em curvas de nível e pontos cotados, quando cruzada com a rede de drenagens, pode dar indicativos da presença de quedas d'água, cachoeiras e corredeiras, que são atrativos naturais em potencial. Um exemplo desse detalhamento foi destacado por Marcotti e Marcotti (2011) quando foi traçado o perfil longitudinal no rio Ligeiro, Noroeste do Paraná, demonstrando a relação de extensão da declividade do rio. No caso, tendo sido associado o uso de imagens orbitais e a visita *in loco*, foi possível determinar áreas com a presença de diversas quedas-d'água, apresentando trechos propícios para a prática de diversas formas de turismo, como o ecoturismo, o turismo de aventura, boiacross, *rafting*, tirolesa, entre outras formas.

Trentin e Robaina (2005, p. 3607) indicam que, no processo de mapeamento geoambiental, uma das formas de organização é feita pela divisão da área em unidades, de acordo com a variação de seus parâmetros: “Essas unidades representam áreas com heterogeneidade mínima quanto aos parâmetros e em compartimentos com respostas semelhantes frente aos processos de dinâmica superficial”.

Robaina (2010) indica que o mapa geoambiental mostra a espacialização hierárquica distribuída em Sistema e Unidades, revelando suas principais características, a fim de definir as condições de fragilidade, limitações de uso e as consequentes potencialidades de cada porção. O autor ainda demonstra que é importante selecionar, isolar, identificar e caracterizar os atributos necessários para a correta delimitação das unidades. Indica que os atributos a serem analisados podem ser constantes ou variáveis no espaço e/ou tempo. Assim, é necessário, para a elaboração do mapeamento, ter clareza dos parâmetros utilizados, bem como o cuidado com a repetição no uso destes.

Outro exemplo pode ser destacado por Oliveira e Martinelli (2009), que realizaram um mapeamento geoambiental como subsídio à interpretação do patrimônio natural, região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás. O trabalho teve como objetivo a construção de um mapa geoambiental como suporte às cartas turísticas, identificando as unidades de paisagem. Na metodologia, foram utilizadas bases cartográficas em formato digital, sendo observada pelos autores a preocupação e as dificuldades com as diferentes escalas de cada base cartográfica. Os autores realizaram cartas temáticas sobre geologia, hipsometria, clinometria, geomorfologia e cobertura vegetal e uso da terra. No final, foi elaborada uma carta com unidades da paisagem que possuem características homogêneas. Os autores alertam para que os trabalhos de mapeamento geoambiental não fiquem somente na

simples localização dos atrativos turísticos, mas que forneçam informações relevantes para o planejamento da atividade turística.

A metodologia para inventário dos atrativos naturais proposta pelo Ministério do Turismo (2006) está contida no formulário 15, da categoria C. As informações coletadas para registro do atrativo são classificadas em identificação, acesso, proteção, facilidades e informações gerais. Na identificação constam informações referentes à descrição, à localização e às proximidades do atrativo. Sobre o acesso, são coletadas informações relacionadas à sinalização, aos meios de acesso e ao acesso mais utilizado.

Quanto à proteção do atrativo, são levantadas as legislações de proteção e estado de conservação do atrativo. Nas facilidades do atrativo, são coletadas informações sobre a acessibilidade na entrada, a visitação e atividades realizadas e os serviços e equipamentos que compõem o atrativo. Nas informações gerais, são solicitadas informações sobre se o atrativo participa de algum roteiro turístico comercializado e a origem dos visitantes.

O trabalho de doutorado realizado por Silva (2006) buscou compreender o ciclo de desenvolvimento do turismo no município de Brotas – SP. Por meio de análise de modelos teóricos, foi realizada uma caracterização de fases de exploração de áreas e práticas envolvidas no processo de desenvolvimento do turismo, possibilitando a criação de zoneamento ambiental com fins turísticos.

O autor lembra que, embora muitos autores os tratem como sinônimos, existem diferenças entre os termos "zoneamento ambiental" e "planejamento ambiental". Explica que o zoneamento constitui-se como parte do planejamento, pois permite a identificação de características do geossistema e a dinâmica socioeconômica do território, orientando sobre o menor nível de impacto ambiental.

Explica ainda que o zoneamento é resultado do conhecimento da realidade da área de estudo, por meio do levantamento das características do território, dividido em três eixos básicos: socioculturais, políticoeconômicos e os do geossistema. Sobre a importância desse zoneamento, o autor descreve que:

Esse levantamento subsidiará todas as fases do zoneamento e, em última instância, refletirá, sinteticamente, as possibilidades de uso dos recursos sociais e naturais existentes e as perspectivas legais de uso e ocupação do território, indicando os caminhos para minimizar os impactos ambientais identificados na atualidade e os passíveis de ocorrer no futuro. No caso da atividade turística, a determinação e o conhecimento das características do território podem ser entendidos como a caracterização do sistema ambiental da localidade receptora de fluxo turístico. (SILVA, 2006, p. 263).

Desta forma, Silva (2006) elaborou um zoneamento ambiental turístico do território de Brotas – SP, resultando em três zonas distintas, importantes para a atividade turística na localidade, distribuídas no Quadro 1.

Quadro 1: Zoneamento ambiental para fins turísticos no município de Brotas – SP

Zona de atratividade	Determinada a partir de sua capacidade de atração de fluxo turístico em associação com sua potencialidade atual e futura. Serviu de referência a unidade física onde estão localizadas as características predominantes do geossistema, as atividades turísticas desenvolvidas na área, o perfil do turista atual, a motivação envolvida no processo de sua visita, a concentração dos sítios turísticos, o uso atual das terras e a fragilidade ambiental detectada em toda sua extensão.
Zona de relevância	Criada tendo em vista as possibilidades de uso futuro, a diversificação dos produtos turísticos oferecidos no município e a possibilidade de desconcentração do fluxo turístico para, assim, minimizar os impactos ambientais hoje verificados na zona de atratividade.
Zona de pressão	Com pouquíssimas características relevantes para o Turismo e com quase nenhuma potencialidade, essa zona foi criada tendo em vista a possibilidade de haver, nas demais zonas, impactos ambientais e comprometimento da potencialidade turística.

Fonte: Silva (2006), adaptado por Angelo Ricardo Marcotti

Nesse processo de zoneamento, o autor explica que foi necessária a produção de diversos mapas georreferenciados com a mesma escala, abordando os aspectos relacionados à hipsometria, hidrografia, pedologia, geologia, geomorfologia e declividade. Por meio da metodologia de análise de prospecção ambiental, envolvendo a interpretação, identificação e a associação dos aspectos mapeados e coletados em campo, procurou-se obter a homogeneidade do geossistema.

O trabalho realizado por Silva (2006) é uma referência na relação entre os estudos da Geografia e o Turismo, uma vez que propõe uma metodologia de trabalho considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos do turismo sobre o uso e organização do espaço.

Lembra-se que toda a fundamentação teórica realizada nessa parte da dissertação foi importante para a realização da caracterização da área de estudo, voltada para os aspectos ambientais que são importantes para o desenvolvimento do turismo na região, que será apresentada na próxima parte.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ

A escolha pela área de estudo, se deu pelo vínculo que a região já possui com diversas pesquisas que vem sido realizadas, há vários anos, por pesquisadores do GEMA – Grupo de Estudos do Multidisciplinares do Ambiente da Universidade Estadual de Maringá. Vale lembrar também que, por se tratar de pequenos municípios, o volume de pesquisas realizadas ainda é pequeno frente as possibilidades, tanto na área da Geografia quanto relacionada ao Turismo. Acredita-se que essa caracterização venha a contribuir para pesquisas futuras em diversas áreas de pesquisa.

3.1 LOCALIZAÇÃO E RECORTE GEOGRÁFICO

A área de estudo está situada na região geográfica Noroeste Paranaense, posicionada aproximadamente entre as latitudes $22^{\circ} 49' S$ e $23^{\circ} 32' S$ e as longitudes $52^{\circ} 04' W$ e $53^{\circ} 40' W$, possuindo área aproximada de $4.007 km^2$ (Figura 1).

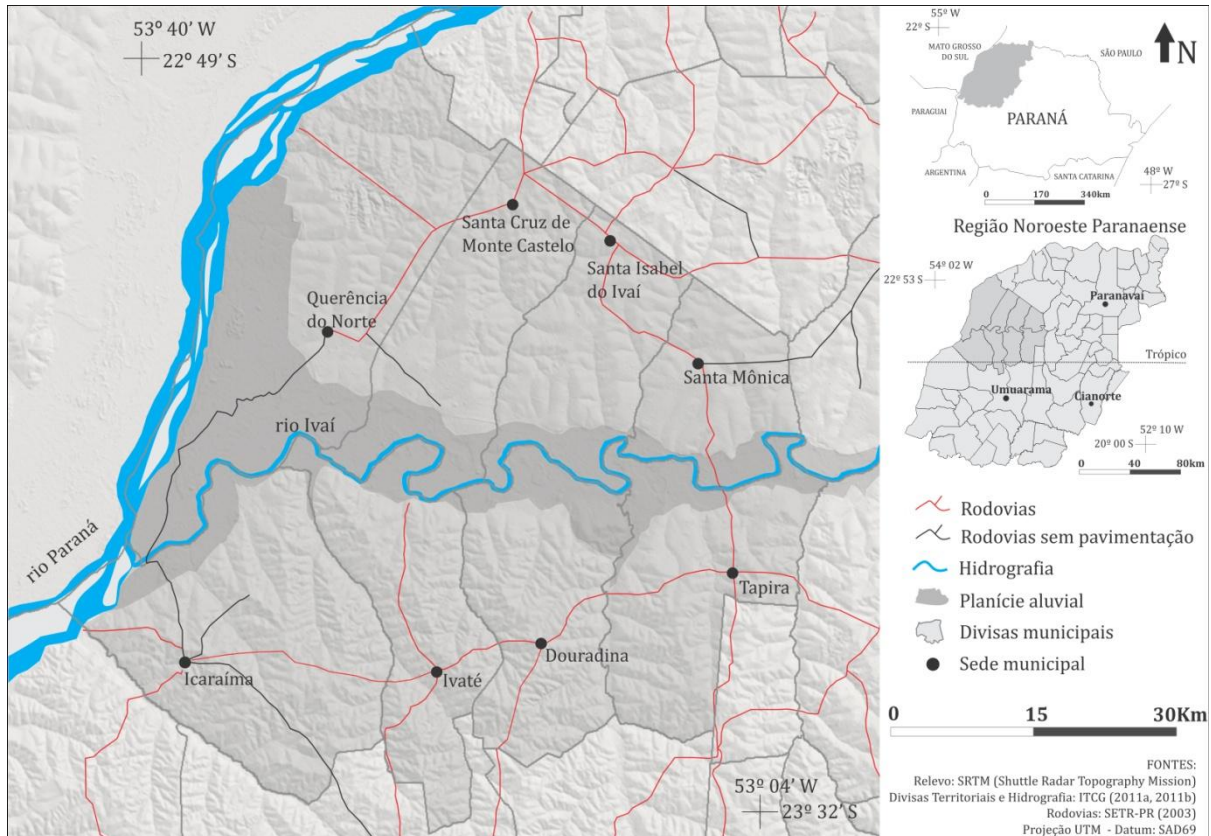


Figura 1: Localização dos municípios limítrofes com a planície aluvial do rio Ivai
 Organização: Angelo Ricardo Marcotti

Para os fins desta pesquisa, é tida como lindeira com a planície aluvial do rio Ivaí a região formada pelo agrupamento dos oito municípios inseridos na planície aluvial do rio Ivaí, sendo que, em sua margem direita, a planície aluvial abrange parte dos municípios de Santa Mônica, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte, e, em sua margem esquerda, abrange os municípios de Tapira, Douradina, Ivaté e Icaraíma.

Para realizar o recorte geográfico da área de estudo, foram utilizadas duas classificações apresentadas por Andrade (1973, p.31). A primeira está relacionada às condições naturais do espaço, justificando que “[...] o homem costuma dividir o espaço de acordo com as características que apresenta em suas várias porções, levando em conta, sobretudo, as características oriundas da influência das condições naturais e do aproveitamento do espaço”. A segunda classificação utilizada, conforme o mesmo autor, tem relação com a divisão político-administrativa dos municípios onde a planície aluvial se desenvolve.

3.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-NATURAL

De acordo com Santos et al. (2008), o rio Ivaí apresenta sua planície aluvial em seu baixo curso a partir da Corredeira do Ferro, no município de Tapira, divisa com o município de Santa Mônica, percorrendo cerca de 150km de extensão até sua foz com o rio Paraná. Inserida na bacia sedimentar do Paraná, a área é composta principalmente pela unidade litoestratigráfica da Formação Caiuá de idade Cretácea inferior e por um conjunto de depósitos aluviais em terraços que formam a planície aluvial do rio Ivaí. Esses depósitos formam um conjunto com mais de 20 metros de espessura formados por pelitos, subordinadamente de areia fina e com delgadas e descontínuas camadas de cascalho e de areia grossa depositadas sobre a Formação Caiuá.

Os autores ainda realizaram uma subdivisão da planície em seis unidades morfoestratigráficas de idades distintas, sendo: Terraço Paraná, Terraço Ivaí, Planície Paraná-Ivaí, Planície Ivaí, Leque Aluvial e Canal Fluvial. Todas as unidades ocorrem em diferentes cotas altimétricas em relação ao canal fluvial. De acordo com a MINEROPAR (2006), a planície aluvial possui uma formação geológica recente, pertencente ao período Quaternário, onde os sistemas fluviais da região influenciaram na formação desses depósitos.

Inserida na unidade geomorfológica do Terceiro Planalto Paranaense, unidade definida por Maack (1981), a topografia da área de estudo é formada por relevos que formam

colinas suavemente onduladas, com vertentes convexas que, na área da planície, raramente ultrapassam os 6%. No geral, as declividades variam na maioria de 6% a 12%, apresentando poucas áreas de 12% a 20%, proporcionando inclinações baixas e um pequeno gradiente regional, com altitudes que variam de 230 a 440 metros (Figura 2).

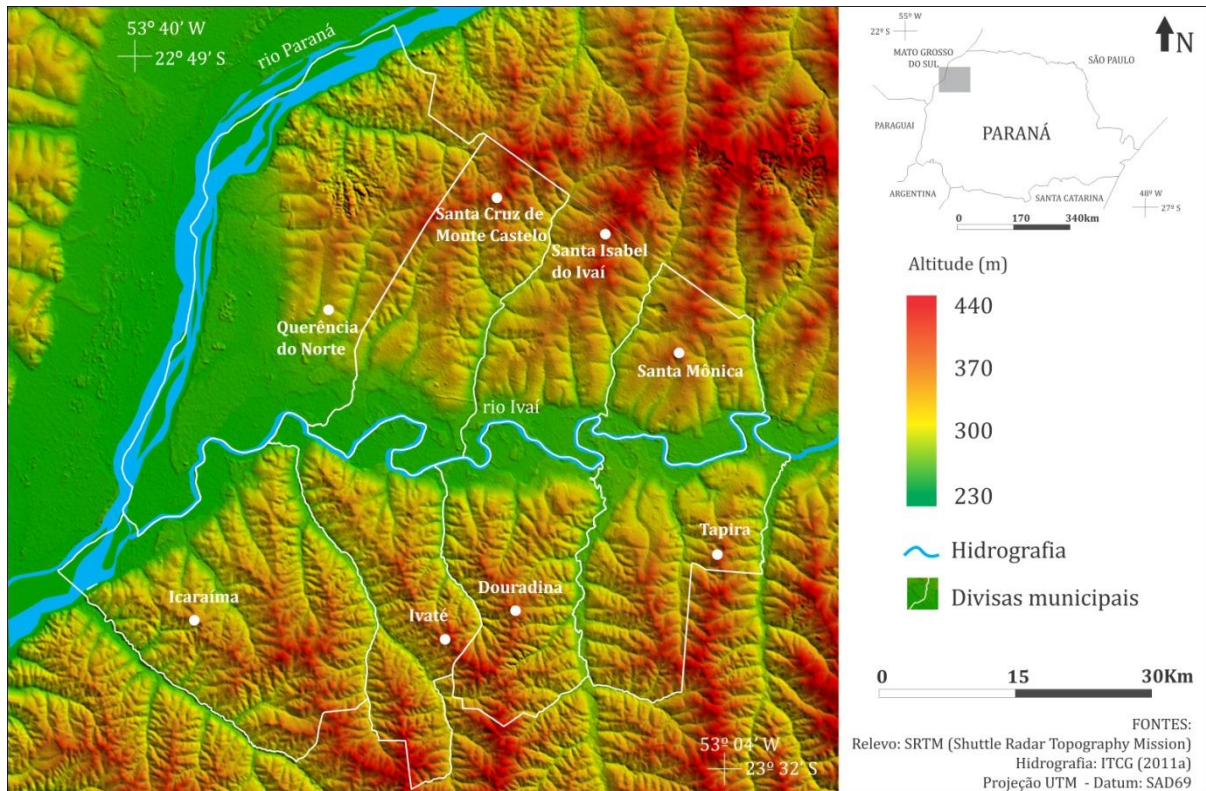


Figura 2: Hipsometria dos municípios limítrofes com a planície aluvial do rio Ivaí
Organizado por Angelo Ricardo Marcotti

No mapeamento geomorfológico do Estado do Paraná realizado por Santos et al. (2006), a região dos municípios limítrofes com a planície aluvial do rio Ivaí está inserida em três formas de relevo distintas. Informam que a primeira está relacionada ao Planalto de Paranaíba, que possui dissecação baixa, com topos aplainados e vertentes convexas. A segunda forma é o Planalto de Umuarama, com dissecação média, com topos alongados e aplainados, com vertentes convexas. A terceira forma é denominada de Planícies Fluviais, que foi descrita com uma dissecação baixa e altitudes que variam de 230 a 260 metros. A Figura 3, demonstra as formas de relevo existentes na área de estudo.

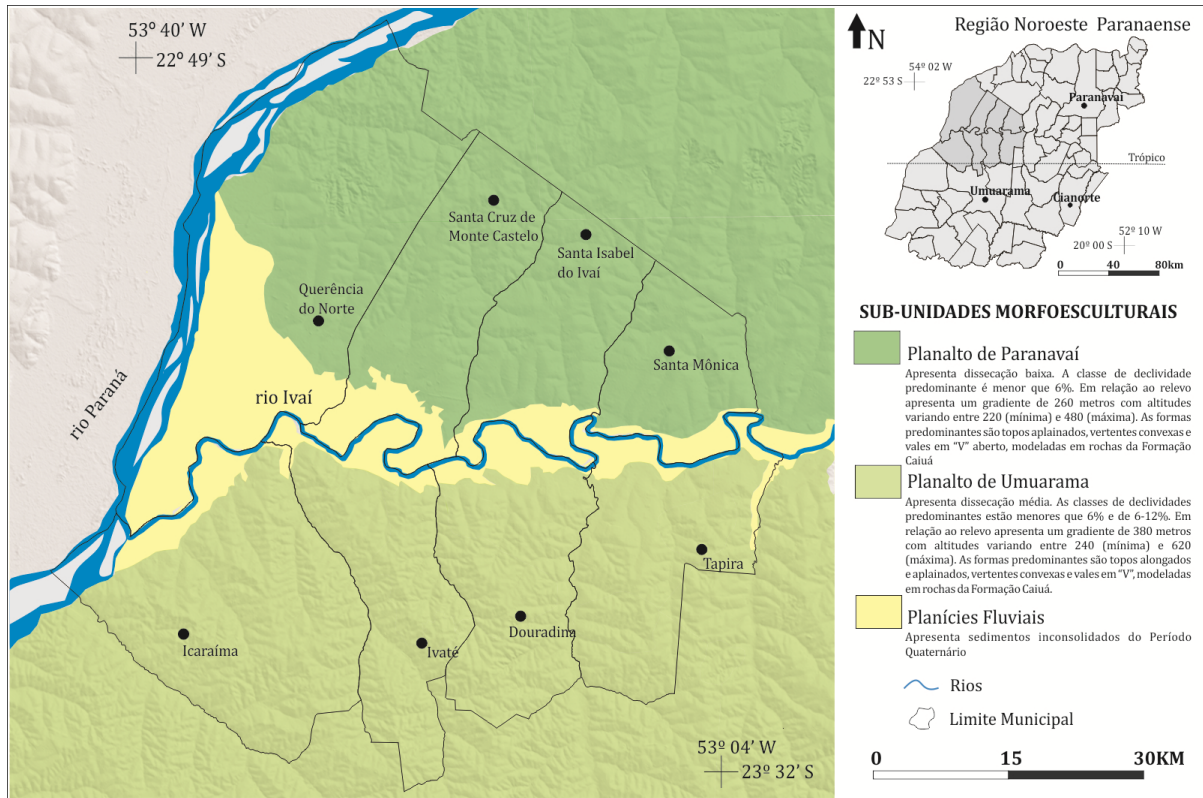


Figura 3: Mapa morfoescultural da região dos municípios limieiros com a planície aluvial do rio Ivaí
 Fonte: Santos et al. (2006), adaptado por Angelo Ricardo Marcotti

De acordo com a EMBRAPA (2007), a cobertura pedológica da região é formada de Argissolos Vermelhos Eutróficos e Distróficos; Latossolos Vermelhos Eutróficos; enquanto na área da planície aluvial ocorrem Neossolos Flúvicos, Eutrófico e Psamítico, Organossolos Háplicos e Gleissolos Háplicos.

A hidrografia da área é marcada por rios com pouca amplitude hipsométrica, com rara presença de saltos ou quedas-d'água. Diversos afluentes compõem a região, e sua margem direita apresenta como afluentes o ribeirão Selma, o córrego Vinte e Um, o ribeirão Taquara, o ribeirão Tamanduateí, o córrego da Prata e o córrego Caveira. Em sua margem esquerda, o rio Ivaí possui o ribeirão do Veado, o córrego Cobrinco, o córrego 215, o ribeirão Indoivaí, o córrego São Jorge, o rio das Antas e o ribeirão Tapiracuí (DSG, 1981a e b).

A área de estudo ocupa principalmente a porção do baixo curso do rio Ivaí (Figura 4) e parte das bacias afluentes dos rios Paraná I e Paraná II, nos municípios de Querência do Norte e Icaraíma (ITCG, 2008a).



Figura 4: Rio Ivaí na divisa entre os municípios de Santa Cruz de Monte Castelo e Ivaté/PR
 Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (set. de 2011)

A região está posicionada em uma faixa de transição climática próxima ao trópico de Capricórnio, o clima da região é classificado, no modelo de Köppen (1948), como Cfa - subtropical úmido mesotérmico. A concentração das chuvas acontece nos meses de outubro a janeiro, e ligeira queda no mês de novembro. As séries históricas de 1976 a 2011, registradas por sete estações do IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná, localizadas em sete dos oito municípios da área de estudo, mostram que as precipitações médias foram de 1342mm (Anexo A).

No artigo *Mapa da vegetação originária do estado de Paraná*, publicado na Revista Brasileira de Geografia, no ano de 1953, nota-se um interessante relato sobre a vegetação originária da região:

[...] Quando porém, no extremo noroeste do estado, é atingido a região em cujo solo predomina o arenito Caiuá, uma radical modificação se verifica na cobertura florestal. A mata torna-se muito mais baixa, não ultrapassando as árvores, quase todas de delgados troncos, em média de 10 a 15 metros de altura. O pau d’alho, padrão de terra boa, bem como as outras essências florestais desaparecem, o mesmo se dando com o palmito [...]. (ROMARIZ, 1953, p. 127 - 128).

Nos estudos de campo e representações cartográficas realizados por Maack (1950), a vegetação original da região foi dividida em duas categorias, a primeira caracterizada como Mata Pluvial menos exuberante, com notável escassez de palmáceas, posicionada acima de

250 metros. A segunda caracterizada como Pântano e Campos de Inundação do rio Paraná, restrita às áreas de inundações do rio Paraná e Ivaí, em altitudes entre 230 a 250 metros. Atualmente, de acordo com o ITCG (2008b), a região está inserida na formação fitogeográfica de Floresta Estacional Semidecidual, sendo dividida em Floresta Aluvial e Formação Pioneira com Influência Fluvial.

Com o avanço das frentes pioneiras de expansão nessa região, a cobertura florestal foi reduzida. Atualmente a região apresenta pontos de florestas isoladas e vegetação ripária alterada nas margens do canal fluvial do Ivaí, Paraná e afluentes, conforme (Figura 5).



Figura 5: Cobertura vegetal nas proximidades da planície aluvial do rio Ivaí, trecho entre Ivaté e Icaraíma/PR

Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (set. de 2011)

Os dados históricos levantados demonstram a forte influência no uso e ocupação das terras ocorrido na região, para melhor entender o processo de evolução da paisagem da área de estudo, foi necessário realizar um resgate histórico, apresentado nos itens seguintes.

3.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Para entender o processo de produção do espaço na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí, foi importante, mesmo que de forma sucinta, realizar uma abordagem geo-histórica do processo de ocupação do território paranaense e, em específico, da região Norte do Paraná.

Conforme Noelli e Mota (1999), a área onde se encontra a região Noroeste do Paraná foi habitada há cerca de oito mil anos por diferentes populações indígenas. Para Haracenko (2007), a história desse povo é omissa em muitos dos trabalhos que explicam a colonização e a ocupação do Norte do Paraná. Destacando a importância dessa história indígena, a autora enfatiza que: “Não escrevê-la é negar sua importância e fazer 'vistas grossas' a um passado recente de genocídio de um povo” (HARACENKO, 2007, p. 95).

Sobre esse contexto, Mota (1994) explica que:

A presença indígena é marcada tanto pelos vestígios de sua cultura religiosa através dos restos mortais encontrados em urnas funerárias. Marcada ainda pela língua que domina grande quantidade de acidentes geográficos, a fauna e a flora, além dos seus costumes, mitos, leis, conhecimentos, etc., que chegaram até os dias de hoje. (MOTA, 1994, p. 66).

É notório também que a cultura indígena tem relação, até os dias atuais, com grande parte dos municípios do Noroeste do Paraná, muitos deles possuindo nomes provenientes de idiomas e significados indígenas, como é o caso das cidades de Icaraíma, Ivaté, Tapira, Umuarama, Tapejara, Paranavaí, Guaíra, entre outras. Isso também pode ser visto nos nomes dos grandes rios dessa região, como rio Ivaí, que significa *riacho de frutos*, e rio Paraná, que significa *rio semelhante ao mar*.

Haracenko (2007) explica que um estudo realizado no ano de 1959, pelo pesquisador Oldemar Blasi, do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná, reconheceu uma jazida arqueológica próxima ao porto Três Morrinhos, hoje denominado de Porto Brasília, distrito do município de Querência do Norte. O pesquisador relata que o local não estava mais em bom estado de conservação, resultado dos intensos trabalhos de nivelamento de terreno executados pela companhia colonizadora da região. Durante esses estudos foram encontrados vestígios líticos, como é o exemplo de duas peças de cerâmicas que foram descobertas por moradores da região e se tratava de urnas funerárias, conforme explica Blasi (1961, p. 54 apud HARACENKO, op. cit., 2007):

[...] pois no seu interior, em mistura com impurezas, estavam ainda alguns fragmentos de ossos humanos, já em avançado estado de decomposição, os quais não resistiram ao toque manual, vindo a se esfarelar. Nas proximidades estavam também restos de carvão e cinzas, além de lascas de quartzo e uma pequena vasilha de forma semi-esférica, parcialmente quebrada.

O autor observa que o local, bem como o material cerâmico encontrado, apresenta características semelhantes a outros sítios registrados no interior do Paraná (Figura 6), apresentando evidências que comprovam como pertencente à tradição cultural Guarani.

Outro grupo indígena que habitou essa região foi o povo Xetá. Haracenko (2007) explica que um dos primeiros trabalhos realizados sobre o contato com os Xetás, a partir da década de 1950, foi uma palestra realizada por José Loureiro Fernandes, realizada na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, que, em seguida, resultou em um artigo publicado no Boletim de Geografia de 1961, que descreve os primeiros contatos de uma equipe do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná com a população indígena dos Xetás, que habitou a Serra dos Dourados, área que atualmente pertence aos municípios de Ivaté e Icaraíma e apresenta relevo mais acentuado. A Figura 6 apresenta a localização de algumas tribos indígenas Xetás que habitavam a região. A principal ocorrência delas é nos municípios de Ivaté, Icaraíma e Douradina, às margens do córrego 215 e do rio Indovaí.

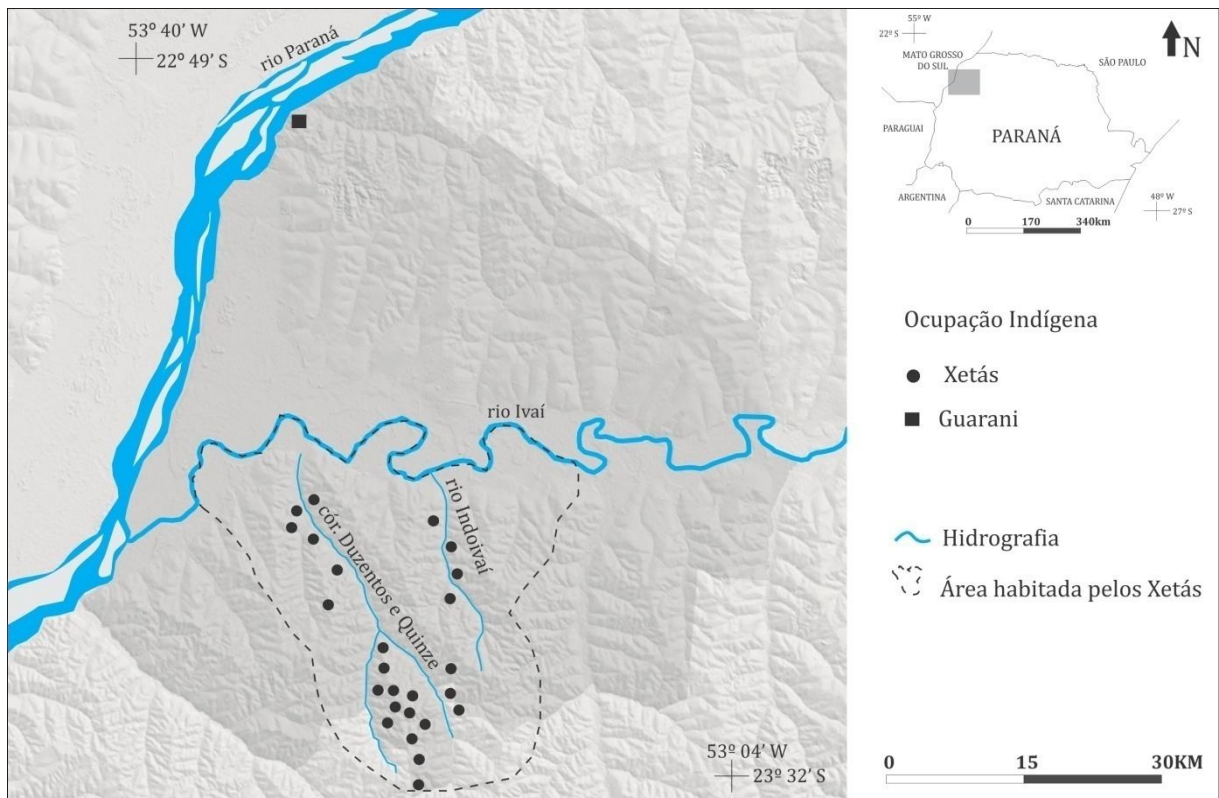


Figura 6: Localização da ocupação indígena nos municípios limítrofes com a planície aluvial do rio Ivaí
Fonte: Busnardo e Voitch (2005) adaptado por Angelo Ricardo Marcotti

No mapeamento da presença indígena no Estado do Paraná elaborado pelo ITCG (2009) verificou-se que não se apresentam mais áreas demarcadas por povos indígenas na área de estudo. Haracenko (2007) explica que, com o avanço das colonizadoras na região, a ideia que se tinha era que os índios eram autóctones. Conseqüentemente, com a derrubada da vegetação, o povo Xetá ficou cada vez mais vulnerável, pois perdia cada vez mais território.

As questões histórico-culturais relacionadas aos povos indígenas que habitaram a área de estudo se configuram como elemento importante no processo e no desenvolvimento da atividade turística da região. Cabendo ao poder público realizar estudos que visem o resgate a inclusão desses fatores históricos em formas de planejamento do turismo.

Isto posto, cabe esclarecer que diversos autores congregam a ideia de que o processo efetivo de formação do território paranaense é resultado por três frentes de ocupação, ocorridas em períodos distintos. A primeira, denominada de Paraná Tradicional, teve início pelo litoral, com a extração do ouro aluvião entre os anos de 1630 a 1632, atraindo a formação dos primeiros povoados de Antonina, Morretes e Paranaguá. Em seguida, essa frente avançou para o planalto de Curitiba e depois para a zona dos Campos Gerais a partir do século XVIII, por meio do incremento da pecuária, da agricultura de subsistência, da coleta de erva-mate, da extração da madeira e do próprio tropeirismo.

Outra frente pioneira aconteceu na região Sudoeste, iniciada a partir da segunda metade do século XIX, com a formação das primeiras cidades, como Palmas em 1879 e Clevelândia em 1892. Essa frente foi formada por uma corrente migratória proveniente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, corrente formada por diversos agricultores e pecuaristas sulistas atraídos por lotes de terras três ou quatro vezes maiores que os de origem, pela topografia regular e pela fertilidade do solo (ROMARIZ, 1953). A utilização das terras foi feita conforme as necessidades da pecuária de porcos e gados, agricultura de subsistência, assim ocupando primeiramente áreas com formação de campos.

A terceira frente, denominada de região Norte do Paraná, é resultado da frente de expansão cafeeira paulista, que encontrou no Paraná uma topografia regular, solos férteis, abundância de recursos naturais. Tem início no século XIX, com a fundação das cidades de Jacarezinho, Bandeirantes, Cornélio Procopio, localizadas próximas à divisa com o estado de São Paulo. Em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, adquiriu cerca de 550 mil alqueires de terras situados entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí (PADIS, 1981 apud YOKOO, 2002). O intuito da companhia era de colonizar terras e promover a ocupação do território. Diversas cidades surgiram, dentre elas Londrina em 1929, Maringá em 1947, Paranavaí em 1951, Cianorte em 1953, Umuarama em 1961, entre outras.

A formação do território da região Norte do Paraná não ocorreu de forma homogênea, seja porque diferentes agentes entraram em ação como produtores do espaço, como também porque ações de produção do espaço ocorreram em períodos temporais

diferentes. Dessa forma, a região Norte do Paraná foi dividida em Norte Velho, em Norte Novo e em Norte Novíssimo.

De acordo com Yokoo (2002), na região Norte Novíssimo, a venda de terras iniciou-se por volta de 1940. A ocupação do território dessa região teve influência direta do governo do Estado do Paraná, decidindo iniciar a colonização estatal das terras devolutas existentes na região com referência no projeto de colonização executado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. O autor observa que, nessa nova região, por se tratar de solos arenosos, friáveis, o parcelamento e a venda das terras foi feito com tamanho de médias e grandes propriedades com 20 a 25 alqueires, ao contrário do que aconteceu no Norte Pioneiro e Norte Novo, onde o houve o regime de pequenas propriedades, em média de 5 a 15 alqueires.

Carvalho (2002) concorda com a teoria de que a formação do território do Norte do Paraná não ocorreu de forma generalizada, uma vez que, por ter sido planejada por ingleses e formada por pequenas propriedades, cria-se a ideia de que o acesso à terra por parte dos trabalhadores do café foi democrático. A autora cita o relatório do CODESUL/IPARDES (1976), onde se constataram, em relação ao Norte Novíssimo, diversas titulações irregulares ou duplas da mesma propriedade, sendo um indicativo de falta de controle.

A mesma análise pode ser entendida ao Endlich (2006) citar Westphalen, Machado e Balhana (1968), quando diz que, mesmo que a região seja conhecida por uma colonização baseada na venda de pequenas propriedades, esse processo não corresponde à totalidade. Houve nessa região a doação de grandes áreas de terras aliada ao processo de grilagem, o que gerou uma oligarquia agrária que, quando desafiada pelos movimentos sociais e pelo processo de ocupação efetiva, desenvolveu conflitos pela terra. A autora complementa, dizendo:

A formação baseada em pequenas propriedades, ainda que uma particularidade da região, em parte tornou-se um mito. Esta qualidade da formação socioespacial passou a ser ainda menos verdadeira com as mudanças na agricultura, provocadoras de forte concentração fundiária. Assim, apesar das dimensões menores dos estabelecimentos rurais na região, isso não implica em ausência de concentração de terras e conflitos fundiários. (ENDLICH, 2006, p. 62).

A história de formação do território do Norte Novíssimo foi marcada por conflitos envolvendo a posse de terras. Carvalho (2002) explica que, nessa região, já existiam posseiros antes da demarcação dos lotes vendidos pelo governo do estado do Paraná. Lopez, Pentead e Nascimento (2008) relatam sobre os conflitos acontecidos na região Norte do Paraná:

O que se segue à aquisição dessa região do Estado do Paraná pelos ingleses foi um grande processo de exclusão dos que ali viviam. A (re)ocupação das

terras não foi um processo pacífico, como pretendeu um certo “discurso sobre o Norte do Paraná”. Segundo esse discurso, foi criada a idéia de que nessa região todos compartilhavam das mesmas intenções, uma comunidade que tinha os mesmos interesses políticos, econômicos e sociais. A sociedade dos “pés vermelhos” fora criada para promover, na região colonizada inicialmente pelos ingleses, idéias de progresso, modernidade, homogeneidade, colonização racional, ocupação planejada, pacífica, baseada na pequena ou média propriedade, cafeicultora. Diferente do discurso, a violência da exclusão atingiu não toda a sociedade, porém parte dela. Primeiramente os indígenas, caboclos e posseiros foram excluídos quando panfletos da CTNP passaram a anunciar a venda de terras desabitadas, o que de modo algum era verídico. Tais grupos foram expulsos com um processo de intensa violência, através de jagunços que praticaram a pura eliminação de algumas populações. (LOPEZ, PENTEADO e NASCIMENTO, 2008, p. 113).

Serra (2009a) analisou, em específico, que os territórios de Querência do Norte, de Santa Cruz de Monte Castelo e de Santa Mônica, objetos de estudo desta pesquisa, também foram marcados por diversos conflitos envolvendo a posse de terras. A partir do ano de 1988, as ocupações de áreas improdutivas passaram a ser constantes, “[...] o histórico de apropriação irregular de terras de domínio público era bastante volumoso, o que o transformava em espaço ideal para o desencadeamento de ocupações como estratégia de reforma agrária” (SERRA, 2009a, p. 23).

Ainda sobre a região, Serra (2009b) explica que diversas fazendas foram ocupadas pelo MST – Movimento dos Sem Terra, como é o caso da Fazenda 29, no Pontal do Tigre, de propriedade do Grupo Atalla, com área de 10.896 hectares. Em seguida, no ano de 1995, foi ocupada a Fazenda Porangaba I, de 2.700 hectares, e a Fazenda Saudade, no vizinho município de Santa Izabel do Ivaí (durante a ocupação, o MST enfrentou, pela primeira vez, a reação armada dos fazendeiros e, após confronto, 17 trabalhadores saíram feridos).

Embora conste, em parte da bibliografia, como pertencente ao processo de ocupação do território da região Norte Novíssimo, a região dos municípios lindeiros da planície aluvial do rio Ivaí apresenta uma formação do território mesclada, associada tanto pela frente pioneira da região Norte, como também pela frente pioneira do Sudoeste, conforme relatório do CODESUL/IPARDES (1976):

Na década de 1940, corretores imobiliários atraíram gaúchos e catarinenses para a nova frente agrícola que se iniciava. Numerosos, os migrantes se fixaram fazendo da policultura seu esquema de uso da terra, só a abandonando (no caso, pelo cultivo do café), sob pressão intensa da economia e/ou política local. Este fluxo povoador partiu de Campo Mourão, espalhando-se por diversas direções, fundando vilas que posteriormente se confirmariam como importantes núcleos urbanos regionais. (CODESUL/IPARDES, 1976, p. 48).

Para melhor entendimento do processo de formação do território da área de estudo, dividiu-se em duas etapas o processo de criação dos municípios. A primeira etapa reúne os municípios que foram criados entre os anos de 1955 e 1968, sendo os municípios de Querência do Norte, de Santa Cruz de Monte Castelo, de Santa Izabel do Ivaí, de Icaraíma e de Tapira, período esse caracterizado pela cafeicultura e pela ação imobiliária das colonizadoras que organizaram o território na área de estudo. O período entre 1969 e 1982 foi marcado por uma interrupção na criação dos municípios na área de estudo.

A segunda etapa, período a partir de 1983, é marcada por uma fase de economia e produção do espaço distinta da etapa anterior, caracterizada por mudanças na estrutura socioeconômica, agrária, que reúne os municípios de Douradina, de Ivaté e de Santa Mônica.

Haracenko (2007) relata que, até meados de 1950, o território e a história de Querência do Norte pertenciam a Paranaíba e possuía cerca de três mil habitantes. O nome *querência*, de Querência do Norte, é uma gíria gaúcha que significa “lugar querido, onde se quer viver”. Esse nome é justificado pelo fato de que vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina muitos pequenos proprietários que adquiriram terras nesse município. Os nordestinos que foram para localidade não adquiriram terras, mas trabalhavam na formação da lavoura de café. A colonizadora Brasil-Paraná foi que loteou o município por volta de 1950, sendo propriedade dos senhores Carlos Antônio Franchello, João Bertóglio, Jayme Pereira Borba e Waldemiro Elias. Os trabalhos de Haracenko (2002 e 2007) trazem uma rica história, contada por meio de entrevistas com os primeiros moradores da cidade. A Figura 7 demonstra uma das primeiras construções na cidade.

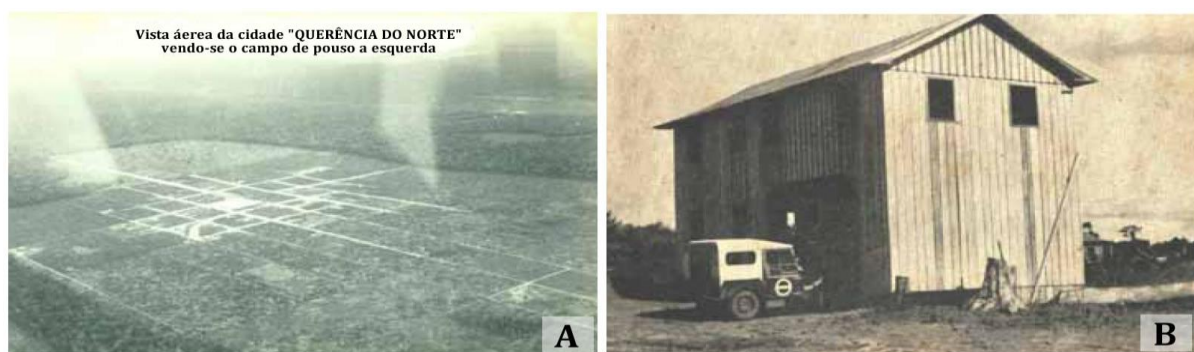


Figura 7: A – Vista aérea de Querência do Norte em 1953. B – Primeiro terminal rodoviário de Querência do Norte

Fonte: A – Acervo particular de Santa Borsato. B - Acervo particular de Neuza Barth (apud HARACENKO, 2007).

Sobre o município de Santa Cruz de Monte Castelo, Haracenko (2007) explica que as terras que hoje pertencem ao município foram requeridas juridicamente, em 1950, ao

governo do Paraná pelos senhores Orlando Leite, Ernesto Brito Cavalcanti, Manoel Boaventura e outros. No ano seguinte, venderam cerca de 22 mil alqueires aos senhores Júlio Mariúcci, Antônio Cantizzani e Amador Coelho Aguiar, que montaram uma empresa imobiliária chamada Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz. Em seguida, foi demarcado o traçado urbano e rural do município, para isso seguindo os modelos já utilizados por outras companhias no noroeste do estado. O sucesso do empreendimento é destacado por Ferreira (1996 apud HARACENKO, 2007):

O sucesso do empreendimento foi enorme, verificando-se inclusive mudanças na composição da diretoria da empresa colonizadora, que passou a se chamar Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – COBRINCO, sendo seus sócios, os empresários Mario Coelho Aguiar, Amador Coelho Aguiar, Gino Cantizzani, Ramiro Silva Leite e Fermino Ferreira. Por conta dessas mudanças, grandes melhorias foram verificadas no povoado. Pela Lei Estadual nº 13, de 05 de agosto de 1953, foi criado o Distrito Administrativo de Santa Cruz de Monte Castelo, com território pertencente ao município de Paranaíba. Em 25 de novembro de 1954, através da Lei Estadual nº 253, o distrito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do município de Paranaíba. (FERREIRA, 1996, p. 598 apud HARACENKO, 2007).

O nome dado à cidade, Santa Cruz de Monte Castelo, foi idealizado por Júlio Mariúcci, sendo dividido em duas partes, em que a primeira parte (Santa Cruz) é o nome da primeira fazenda e colonizadora da cidade e a segunda (Monte Castelo), é homenagem aos pracinhas da FEB - Força Expedicionária Brasileira. As primeiras famílias a chegarem à cidade foram as dos senhores Laurindo Madureira, João Mariúcci, Lamartine Cunha e Lucas Ortega Perez. Isso ocorreu em 1951. A Figura 8 é uma fotografia do ano de 1959 e mostra o primeiro hotel construído na cidade.



Figura 8: Primeiro hotel construído em Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná
Fonte: IBGE (1959)

Conforme dados históricos da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí no início da década de 1950, foi a Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí que deu início ao processo de venda de lotes da Gleba 19, pertencente à antiga Fazenda Brasileira. O empreendimento atraiu diversos imigrantes do sul do país e japoneses provenientes das cidades de Uraí e Assaí. Diversas empresas se estabeleceram nesse período, impulsionadas pela economia cafeeira. Em 1955, Santa Isabel do Ivaí emancipou-se de Paranavaí, criando então o município de Santa Isabel do Ivaí, que, no ano de 1960, conforme censo, já apresentava 12.524 habitantes (SANTA ISABEL DO IVAÍ, 2012).

De acordo com o IBGE (2010a), o município de Icaraíma foi colonizado pela COBRINCO – Companhia Brasileira de Colonização, que, a partir da década de 1950, começou a venda dos lotes e o planejamento da cidade. O início do povoamento foi marcado por imigrantes vindos do Norte e do Nordeste do país, como também de países como Portugal e Paraguai. No ano de 1953, instalou-se a primeira indústria madeireira da cidade, denominada de Serraria Bandeirantes Ltda. No ano seguinte, Icaraíma possuía seu primeiro meio de hospedagem, o Hotel São Paulo.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Tapira, boa parte do território pertencente atualmente ao município, cerca de 10 mil alqueires paulistas, foi comprada na década de 1940 pela Colonizadora Rio Bom, que pertencia ao banco BANRISUL (Banco do Estado do Rio Grande do Sul). No ano de 1948 foram realizadas as medições da área e cinco anos mais tarde iniciaram o processo de colonização e venda de lotes de terras. (TAPIRA, 2012).

Um dos primeiros moradores da região foi Elizeu Garcia Barros, que, em 1951, tomou posse de uma área de terras próximas à margem esquerda do rio Ivaí, dedicando-se à pesca, à caça e à criação de porcos. Depois de um tempo, legalizou a situação e comprou cerca de 50 alqueires da colonizadora. Dez anos mais tarde, Barros comprou uma balsa que fazia a travessia do rio Ivaí, ligando o povoado de Tapira até o povoado de Santa Isabel do Ivaí. Em 1952, diversas famílias de posseiros também se instalaram nessa área e somente no ano de 1957 é que surgiram os primeiros indícios de urbanização, com as construções de casas, inclusive um hotel, sob a direção da família do senhor Luiz Antão Barboza, desbravador que se instalou na cidade.

A segunda etapa de criação de municípios na área de estudo foi a partir de 1983, com a emancipação da cidade de Douradina em relação ao município de Maria Helena. O povoado de Douradina surgiu no início da década 1950, quando, mais precisamente em 1952, o senhor Antônio Lustosa de Freitas trouxe a família e 22 peões para residir no local. Freitas

se tornou capataz em uma área de florestas a pedido de seu tio, deputado Antônio Lustosa de Oliveira, que tinha 2.000 alqueires de terra que adquiriu através da permuta feita com o governo do Estado, nos campos de Guarapuava, área da qual inclusive doou 55 alqueires ao senhor Freitas, propriedade que mais tarde passou a ser denominada "Fazenda Santa Rosa" (DOURADINA, 2012).

Na década de 1970, a cidade de Ivaté possuía cerca de 10 mil habitantes (IBGE, 2012). Nesse período, Ivaté ainda era distrito administrativo e pertencia a Umuarama, sendo que a emancipação política foi realizada apenas em 1993.

O município de Santa Mônica possui uma história política recente e como distrito do município de Santa Isabel do Ivaí, quando, no ano de 1993, a localidade se emancipou politicamente, sendo realizado um plebiscito com os moradores de Santa Isabel do Ivaí e o então distrito Santa Mônica, que possuía apenas 912 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2012). A Figura 9 sintetiza os dados referentes à dinâmica evolutiva da população nos municípios que compõem a área de estudo, sendo apresentada também a data de criação do município.

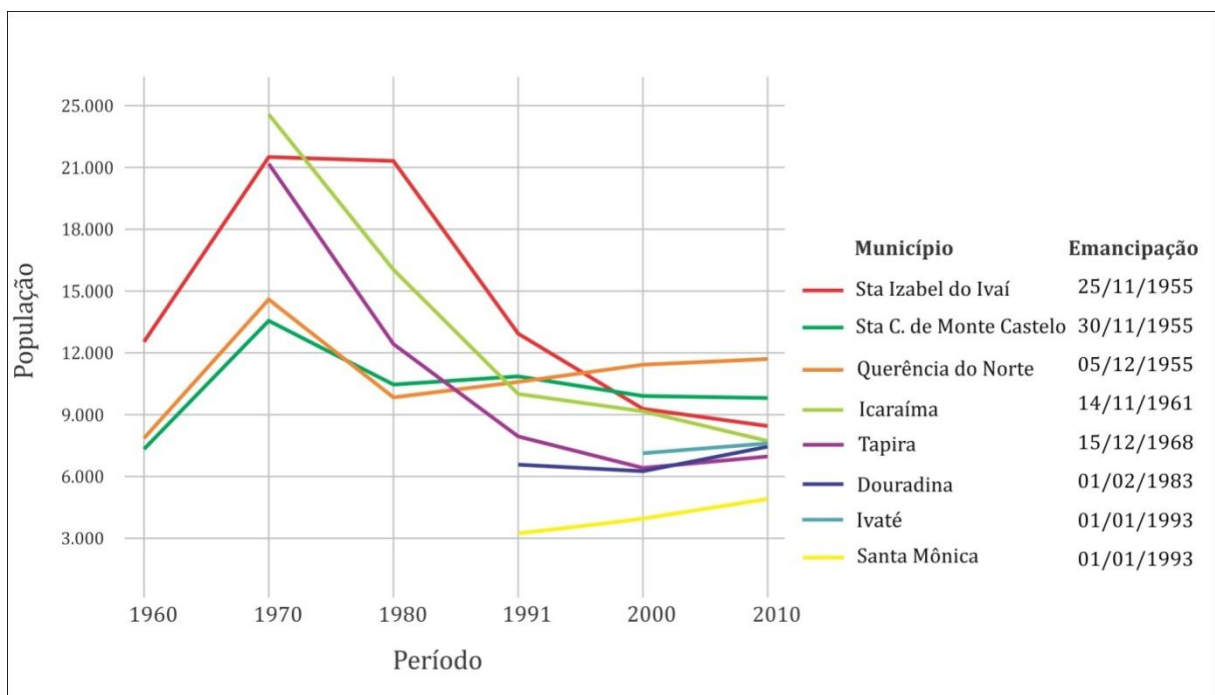


Figura 9: Evolução da população nos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí – 1960 a 2010

Fontes: IBGE (2012)

Nota-se um crescimento significativo da população, na ordem de 90%, registrado no período de 1960 a 1970, nos municípios de Santa Izabel do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo

e Querência do Norte, sendo esse crescimento resultante do processo de colonização e da venda de lotes na região por ação das empresas colonizadoras.

Serra (1992 e 2010) explica que a marcha de colonização na região Noroeste se esgotou nos anos 1960, com o encontro das frentes pioneiras juntamente com a expansão da fronteira agrícola. Concomitante a essa situação, a cafeicultura começa a entrar em decadência por diversos fatores, culminando com a geada negra no ano de 1975.

O trabalho elaborado por CODESUL/IPARDES (1976) apontou as geadas consecutivas como fatores determinantes na criação de novas relações de trabalho, como a parceria entre pequenos proprietários e a alteração da estrutura fundiária, alterando-se também os tipos de culturas. As geadas ocorreram em 7 de julho de 1962 (classificada como moderada), em 22 de junho de 1963 (moderada), em 28 de junho de 1964 (moderada), em 21 de agosto de 1965 (moderada), 6 de agosto de 1966 (grave), em 11 de julho de 1969 (moderada), em 1972 foi considerada moderada e, por fim, em 1975, conhecida como geada negra.

Sobre o processo de decadência da cafeicultura no Paraná, Carvalho (1999 e 2002) explica que o GERCA – Grupo de Executivo de Racionalização da Cafeicultura realizou, no início da década de 1960, programas cujo objetivo era erradicar os cafezais antieconômicos, substituindo-os por lavouras em bases modernas. Um dos programas, denominado de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, foi desenvolvido no período de 1962 a 1966, a partir do qual foram erradicados dois bilhões de pés de café, equivalendo a cerca de 80% da produção da época.

Carvalho (1999) também analisou que, em 1963, o GERCA/IBC, estabeleceu um convênio com o Instituto do Açúcar e do Alcool, com o objetivo de estimular a construção de usinas de cana-de-açúcar nas áreas liberadas pelo café, além de ter estabelecido vários convênios com os órgãos estaduais para o incentivo da modernização das lavouras substitutivas ou de melhoria de infraestrutura, com a construção de estradas e a instalação de energia elétrica, entre outras benfeitorias.

Um dos reflexos das mudanças ocorridas no meio rural tem relação com a mobilidade da população. Moro e Teixeira (1989) relatam que, na década de 1980, o Norte Novíssimo perdeu 22,83% de sua população, ou seja, 218.428 habitantes.

Nos municípios que compõem a área de estudo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo, Querência do Norte, Icaraíma e Tapira, os dados de perda da população são mais expressivos. A soma da população em 1970 era de 94.773 habitantes. Depois, já no

Censo Demográfico de 1991, a perda foi de 43,1%, decaindo para 53.895 habitantes. Na comparação do Censo de 2010 com relação ao de 1970, a queda da população foi de, aproximadamente, 54%, decaindo para 43.256 habitantes (IBGE, 2012).

O êxodo rural foi um dos resultados das transformações ocorridas no sistema agrário, refletindo principalmente nas migrações ocorridas no período. A Figura 10 demonstra a dinâmica migratória da população do Paraná, mostrando a ocorrência de um fluxo migratório no período de 1970 a 2000, com fluxo superior a 20 mil habitantes que trocou a área rural do Noroeste por áreas urbanas da região Norte Central, e um fluxo maior que 10 mil habitantes para a região Metropolitana de Curitiba.

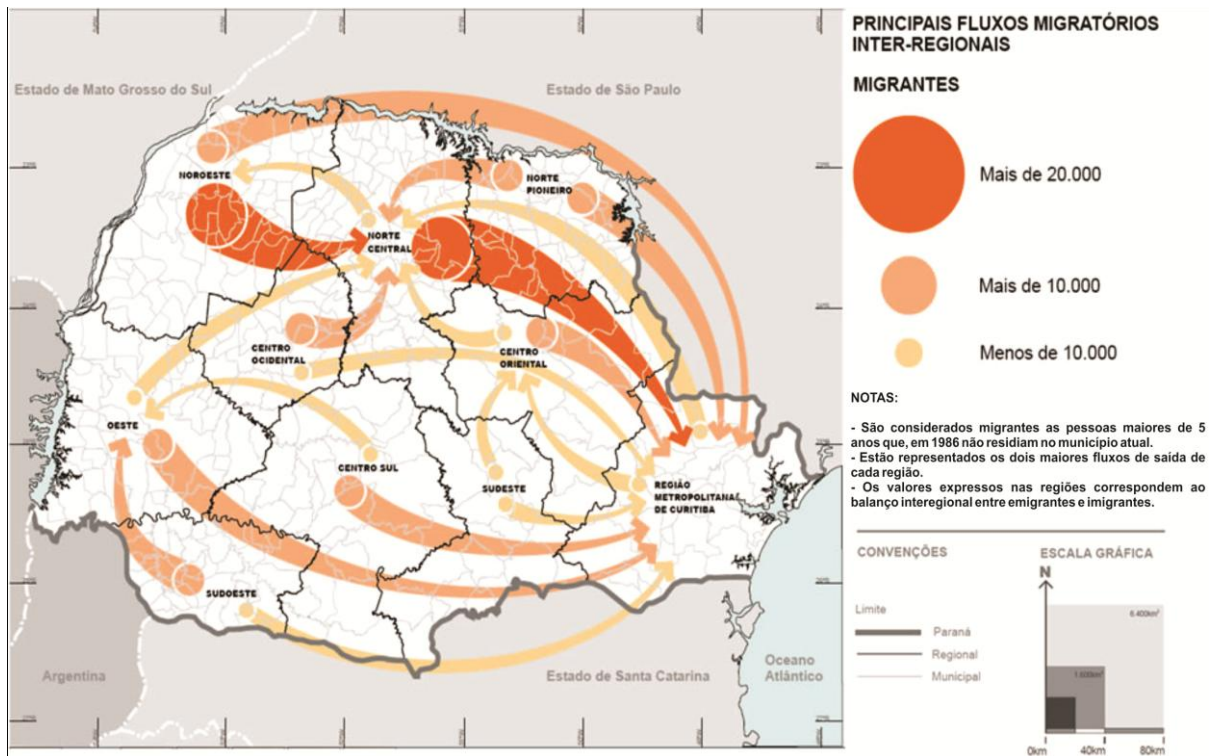


Figura 10: Fluxos migratórios inter-regiões no Paraná 1970 a 2000
Fonte: IPARDES (2002 apud PARANÁ, 2006c)

É importante esclarecer que as novas relações de trabalho e local de moradia, após o início da década de 1970, estão relacionados com um novo padrão de acumulação da economia mundial, com conseqüente alteração na divisão territorial do trabalho, alteração que também incluiu o Noroeste do Paraná e os municípios que compõem a área de estudo, resultando em profundas transformações na sua estrutura agrária (BRAGUETO, 2007).

Moro e Teixeira (1989) citam que, na região do baixo Ivaí, o processo de substituição da monocultura do café, em um primeiro momento, por pastagens e, a seguir,

pela cultura associada da soja e do trigo, seguida de outras atividades produtivas, culminou com uma profunda reestruturação fundiária – concentração e formação de grandes propriedades. Para melhor entendimento das transformações espaciais da área de estudo, o próximo item procura fazer uma explicação do uso da terra por meio de um resgate histórico espacial.

No período posterior a 1990, ocorre uma estabilização e até conseqüente ganho de população em alguns municípios, como é o caso de Douradina, Querência do Norte, Ivaté e Santa Mônica, esse fato é resultado do processo de geração de empregos pelas indústrias que se instalaram no mesmo período, tais como indústrias de cana de açúcar, moveleira e de transformação.

3.4 USO DA TERRA

O período que marca o início da formação efetiva do território do Norte Novíssimo, embora recente, foi marcado por uma dinâmica extrativista da madeira, sendo ocupado posteriormente, na maioria das localidades, pela cultura cafeeira e pelas lavouras de subsistência. Esse processo é explicado por Serra (2010):

Devastada a mata nativa, de imediato eram efetivados os plantios de café e de lavouras de subsistência, bem como construídas as edificações básicas que garantiriam a fixação do homem no campo. As partes mais altas da propriedade, as localizadas nos espigões, por representarem menor risco tendo em vista a ocorrência de geadas, eram destinadas às lavouras de café, enquanto as partes mais baixas eram destinadas às lavouras de subsistência e ainda para as casas, terreiro, tulha, paiol, chiqueiros, galinheiros, pomares e outras benfeitorias necessárias à manutenção no espaço rural do agricultor, seus familiares e seus empregados. (SERRA, 2010, p. 92).

Os lotes foram divididos de maneira que toda propriedade possuía uma parte superior unida com as estradas, e nas partes mais baixas o contato era principalmente com os cursos d'água (córregos, rios, entre outros). Embora o uso e a propriedade da terra tenham se modificado no decorrer do desenvolvimento, ocasionando a unificação das propriedades e formando latifúndios, é possível observar ainda nos dias atuais, por meio de imagens de satélite, esse tipo de divisão dos lotes de terras, conforme (Figura 11).



Figura 11: Divisão dos lotes rurais na região Noroeste do Paraná
 Fonte: Google Earth/Digital Globe (2005) – Adaptado por Angelo Ricardo Marcotti

Passos et al. (2009) analisam como era organizada a divisão de terras no período da cafeicultura, sendo:

Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que, para a maioria dos pequenos agricultores, representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas. (PASSOS et al., 2009, p. 6).

Em seu trabalho, Serra (2010) relata que a cultura cafeeira se tornou uma atividade rentável na região norte e seu domínio territorial deveu-se às condições favoráveis em termos de clima e de solo, resultado também das experiências acumuladas pelos pequenos proprietários de terra, estes vindos das tradicionais zonas produtoras de São Paulo e de Minas Gerais. Serra ainda argumenta que as propriedades se baseavam na subsistência, possibilitando ao agricultor se manter nos períodos da entressafra, e os excedentes muitas vezes eram comercializados, proporcionando uma renda extra para gastos emergenciais.

Conforme o autor, essa situação de trabalho se manteve inalterada até o início da década de 1960, quando sucessivas superproduções passaram a influenciar na estrutura socioeconômica.

Moro (1991) argumenta que os fatores regionais e locais também foram circunstanciais e funcionaram como aceleradores do processo de substituição de culturas, tendo em vista as dificuldades dos pequenos agricultores em manter os custos de produção, em especial por causa da oscilação de preços. As lavouras precisavam de renovação e outras foram atingidas por geadas e pragas. Foram esses os fatores que, numa conjuntura econômica que já não era positiva, promoveram a desistência momentânea ou definitiva para a maioria dos cafeicultores da região.

Assim a região noroeste, por possuir solos de origem arenosa, em geral de baixa produtividade, passa a ser ocupada, em um primeiro momento, pelas lavouras de algodão, seguidas depois por pastagens plantadas, tendo em vista a criação de gado de corte como atividade econômica predominante (SERRA, 2010).

A Tabela 1, originalmente apresentada por Serra (2010), demonstra dados relativos à distribuição do uso da terra da região Noroeste do Paraná no período de 1970 a 1996. É possível observar que as lavouras permanentes, inclusive o café, decaem consideravelmente no período analisado. As áreas de lavouras temporárias passam por um processo de diminuição de território e voltam a crescer no final do período. Enquanto isso, as áreas de pastagens que já possuíam a maior representatividade na região tiveram um crescimento ainda maior superior a 60%.

Tabela 1: Distribuição do uso da terra em hectares no Noroeste do Paraná

	1970	1975	1980	1985	1996
Lavouras permanentes	421.993	391.135	335.493	235.580	64.402
Lavouras temporárias	315.399	224.425	202.513	286.439	305.933
Áreas de pastagens	999.537	1.430.917	1.582.322	1.594.475	1.663.748

Fonte: IBGE 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996 (apud SERRA, 2010)

A Figura 12 apresenta dados do Censo Agropecuário de 2006 (IPARDES, 2012) relativos ao uso da terra na área de estudo. As áreas com pastagem são predominantes em todos os municípios. As lavouras temporárias são mais expressivas nos municípios de Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo e Santa Mônica, influenciadas pela cultura do arroz. As lavouras temporárias são mais expressivas nos municípios de Ivaté e de Douradina, isso devido à produção de cana-de-açúcar.

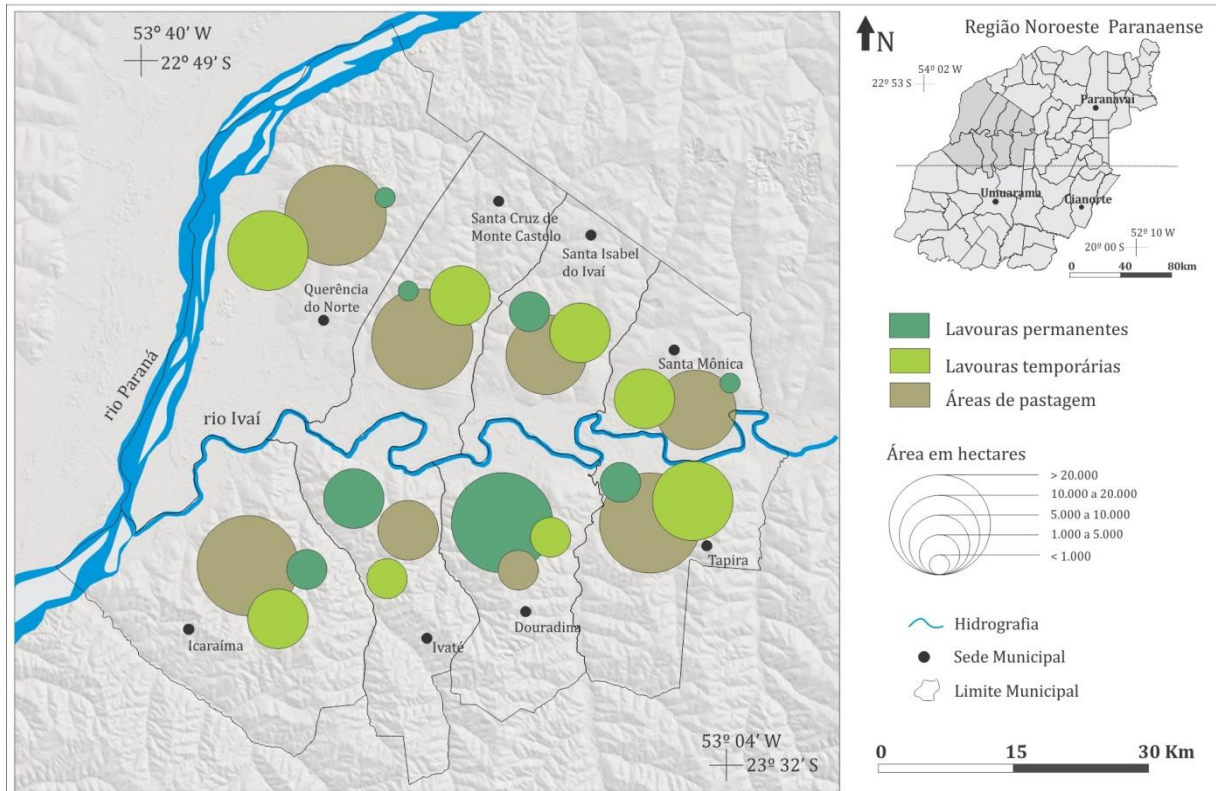


Figura 12: Distribuição do uso da terra em hectares na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí

Fonte: IPARDES (2012), organizado por Angelo Ricardo Marcotti

Na Figura 13 são apresentados os principais produtos agrícolas na área de estudo. As produções de arroz e de soja são visivelmente mais ligadas aos municípios de Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica (margem direita). Enquanto isso, a cana-de-açúcar está mais ligada aos municípios de Douradina, Icaraíma, Ivaté, Tapira (margem esquerda) e Santa Mônica. Sobre a produção de mandioca, os principais municípios são Icaraíma, Querência do Norte e Santa Cruz de Monte Castelo. Sobre o milho, a concentração da produção está nos municípios de Querência, Santa Cruz de Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí.

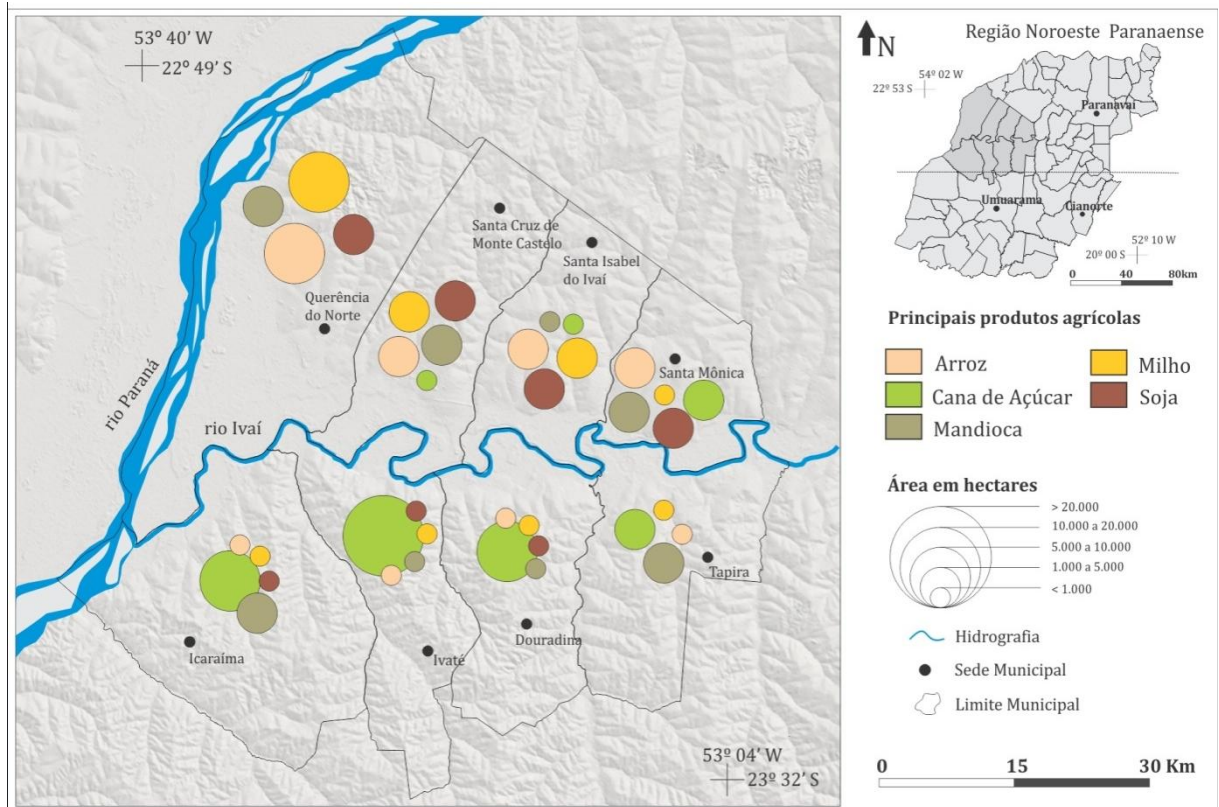


Figura 13: Principais produtos da agricultura na região dos municípios limieiros com a planície aluvial do rio Ivaí

Fonte: IPARDES (2012), organizado por Angelo Ricardo Marcotti

A década de 1990 foi marcada pelo início da cultura da cana-de-açúcar na área de estudo, principalmente nos municípios de Icaraíma e Ivaté. Em 1992, o Grupo Santa Terezinha adquiriu a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Cana de Icaraíma Ltda. – COPICAR. Em 1995 entrou em funcionamento a Usina de Álcool e Açúcar Ivaté S.A. na cidade de Ivaté, que atualmente tem capacidade de processar até 9.600 toneladas de cana-de-açúcar por dia.

No ano de 2003 foi dado início ao mapeamento das plantações da cana-de-açúcar, trabalho realizado pelo projeto CANASAT/INPE na área de estudo. A Figura 14 apresenta uma evolução das áreas cultivadas com cana-de-açúcar nos municípios de estudo.

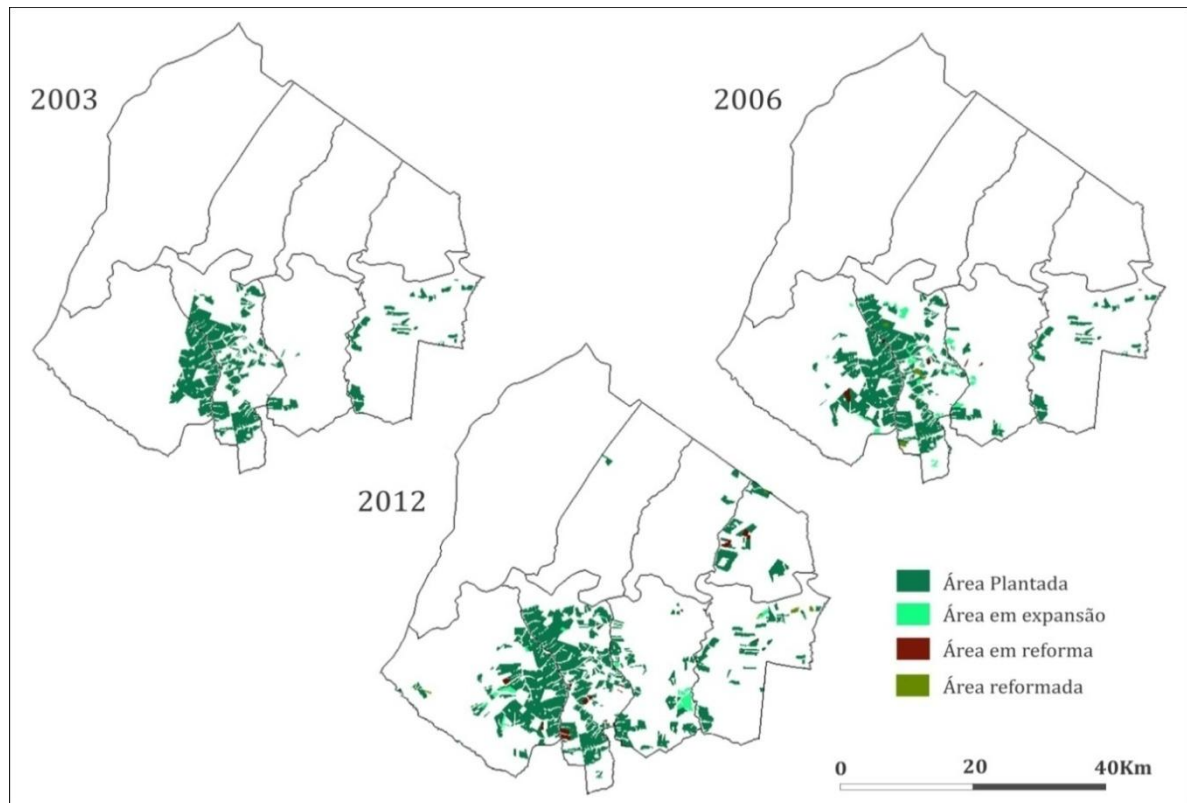


Figura 14: Desenho esquemático da comparação entre plantio de cana-de-açúcar na região dos municípios limítrofes da planície aluvial do rio Ivaí, no período de 2003 a 2012
 Fonte: Adaptado de CANASAT/INPE (2013)

Atualmente, as plantações de cana-de-açúcar estão mais presentes nos municípios que se localizam à margem esquerda do rio Ivaí, ou seja, Tapira, Douradina, Ivaté e Icaraíma. Os municípios da margem direita, ou seja, Santa Mônica, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte não apresentaram áreas com plantações de cana-de-açúcar até o ano de 2006. Com os projetos de instalação de novas usinas nos municípios de Santa Mônica e Santa Cruz de Monte Castelo, realizados em 2008, criou-se um estímulo ao aparecimento das plantações da cultura nesses municípios. Até o ano de 2012, o município de Querência do Norte não apresentou área com cultivo de cana-de-açúcar.

Quanto à produção de mandioca, os municípios de Icaraíma, Querência do Norte e Santa Cruz de Monte Castelo se apresentam como principais produtores. A Agência de Notícias do Estado do Paraná divulgou nota, em novembro de 2011, informando que uma empresa com sede em Londrina realizou investimento de R\$ 10 milhões na construção de uma fecularia no município de Icaraíma. Imagina-se que as áreas com o plantio possam aumentar nos próximos anos, juntamente com a estrutura da agroindústria do produto.

Por fim, o arroz é produto em evidência na região, uma vez que a topografia da região contribui para o plantio por meio do sistema de irrigação. No ano de 2010, a produção

de arroz na região dos municípios lindeiros da planície foi de aproximadamente 97 mil toneladas, totalizando 58% da produção estadual IPARDES (2012). Verifica-se que a agropecuária exerce ainda relevante influência no desenvolvimento econômico da região, caracterizando-se como um elemento expressivo na paisagem da área de estudo.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO

A soma total da população dos oito municípios que integram a área de estudo foi de 61.786 habitantes. O município que possui menor população é Santa Mônica, com 3.571 habitantes. A maior população concentra-se em Querência do Norte, com 11.729 habitantes, IPARDES (2012)

A Figura 15 apresenta um comparativo entre população urbana e rural, apresentando também o grau de urbanização. Constatou-se que todos os municípios são caracterizados por um grau de urbanização menor que a média do Paraná, que é de 85,3% (IBGE, 2010). O município que apresenta maior grau de urbanização é Santa Isabel do Ivaí, com 80,6%, e o município com menor grau de urbanização é Santa Mônica, com 41,3%.

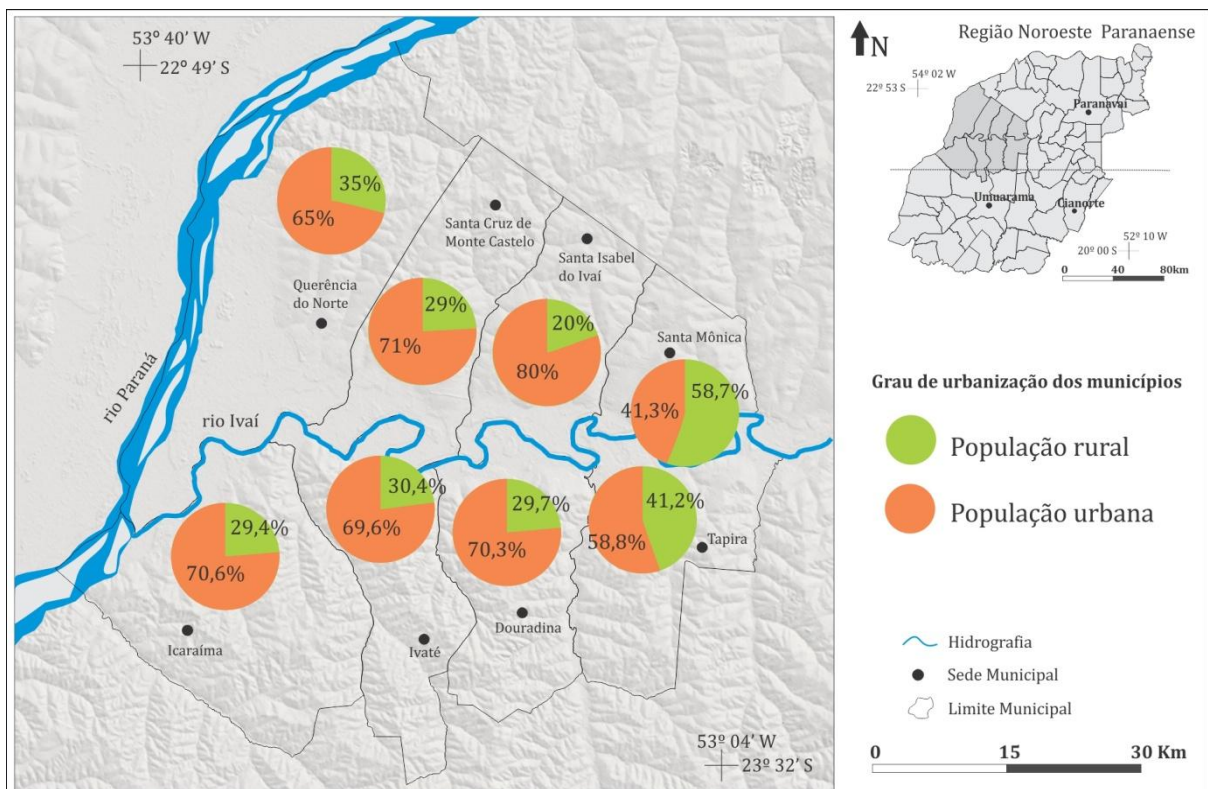


Figura 15: Grau de urbanização na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí
Fonte: IPARDES (2012), organizado por Angelo Ricardo Marcotti

Na região Noroeste, as cidades de Umuarama, Paranaíba e Cianorte exercem maior expressão em relação aos municípios que compõem a área de estudo. A cidade de Umuarama, com população de 100.676 habitantes IPARDES (2012) é classificada, conforme o REGIC (2007), como Centro Sub-Regional A. Já as cidades de Paranaíba, com 81.590 habitantes, e Cianorte, com 69.958 habitantes IPARDES (2012), são classificadas como Centro Sub-Regional B. As principais relações entre a área de estudo e esses centros são por questões comerciais, serviços médicos especializados, setores educativos, entre outras atividades. Sobre a ocupação da população no mercado de trabalho, a Figura 16 apresenta as principais atividades econômicas na área de estudo.

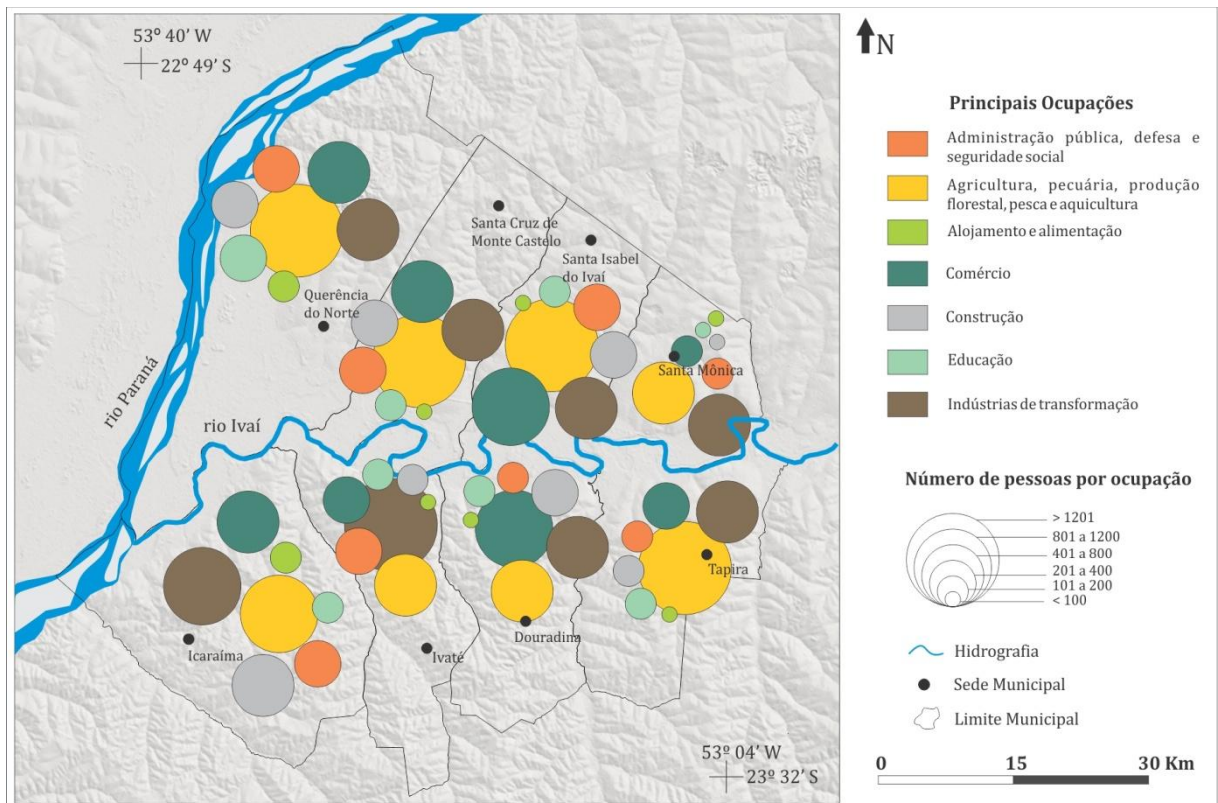


Figura 16: Principais ocupações da população de acordo com as atividades econômicas na região dos municípios limítrofes com a planície aluvial do rio Ivaí

Fonte: IPARDES (2012), organizado por Angelo Ricardo Marcotti

Conforme o documento do REGIC – Região de Influência das Cidades, as cidades que compõem a área de estudo inserem-se na categoria de Centro Local, pois possuem população predominantemente inferior a 10 mil habitantes, exceto Querência do Norte, com 11.729 habitantes IPARDES (2012). Ocorre, entretanto, que a centralidade e a atuação dessa e das cidades que integram a área de estudo não extrapolam os limites municipais, servindo apenas aos seus habitantes. Do ponto de vista econômico, as cidades atendem a algumas

necessidades comerciais básicas da população. No âmbito social, as cidades se encontram em uma localização caracterizada como socialmente crítica, de acordo com o Paraná (2006c).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano da área de estudo, apresentado na Figura 17, observa-se que os valores variaram de forma positiva em todos os municípios, no período analisado entre 1991 a 2010. Para o ano de 2010, o município de Icaraíma obteve o menor resultado, de 0,666, enquanto que o município de Douradina, obteve o índice de 0,724.

Em comparação, todos os municípios encontram abaixo da média estadual que é 0,749. Ficando os municípios de Santa Mônica, Ivaté, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Douradina acima da média nacional que é de 0,704 para o ano de 2010.

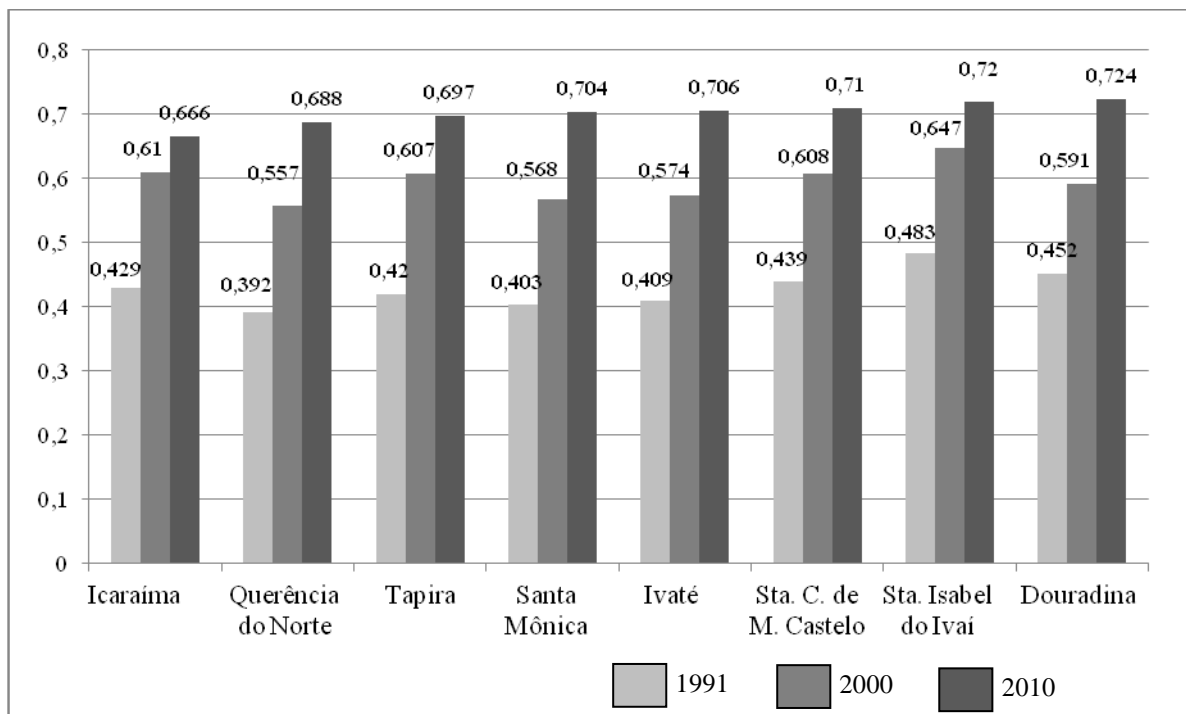


Figura 17: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí/PR

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013)

Sobre a ocupação da população relacionada ao trabalho, notou-se que as atividades ligadas à agricultura, a indústrias de transformação e ao comércio exercem grande influência como fonte geradora de empregos na região. Em alguns municípios, os empregos relacionados à agricultura são mais expressivos, como é o caso de Querência do Norte, com 3.064 empregos, Santa Cruz de Monte Castelo, com 1.698, Tapira com 1.334 e Santa Isabel do Ivaí, com 1.272 empregos (IPARDES, 2012).

Os empregos gerados pela indústria de transformação aparecem com maior influência na cidade de Ivaté, com 1.625 empregos, criados e mantidos, em sua grande maioria, pela usina de cana-de-açúcar instalada na cidade. Esse fato também influencia cidades vizinhas, como é o caso de Icaraíma, com 708 empregos. O município de Douradina apresenta 786 empregos, estes relacionados a uma grande indústria moveleira na cidade (IPARDES, 2012).

Os municípios de Icaraíma e Querência do Norte, embora com pouca expressão, possuem um maior número de pessoas empregadas nos setores de alojamento e alimentação, em comparação aos outros municípios da área de estudo. Esses empregos podem estar relacionados com atividades turísticas realizadas por influência do rio Paraná.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O LEVANTAMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO

Para adotar os procedimentos metodológicos da presente pesquisa, foi necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica em diversas fontes existentes sobre o levantamento do potencial turístico de localidades. Feita essa pesquisa bibliográfica, foi aqui adotada uma base teórico-metodológica composta por elementos apresentados por Almeida (2006), Ministério do Turismo (2006), Oliveira e Martinelli (2009) e pelo SEBRAE (2011), além disso, foram realizados trabalhos de campo e a elaboração dos documentos cartográficos, que serão descritos nos itens que seguem.

4.1 AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO

Verificou-se a relevante contribuição nos estudos de potencialidades turísticas proposta no trabalho de doutoramento realizado por Almeida (2006) nos municípios de Guaratinguetá e Cunha, no Estado de São Paulo. Para realizar a sua pesquisa, o autor elaborou e aplicou uma proposta de matriz de avaliação do potencial de comunidades receptoras contida no Quadro 2.

Quadro 2: Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras

1	Atrativos turísticos
2	Equipamentos e serviços turísticos
3	Infraestrutura de apoio turístico
4	Infraestrutura de acesso
5	Órgãos de cunho normativo-institucional
6	Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo
7	Comunicação e distribuição
8	Planejamento turístico participativo
9	Outros fatores: os quais são pertinentes ao processo de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade como: 9.1. Proximidade da demanda, onde se avalia de acordo com a distância dos principais centros emissores regionais; 9.2. Disponibilidade de áreas para expansão, onde se avalia existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou dos equipamentos turísticos; 9.3. Disponibilidade de mão de obra onde se avalia de acordo com a existência de mão de obra em quantidade e qualidade para atendimento ao turista.

Fonte: Almeida (2006), adaptado por Angelo Ricardo Marcotti

Observam-se ainda, nessa matriz, alguns diferenciais de outras metodologias de potencialidade turística, uma vez que insere, como mais um elemento essencial da avaliação,

o levantamento dos órgãos de cunho normativo-institucional. Quanto a esses órgãos, trata-se de um conjunto de estruturas e organizações oficiais e não governamentais em nível local e regional, responsáveis pelo planejamento e pela gestão pública e compartilhada do turismo.

Outros diferenciais referem-se aos instrumentos de planejamento e de gestão pública e compartilhada do turismo, o planejamento turístico participativo, a proximidade da demanda, a disponibilidade de área de expansão e a disponibilidade de mão de obra. Esses elementos constituem, de forma mais ampla, os aspectos importantes no processo de apreciação do potencial turístico de uma localidade.

O Inventário da Oferta Turística desenvolvido pelo Ministério do Turismo (2006) é uma ferramenta utilizada na identificação e na quantificação dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo existente no país, como instrumento-base de informações para fins de planejamento e de gestão da atividade turística, determinando prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. Além disso, trata-se de uma metodologia oficial utilizada por diversos órgãos oficiais de turismo, instituições de ensino superior. Para o Ministério do Turismo, “[...] o intuito da aplicação dessa metodologia é auxiliar na avaliação do grau de importância dos atrativos identificados para inclusão no roteiro turístico” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 12).

O Inventário da Oferta Turística foi organizado em três categorias e está composto por diversos formulários específicos para cada tipo e subtipo. A categoria “A”, referente à Infraestrutura de apoio ao turismo, trata das instalações e dos serviços públicos ou privados, sendo subdividido em sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e de outras estruturas básicas existentes nos municípios. A categoria “B”, referente a serviços e equipamentos turísticos, subdivide-se em hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento. E, por último, a categoria “C”, relacionada aos atrativos turísticos, trata de elementos da natureza, da cultura e da sociedade.

Outra contribuição da proposta do Ministério do Turismo (2006) é o processo de Hierarquização dos Atrativos Turísticos, processo adaptado a partir da proposta da Organização Mundial do Turismo – OMT – e do Centro Interamericano de Capacitação Turística – CICATUR. São estabelecidos critérios para avaliação do Potencial de Atratividade dos atrativos turísticos investigados, estabelecendo uma ordem quantitativa informando o nível de desenvolvimento turístico desse potencial, atribuindo-lhe um valor quantitativo às suas características, visualizadas no Quadro 3.

Quadro 3: Critérios quantitativos para a priorização de atrativos no desenvolvimento da atividade turística

Hierarquia	Características
3 (alto)	É todo o atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiro, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
1 (baixo)	Atrativos com nenhum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares do próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 (nenhum)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular demanda de recreação popular.

Fonte: Ministério do Turismo (2006)

Em específico para a região turística denominada "Corredores das Águas", à qual pertence a área delimitada para esta pesquisa, o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, realizou, em 2011, o trabalho "Diagnóstico Turístico e Propostas de Desenvolvimento". A pesquisa abordou 20 municípios e teve por objetivo conhecer, de maneira sistematizada, a oferta turística regional, quantificando e qualificando os Atrativos Turísticos existentes, os Serviços, a Infraestrutura Urbana e de Apoio ao turismo, entre outros aspectos importantes para o desenvolvimento turístico integrado e sustentável da região.

De acordo com a pesquisa, foi criada uma matriz de avaliação dos municípios utilizando variáveis comuns da oferta turística que analisam a atratividade, os serviços de compras, hospedagem, alimentação, a acessibilidade e sinalização do atrativo, o apoio ao turista, os valores real e potencial do atrativo e, por fim, a densidade empresarial da localidade. O detalhamento de cada um desses itens pode ser visualizado no Quadro 4.

Quadro 4: Ficha técnica de análise turística aplicada na região Corredores das Águas

1. Atratividade	Relaciona e avalia a existência de atrativos naturais, culturais e outros, privilegiando os atrativos reais, mas também considerando os potenciais mais relevantes.
2. Compras	Busca identificar produtos singulares que agreguem valor e contenham elementos da identidade local (artesanato, produtos da agroindústria familiar e produtos típicos).
3. Hospedagem	Relaciona e avalia os principais equipamentos de hospedagem disponíveis (hoteleiros e extra-hoteleiros), em condições de atender os visitantes.
4. Alimentação	Relaciona e avalia os principais equipamentos de alimentação disponíveis em condições de atender os visitantes.
5. Acessibilidade	Avalia as condições dos meios de acesso ao município.
6. Sinalização	Identifica a existência, as condições e os padrões de sinalização turística, urbana e rodoviária de orientação e apoio aos visitantes.
7. Apoio ao Turista	Identifica e avalia os principais itens que facilitam e apoiam o turismo local. Podem ser entendidos como o conjunto de obras, instalações de estrutura física, equipamentos, bens e serviços que proporcionam boas condições de vida para a comunidade e fornecem as bases para o desenvolvimento da atividade turística.
8. Valor real	Considera um conjunto de informações que dão conta da realidade turística real analisada.
9. Valor potencial	Considera as possibilidades mercadológicas dos recursos conforme seu potencial comercial, singularidade e valor intrínseco.
10. Densidade Empresarial	Analisa a concentração de empreendimentos da cadeia produtiva do turismo, já instalada no município e o seu nível de organização.

Fonte: Modificado de SEBRAE (2011)

Na metodologia proposta pelo SEBRAE (2011), os itens analisados na Ficha Técnica de Análise Turística, apresentada no Quadro 4, são avaliados de forma qualitativa, sendo atribuídos valores que variam de 0 a 5, respectivamente, em inexistente, inadequado, precário, razoável, bom e excelente, conforme classificação disposta no Quadro 5. Vale ressaltar que, para a realização desse procedimento, na presente pesquisa, foi necessário o trabalho de campo com a visitação nos locais identificados para a realização da avaliação.

Quadro 5: Ficha técnica de avaliação de variáveis turísticas aplicada na região Corredores das Águas

5- Excelente	Quando a estrutura física se distingue de outros do mesmo tipo, apresentando ótima qualidade de serviços e superando as expectativas do consumidor ou quando a situação analisada supera o que é exigido ou esperado.
4- Bom	Quando a estrutura tem a qualidade necessária e conveniente à sua função e utilização, sendo profissionalmente competente e correspondendo plenamente ao que é exigido, desejado ou esperado pelo consumidor, ou quando a situação analisada atende ao que é exigido ou esperado.
3- Razoável	Quando a estrutura é apropriada e com serviços que se limitam a atender somente às mínimas expectativas do público-alvo consumidor ou quando a situação analisada atende somente às expectativas mínimas.
2- Precário	Quando a estrutura é deficiente e a qualidade dos serviços não cumpre os seus propósitos, mas que pode ser utilizado em condições específicas e a título provisório, por públicos-alvos especiais ou quando a situação analisada atende precariamente à função esperada.
1- Inadequado	Quando a estrutura, os serviços ou a situação analisada são impróprios ao uso a que se destinam ou não cumprem a função esperada.
0 - Inexistente	Indica ausência de qualquer elemento relacionado ao item avaliado.

Fonte: Modificado de SEBRAE (2011)

Ao final da ficha técnica, os itens analisados são somados e recebem uma pontuação geral determinada por uma escala que varia de inadequado, precário, razoável e bom, podendo ser visualizados no Quadro 6.

Quadro 6: Ficha técnica de pontuação geral de variáveis turísticas aplicada na região Corredores das Águas

31 a 40 = Bom	Destinos que apresentam estruturas turísticas apropriadas em operação e convenientes à sua função e utilização e cujos serviços se aproximam do que é esperado pelo consumidor. Já recebem fluxos de visitantes, entretanto necessitam de maior qualificação e estruturação. A população começa a se conscientizar sobre o processo turístico, mas ainda carece de maior articulação entre governo, empresários e sociedade civil organizada. O turismo é percebido como uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento local e regional.
21 a 30 = Razoável	Destinos que apresentam estruturas turísticas em operação, porém carecendo de melhorias, ampliação, qualificação e estruturação e cujos serviços se limitam a atender somente às mínimas expectativas do público consumidor. Possuem um grau razoável de atratividade turística real e permitem o uso em curto prazo. A população está sensibilizada sobre o processo turístico, mas existe pouca articulação entre governo, empresários e sociedade civil organizada. O turismo é percebido como uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento local.
11 a 20 = Precário	Destinos cujas estruturas são deficientes, a qualidade dos serviços não cumpre os seus propósitos e possuem baixa atratividade turística real. A população não está conscientizada sobre o processo turístico e não existe articulação entre governo, empresários e sociedade civil organizada. Assim, portanto, o turismo ainda não é uma atividade que contribua para o desenvolvimento local.
0 a 10 = Inadequado	Quando o destino não apresenta as condições mínimas para uso turístico.

Fonte: Modificado de SEBRAE (2011)

4.2 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ

Após a realização de pesquisas bibliográficas abordando diferentes metodologias sobre estudos de potencialidades turísticas e sobre a área de estudo, foram obtidos dados que resultaram na aplicação de uma Matriz de Avaliação do Potencial Turístico da região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí (Quadro 7).

Quadro 7: Matriz de avaliação do potencial turístico na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí

1 - ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO	
1.1 - Órgãos de cunho normativo-institucional	Identifica estruturas organizacionais oficiais e não governamentais, em nível local e regional, responsáveis pelo planejamento e pela gestão pública e compartilhada do turismo.
2. INFRAESTRUTURA DE APOIO	
2.1 – Meios de acesso ao município	Avalia as condições dos meios de acesso aos municípios. Identifica a existência, as condições e os padrões de sinalização turística, urbana e rodoviária de orientação e apoio aos visitantes.
3 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	
3.1 – Meios de Hospedagem	Relaciona e avalia os principais equipamentos de hospedagem disponíveis (hoteleiros e extra-hoteleiros), em condições de atender os visitantes.
3.2 – Gastronomia	Relaciona e avalia os principais equipamentos de alimentação disponíveis em condições de atender os visitantes.
3.3 – Agenciamento	Relaciona e avalia os principais equipamentos de agenciamento disponíveis em condições de atender a região.
3.4 – Transportes	Relaciona e avalia os principais meios de transportes disponíveis em condições de atender a região e visitantes.
3.5 – Eventos	Relaciona e avalia os principais eventos disponíveis em condições de atender a região e visitantes.
4 – ATRATIVOS	
4.1 – Eventos permanentes	Relaciona e avalia os principais eventos existentes.
4.2 – Naturais	Realiza o mapeamento geoambiental da área de estudo para fins turísticos.

Organização: Angelo Ricardo Marcotti

4.3 TRABALHO DE CAMPO

Os trabalhos de campo foram realizados nos meses de setembro de 2011, março e dezembro de 2012 e foram essenciais para a realização da metodologia utilizada na pesquisa. O primeiro trabalho de campo, realizado em setembro de 2011, auxiliou no reconhecimento,

na delimitação e na descrição inicial da área de estudo, propiciando ao pesquisador uma maior proximidade com a área de estudo, formando as primeiras relações e contatos com alguns responsáveis do poder público dos municípios. O segundo trabalho de campo, realizado no mês de março de 2012, foi importante para a coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, divididas em dois grupos distintos.

O primeiro grupo de entrevistas diz respeito à coleta de dados da organização pública municipal, onde foi necessário realizar visitas às prefeituras dos oito municípios, realizadas no mês de março de 2012, para obter os dados solicitados no formulário contido no Apêndice A. Foram levantadas a existência de secretarias, de diretorias ou de órgãos de turismo nos municípios, verificando-se também a existência do chamado Inventário da Oferta Turística Municipal. Além disso, foi examinada a intervenção por instância de governança regional de turismo, a existência e participação de algum plano de desenvolvimento do turismo, identificando se o município tem conhecimento de práticas de turismo realizadas na planície do rio Ivaí. E, por fim, se o município reconhece a atividade turística como fator de desenvolvimento local.

Nesse mesmo grupo, procedeu-se à aplicação em campo, dos formulários do Inventário da Oferta Turística disponibilizados na metodologia de Inventário da Oferta Turística, propostos pelo Ministério do Turismo (2006), sendo necessária a realização de recortes.

No item da Infraestrutura de Apoio, foram avaliados os meios de acesso aos municípios, sendo utilizados os trabalhos de campo e o Formulário 02 da categoria A2. Para o levantamento das informações dos Serviços e Equipamentos Turísticos, foram usados os Formulários 08, 09, 10, 11 e 12, respectivamente, para registrar os dados de equipamentos de hospedagem, de gastronomia, de agenciamento, de transporte e equipamentos eventuais. No item referente aos eventos permanentes foi utilizado o Formulário 19 da categoria C5. Ao final, procedeu-se à classificação e à organização dos formulários.

Para a avaliação qualitativa dos elementos da Oferta Turística, foi utilizada a ficha técnica de avaliação de variáveis turísticas, contida no Quadro 4. A pontuação geral dos itens turísticos foi baseada na ficha técnica de pontuação geral de variáveis turísticas, contida no Quadro 5. Ambas as fichas foram propostas pela metodologia do SEBRAE (2011).

O segundo grupo de entrevista refere-se aos dados sobre a organização e as políticas públicas do turismo em nível regional, sendo realizada entrevista semiestruturada com a

responsável técnica no mês de dezembro de 2012, junto à Rede de Turismo Regional, órgão que responde pela Instância de Governança do Turismo no Noroeste do Paraná.

4.4 ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS CARTOGRÁFICOS

A Cartografia configura-se como uma ciência e também uma ferramenta de apoio muito importante não só para a Geografia, mas também para diversas outras áreas do conhecimento, uma vez que os documentos cartográficos, em geral, fornecem subsídios para demonstrações de diversas informações sobre o espaço. Entretanto, cabe aos profissionais adquirir conhecimentos dos aspectos básicos da Cartografia, como também das técnicas, da arte e da ciência relacionadas ao processo de elaboração de mapas.

Observa-se que em muitos casos, os padrões convencionais utilizados na produção de mapas, em diversas pesquisas, se restringem a um uso tímido das representações gráficas, tendo como exemplo o caso do turismo, conforme detalha Oliveira (2007, p.61)

Contudo, apesar de a produção gráfica sobre o turismo apresentar crescente, o que é demonstrado na publicação de inúmeros artigos, livros, relatórios de pesquisas e trabalhos apresentados em eventos, essa mesma produção registra quase um menosprezo quanto à aplicação das representações cartográficas como instrumentos de análise ou meios de expressões gráficas de síntese de investigações. O que se percebe é que os geógrafos se lançam em pesquisas dos fenômenos turísticos e suas implicações na produção do espaço geográfico, transformações das relações sócio-culturais e econômicas, entre outros aspectos, mas repetem os mesmos erros de outras áreas de investigação, que utilizam os mapas como mera ilustração - quase sempre com a função de apenas localizar a área do estudo - ou nem mesmo os utilizam.

Em função disso, nessa pesquisa, procurou-se explorar de forma técnica, artística e científica para a representação espacial dos dados levantados em campo, relacionados com a atividade turística, para isso, optou-se pela elaboração completa e padronizada de todos os mapas contidos na dissertação, que seguem descritos.

O levantamento dos atrativos naturais, propostos por essa metodologia do Ministério do Turismo (2006), está contido no formulário 15, da categoria C. As informações coletadas para registro dos atrativos são classificadas em identificação, acesso, proteção, facilidades e informações gerais. Na identificação constam informações referentes à descrição, à localização e às proximidades do atrativo. Sobre o acesso, são coletadas informações relacionadas à sinalização, aos meios de acesso e ao acesso mais utilizado. Quanto à proteção

do atrativo, são levantadas as legislações de proteção e estado de conservação do atrativo. Nas facilidades do atrativo, levantam-se informações sobre a acessibilidade na entrada, a visitação e atividades realizadas e os serviços e equipamentos que compõem o atrativo. Nas informações gerais, são solicitadas informações sobre se o atrativo participa de algum roteiro turístico comercializado, a origem dos visitantes.

O manual do pesquisador, módulo C, da metodologia do Ministério do Turismo (2006), apresenta os tipos e os subtipos de atrativos a serem inventariados. Na área de estudo do presente trabalho, os tipos presentes estão relacionados à hidrografia, como cursos d'água (rios, lagos ou lagoas, praias fluviais, alagados), como quedas-d'água (cachoeiras, saltos e corredeiras), como unidades de conservação (sejam nacionais, estaduais, municipais e particulares), bem como áreas de caça e pesca, mais a flora e a fauna. Nota-se nesse manual, a importância também de identificação de características do sistema natural que não são contempladas, tais como, as formações geológicas, clinometria e hipsometria do terreno.

Nesse sentido, para realizar o mapeamento geoambiental e interpretação dos atrativos naturais da área de estudo, foi necessária a criação de uma base cartográfica. Para isso, utilizou-se do *software* Global Mapper 11, com que foram importados os arquivos em formato *shapefile* referente às divisas territoriais municipais da área de estudo fornecidas pelo ITCG (2011b). Em seguida, foram sobrepostas as imagens SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*), que possui resolução aproximada de 1.250.000, utilizando-se da projeção UTM – Universal Transversa de Mercator, Zona -22 (54° W – 48° W) e Datum SAD 1969.

Em seguida, a base cartográfica criada foi exportada para o formato *.dwg e depois importada pelo *software* Coreldraw X6, para edição e geração dos mapas temáticos em formato .jpg, que foram utilizadas na presente dissertação.

Para elaborar o mapeamento das áreas de interesse ecológico, a base tomada foi a dos registros de Unidades de Conservação obtidos junto ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, onde as coordenadas geográficas foram transpostas para o *software* Global Mapper 11, sendo mapeadas utilizando-se da ferramenta de contorno polígono. O mesmo procedimento foi realizado com a Área de Proteção Ambiental e de várzeas do rio Paraná e o Corredor Caiuá-Ilha Grande.

Os dados de formações geológicas e geomorfológicas foram obtidos em bibliografia da MINEROPAR (2006), de Santos et al. (2006) e de Santos et al (2008). Os mapas em formato .pdf foram importados pelo *software* Coreldraw X6 e as informações foram ajustadas para a base cartográfica.

Para realizar a carta clinográfica foi necessária a utilização do *software* ENVI 4.0, onde as imagens, em formato *.hgt, disponibilizadas pelo Instituto Geológico dos Estados Unidos, foram importadas e depois classificadas na escala de declividade proposta por Ross (1994). As imagens foram exportadas para o formato *.tif. Em seguida essas imagens foram importadas pelo *software* Coreldraw X6 e ajustadas na base cartográfica.

Para o zoneamento ambiental com fins turísticos, foram realizadas sobreposições com combinações visuais dos temas, clinometria, geologia, geomorfologia, áreas de interesse ecológico. Além disso, levou-se em consideração a bibliografia utilizada, que considerou o uso da terra, as áreas de registros histórico-culturais e atividades turísticas já praticadas na região.

5 TURISMO E PERSPECTIVAS NA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS COM A PLANÍCIE ALUVIAL DO RIO IVAÍ

5.1 ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO REGIONAL E LOCAL

O Estado do Paraná foi pioneiro na implantação do PNT - Programa de Regionalização do Turismo, instrumento de planejamento que buscava o planejamento e a gestão descentralizada e regional do turismo. No ano de 2003, criou-se o Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Turismo, o que deu início às discussões sobre a regionalização do turismo no Estado. Em abril do mesmo ano foi realizada a primeira Oficina de Planejamento, em que os participantes, por meio de um diagnóstico e análise de potencialidades de cada região, concluíram pela criação de nove regiões turísticas. Dentre essas regiões, destaca-se a região Corredores das Águas, que está localizada no noroeste do estado, sendo composta por 115 municípios, incluindo os municípios que fazem parte da área de estudo desta pesquisa.

Para melhorar a forma de organização do PNT, foram criadas, pelo governo do Estado, as Instâncias de Governança, que tinham como objetivo coordenar, acompanhar e gerir o planejamento, o desenvolvimento e a implementação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo. Na região turística Corredores das Águas, a instância responsável é a RETUR - Rede de Turismo Regional, criada em novembro de 2006, com sede na cidade de Maringá.

A partir de 2006, a RETUR realizou, primeiramente, a sensibilização sobre a regionalização do turismo junto aos municípios que compõem a região Corredores das Águas. Nesse mesmo período, foi criado o projeto Corredor do Ivaí, que visava oportunizar o desenvolvimento sustentável dos municípios que margeiam o rio Ivaí, buscando uma rota turística integrada, promovendo a cultura do turismo e o aproveitamento dos recursos naturais existentes a fim de formar um território turístico. Por se tratar de uma região relativamente grande, composta por 115 municípios, a mobilização e a conscientização do poder público sobre a atividade turística é um processo demorado.

Em agosto de 2006, foi realizada a primeira etapa do Curso de Agentes do Desenvolvimento pelo Turismo, na cidade de Paraíso do Norte, tendo como objetivo aproximar e envolver os municípios que passariam a entregar o projeto Corredor do Ivaí, tendo a participação de representantes de sete municípios da região. A segunda etapa do curso foi realizada no município de Ivatuba, no mês de setembro de 2006. A terceira etapa foi

realizada em Cidade Gaúcha e a quarta e última etapa foi realizada, em outubro de 2006, na cidade de Querência do Norte.

No ano de 2009, foi realizada a Reunião Técnica de Estratégia e Critérios Municipais para o desenvolvimento do turismo regional para o período de 2008 a 2011. O evento contou com a participação de nove municípios que compõem a região turística Corredores das Águas. Foram discutidas ações prioritárias para o turismo, para o fortalecimento da integração entre os municípios e para o alinhamento da cadeia produtiva do turismo. Nota-se que a representação dos municípios ainda é pequena e que os municípios que possuem produtos turísticos instituídos ou em fase de implementação aparecem com maior participação, pois conseguem ver o turismo como uma atividade geradora de renda, melhoria social e ambiental.

Em abril de 2013, foi realizado, no município de São Jorge do Ivaí, o III Fórum do Corredor do Ivaí. O evento, que teve a participação de representantes de mais de vinte municípios que compõem a região Corredores das Águas, foi organizado por parceria entre a Prefeitura de São Jorge do Ivaí, a Secretaria de Meio Ambiente de Maringá, a RETUR e a AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. O objetivo do evento foi alertar a população e representantes do poder público sobre a possibilidade do uso sustentável do rio Ivaí, proibir a construção de usinas hidrelétricas, avaliar a qualidade de água e possíveis áreas para o desenvolvimento do turismo regional. Além disso, foi assinado, pelos representantes do poder público, o Protocolo Ivaí – Compromissos com o Futuro Sustentável, documento que instituiu objetivos e propostas para o desenvolvimento do rio Ivaí a médio e a longo prazos, destacados em dez pontos:

1. Engajar forças das municipalidades da Bacia Hidrográfica do rio Ivaí, através dos Grupos Locais, visando assegurar a condição plena de “Rio Vivo” ao rio Ivaí, sem barragens, e usinas hidroelétricas, (SIC) com a preservação dos afluentes e nascentes;
2. Desenvolver esforços na organização do EIXO ESTRATÉGICO DO CORREDOR DO IVAÍ, com a integração das Políticas Públicas nos três níveis em associação com as entidades da Sociedade Organizada;
3. Mobilizar os setores empresariais do Campo e Cidades, através das suas associações, sindicatos, e federações no suporte das ações da Agenda Anual pró-rio Ivaí;
4. Criar mecanismos para formação qualificação e valorização da Rede de Capital Humano, com ações focadas na construção da identidade de Bichos do Ivaí; (SIC)
5. Mobilizar estruturas universitárias e de pesquisa em trabalhos integrados com a praticidade trecho-a-trecho, sempre em articulação com os Grupos Locais;

6. Apoiar as ações regionalizadas já existentes como o Rally de Fênix, Arrastão do Vale do Ivaí, Rally do Lixo, Procissão Fluvial Nossa Senhora das Águas e bem como no surgimento de outras ações complementares;
7. Fortalecer os dois Comitês de Gestão da Bacia Hidrográfica do rio Ivaí, nas missões educativas e de fiscalização no combate ao assoreamento, poluição e outras práticas indevidas;
8. Zelar pelas diversidades culturais nas comunidades do Corredor do Ivaí, cadastrando manifestações, talentos e iniciativas na formação do mosaico cultural, a partir das etnias, brasilidade e em especial, dos ribeirinhos e pescadores;
9. Priorizar o Turismo & Lazer Sustentável como novas fontes de riquezas, adotando medidas de apoio a empreendimentos e eventos fundamentados na preservação ambiental, cultura solidária e produção associada;
10. Constituir o GRUPO GESTOR DO MOVIMENTO PRÓ- IVAÍ, com a estruturação de coordenações nos seguintes setores: Órgãos Municipais do Meio Ambiente; Associações de Municípios; OSCIP's / ONG's; Ministério Público; Órgãos Estaduais e Federais; Representações Religiosas e Meios de Comunicação. (NETO, 2013).

De acordo com Jacó Gimenez, presidente atual da RETUR, a terceira edição do evento foi importante para retomar os trabalhos que já vinham realizados em *prol* do uso diferenciado que deve ser realizado ao rio Ivaí. Informou ainda que estudos estão sendo realizados pela Prefeitura de Maringá com o objetivo de, nos próximos anos, realizarem captação e abastecimento de água do rio Ivaí. Além disso, disse que o turismo e lazer seriam formas de exploração sustentáveis dos recursos da região. Um exemplo disso são os empreendimentos imobiliários de moradia e lazer que vêm sendo construídos às margens do rio Ivaí, principalmente nas cidades de Ivatuba, Doutor Camargo, Floresta e São Jorge do Ivaí. Embora o evento contasse com a presença de vários representantes de diversos municípios que compõem o projeto Corredor do Ivaí, nenhum representante dos municípios lindeiros da planície aluvial participou do evento.

Na presente pesquisa, os dados sobre a organização pública do turismo na área de estudo, foram levantados por meio de entrevistas contidas no (Apêndice A), foram realizadas junto ao poder público dos municípios, procurando constatar a existência de secretarias direção ou órgão municipal do turismo, bem como ações planejadas como a elaboração do Inventário Turístico municipal e a participação em planos de turismo em nível regional municípios relacionada ao turismo, apresentados no Quadro 8.

Quadro 8: Avaliação da organização pública do turismo em nível local e regional

MUNICÍPIOS	Secretarias, Inventário da Oferta Turística, Plano ou Projeto Regional
Douradina	Inexistente
Icaraíma	Razoável
Ivaté	Inexistente
Querência do Norte	Bom
Santa Cruz de Monte Castelo	Precário
Santa Isabel do Ivaí	Precário
Santa Mônica	Inexistente
Tapira	Precário

Fonte: Angelo Ricardo Marcotti

No município de Douradina, quem responde pelos assuntos relacionados à atividade turística é a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura. Junto a essa Secretaria foi constatado que o município não possui o Inventário da Oferta Turística. Verificou-se que o município não possui departamento, secretaria ou departamento específico para a atividade turística. Em nível regional, o município não participa de nenhum plano regional de turismo junto ao RETUR.

Sobre as práticas de turismo realizadas no rio Ivaí, foi mencionado que o local é atrativo para moradores, local de práticas de pesca no final de semana, não gerando um fluxo relevante de pessoas. Sobre a participação do turismo no desenvolvimento da cidade, o município entende que o turismo tem importância no desenvolvimento, embora tenha conhecimento de que poucas ações são realizadas nesse sentido, necessitando de um maior envolvimento do poder público.

No município de Icaraíma, a prefeitura municipal possui um departamento de turismo vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo. Observou-se que as estruturas física e de recursos humanos são limitadas e não atendem satisfatoriamente com ações voltadas para o tema. O município ainda não possui o Inventário da Oferta Turística municipal, entretanto elaborou um projeto de Revitalização do Balneário de Porto Camargo, o que demonstra, por parte do poder público, certo interesse na atividade turística.

O município é associado do CORIPA – Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência e também participa, como associado, da RETUR, o que pode refletir de forma positiva para a organização turística do município. O poder público tem conhecimento do Projeto *Rally* Fluvial SOS Rio Ivaí, que trata de uma prática de turismo que acontece no rio Ivaí em encontro com o rio Paraná no distrito de Porto Camargo. Reconhece a atividade turística como fator de desenvolvimento local e a

consciência da preservação, além de proporcionar crescimento econômico ao município, por meio da criação de atrativos que impulsionam a presença de turistas.

Conforme levantamento junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Ivaté, constatou-se que o município não possui secretaria, departamento ou setor designado ao turismo. Verificou-se também que o município não possui conselho municipal de Turismo e também não realizou o Inventário da Oferta Turística, não havendo participação em projetos regionais de desenvolvimento turístico.

Nota-se na cidade de Querência do Norte um diferencial em relação à participação do poder público quanto à organização turística, possuindo a Divisão de Turismo, ligada à Secretaria de Meio Ambiente. O município possui Conselho Municipal de Turismo em atividade e possui lei de criação do Fundo Municipal de Turismo, embora ainda não tenha realizado o Inventário da Oferta Turística. Possui algumas informações básicas sobre serviços e equipamentos turísticos, em virtude da necessidade de uso em decorrência da realização de alguns eventos que ocorrem no município. O município é associado ao COMAFEN – Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná e participa, como associado, da RETUR.

O poder público de Querência do Norte identifica que as práticas de turismo no município acontecem com maior ênfase na região margeada pelo rio Paraná, mas identificando que uma prática de turismo no rio Ivaí, qual seja, o do Projeto Rally Fluvial SOS rio Ivaí, como também a pesca amadora no rio Ivaí. O município tem conhecimento de que o turismo pode transformar a realidade local, podendo trazer desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O município de Santa Cruz de Monte Castelo não possui órgão responsável pelo tema, ficando a cargo da Secretaria de Agricultura. Não possui também um Conselho Municipal de Turismo e ainda não elaborou o Inventário da Oferta Turística. É associado do COMAFEN e participa, como associado, da RETUR. Não identifica práticas de turismo no rio Ivaí, embora acredite que o turismo possa alterar a realidade local.

O município de Santa Isabel do Ivaí também não apresentou um órgão municipal responsável pela atividade turística. Os assuntos ligados ao turismo são de responsabilidade da secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no município. Foi verificado que o município ainda não elaborou o Inventário da Oferta Turística, não tem participado de nenhum plano ou projeto de turismo regional e tem conhecimento de práticas esportivas de

pesca nos finais de semana no rio Ivaí. Reconhece que a atividade turística pode transformar a realidade local.

O município de Santa Mônica não possui órgão municipal responsável pelo turismo, cabendo à Secretaria de Educação, como responsável pelos assuntos sobre o tema. Também não possui Conselho Municipal de Turismo e ainda não elaborou o Inventário da Oferta Turística. Entretanto, participa de projetos junto ao RETUR, possui conhecimento apenas de pesca nos fins de semana no rio Ivaí.

Por último, no município de Tapira, o levantamento realizado junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte evidenciou certa deficiência da participação do município quanto à organização turística, sendo constatado que o município não possui órgão responsável pelo turismo, nem Conselho Municipal de Turismo, e tampouco Inventário da Oferta Turística e não é associado ao projeto regional de turismo. O Poder Público possui conhecimento de pesca nos fins de semana no rio Ivaí, tendo conhecimento também do Projeto *Rally Fluvial SOS Rio Ivaí*.

Nota-se que os municípios de Querência do Norte e Icaraíma apresentaram uma organização mais relevante referente à atividade turística, devido às práticas de turismo já desenvolvidas relacionadas ao rio Paraná. Nos outros municípios, é evidente que a baixa conscientização da população sobre a atividade turística e também na articulação entre governo, empresários e sociedade civil organizada. Historicamente, a agricultura sempre influenciou no desenvolvimento socioeconômico da região. Atualmente muitos investimentos da iniciativa privada são voltados para esse tema.

Dentre os dados referentes às atividades relacionadas ao turismo, ressalta-se que a existência do documento Inventário da Oferta Turística não foi verificada em nenhum dos municípios estudados, o que pode demonstrar um grau pequeno de comprometimento com a organização e planejamento da atividade turística na região. É necessário ressaltar também que, a parceria entre os municípios junto a RETUR é necessária e imprescindível para que os municípios consigam desenvolver projetos e captar recursos financeiros junto ao Ministério do Turismo.

A Figura 18 procura mostrar de forma espacializada, os dados obtidos por meio das entrevistas em trabalho de campo.

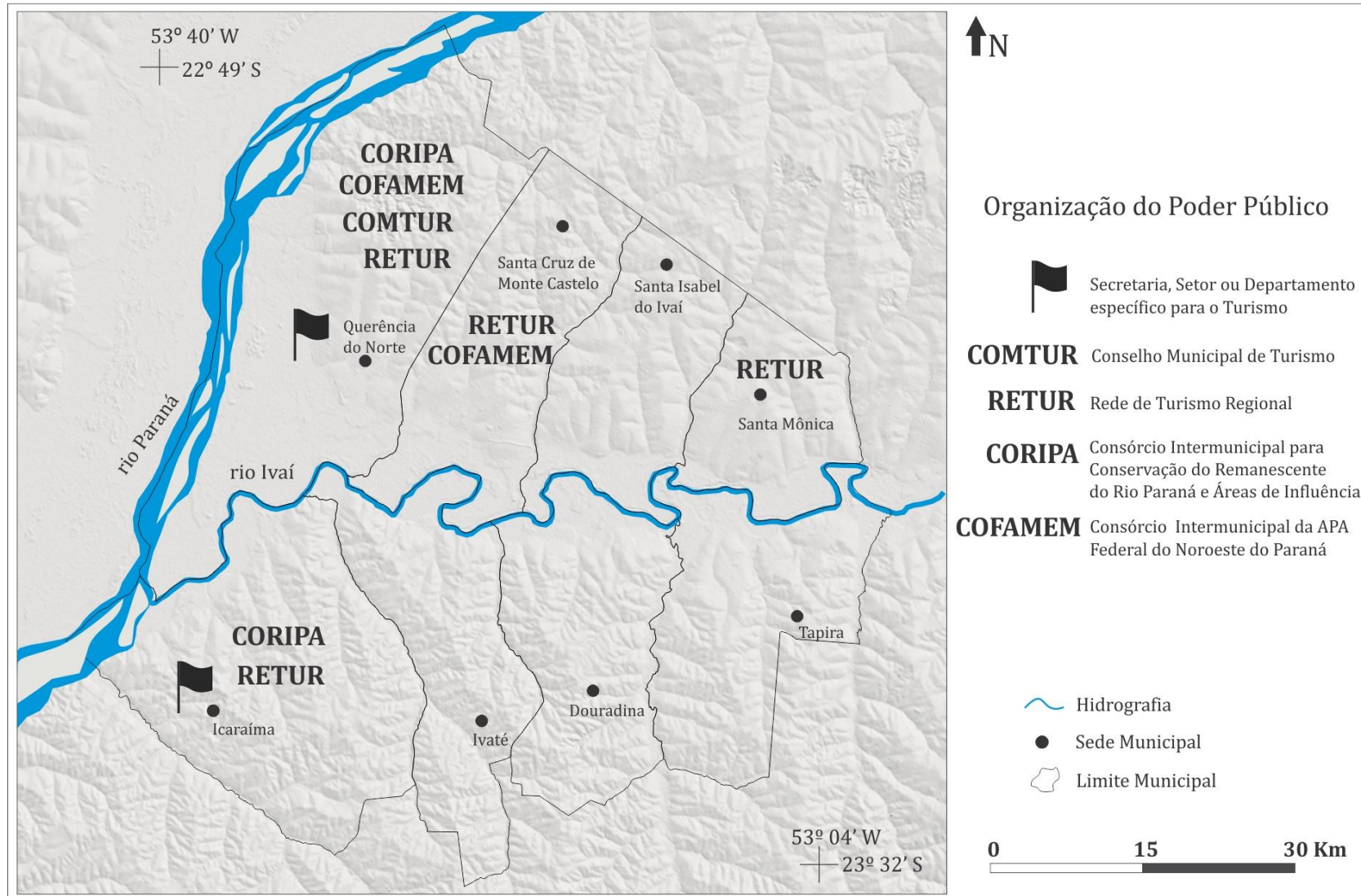


Figura 18: Organização do poder público relacionado ao turismo na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí
Organização: Angelo Ricardo Marcotti

5.2 INFRAESTRUTURA DE APOIO

Os meios de acesso à região se dão principalmente por vias terrestres, onde estradas estaduais e federais unem-se com outras regiões do estado do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de outros países, como o Paraguai e a Argentina. As rodovias são caracterizadas por pistas simples, sem acostamento, com sinalização rodoviária, estando sob a manutenção do governo do Estado do Paraná. Além disso, diversas estradas vicinais ligam os municípios e os distritos. Em alguns trechos, entre Ivaté e Santa Cruz de Monte Castelo, Icaraíma e Querência do Norte, a travessia é realizada por balsa no rio Ivaí (Figura 19 - A e B).



Figura 19: A - Rodovia PR 580, trecho entre Ivaté e Umuarama. B – Balsa do rio Ivaí, Pontal do Tigre/PR

Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (set. de 2011)

Para o transporte aéreo, o Aeroporto Regional Silvio Name Junior, localizado em Maringá, cerca de 200km da região, é o local mais próximo que possibilita a ligação da região com praticamente qualquer região do Brasil por meio de escalas e conexões.

Os municípios de Tapira, Douradina, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí (Figura 20) e Santa Cruz de Monte Castelo dispõem de terminal rodoviário.



Figura 20: Terminal rodoviário da cidade de Santa Isabel do Ivaí/PR
 Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (mar. de 2012)

Os municípios de Ivaté e Santa Mônica possuem apenas ponto de ônibus. As linhas rodoviárias que passam pelas cidades fazem ligação com cidades de maior porte, como Cianorte, Loanda, Paranavaí e Umuarama. Em todas as cidades foram encontrados serviços de táxi e apenas as cidades de Ivaté e Douradina apresentaram empresa que realiza serviços de fretamento de transporte, sendo este mais utilizado por estudantes universitários.

No município de Santa Isabel do Ivaí, foi encontrado um Centro de Apoio ao Turista (Figura 21), sendo destinado à prestação de apoio aos turistas. O local, entretanto, apresenta condições precárias para a prestação de serviços.



Figura 21: Centro de Apoio ao Turismo em Santa Isabel do Ivaí/PR
 Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (mar. de 2012)

5.3 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

A qualidade dos serviços e equipamentos turísticos de uma determinada localidade pode favorecer a atração e a manutenção dos turistas daquele local. Geralmente, quem deixa seu local de moradia para viajar, ele procura no local visitado diversas características, como: conforto, bom atendimento e preços justos. Dessa forma, entende-se que é necessário que o mercado entenda esses padrões de qualidade, gerando estratégias de ação que possam atrair mais consumidores.

Notou-se que a oferta de estrutura dos serviços e equipamentos turísticos da área estudada apresenta deficiências na qualidade dos serviços, não cumprindo exclusivamente com propósitos turísticos e possuindo muito baixa atratividade turística real. Na realidade, esses serviços são utilizados para suprir necessidades básicas e de lazer dos moradores locais, demonstrando que turismo ainda não é uma atividade que contribui para o desenvolvimento local. Em alguns casos, observou-se que os serviços carecem de melhorias, de ampliação e de estruturação adequada.

Quadro 9: Avaliação dos serviços e equipamentos turísticos

MUNICÍPIOS	Meios de Hospedagem	Gastronomia	Agenciamento	Transportes	Eventos
Douradina	Inadequado	Precário	Inadequado	Razoável	Razoável
Icaraíma	Precário	Razoável	Inexistente	Precário	Precário
Ivaté	Precário	Razoável	Inexistente	Razoável	Inadequado
Querência do Norte	Precário	Razoável	Inexistente	Precário	Inadequado
Santa Cruz de Monte Castelo	Precário	Precário	Inexistente	Precário	Precário
Santa Isabel do Ivaí	Razoável	Bom	Inexistente	Precário	Bom
Santa Mônica	Inadequado	Inadequado	Inexistente	Inadequado	Inadequado
Tapira	Inadequado	Inadequado	Inexistente	Inadequado	Inadequado

Organização: Angelo Ricardo Marcotti

Sobre os serviços de hospedagem, no município de Douradina foi identificado apenas um hotel (Hotel Harmonia), com 26 quartos e capacidade máxima para 50 pessoas. A principal demanda do hotel está relacionada a trabalhadores autônomos ou a representantes

comerciais que possuem relações com empresas da cidade. O município ainda apresenta um equipamento de hospedagem relevante, pertencente à AFUNGAZ - Associação de Funcionários da Gazin, possuindo aproximadamente 100 leitos, contando com área de cozinha, áreas para lazer e para eventos. Entretanto, o local tem por finalidade apenas servir a funcionários e a colaboradores da empresa, não prestando serviços para o público em geral.

No município de Icaraíma, os meios de hospedagem são compostos por três hotéis, sendo dois em sua sede municipal (Hotel Central, Hotel Globo). A capacidade de ocupação desses hotéis é de 20 a 40 leitos. Existe também um meio de hospedagem relevante no distrito de Porto Camargo (Hotel Porto Camargo, Figura 22). Possuindo capacidade de 98 leitos, dispõe de serviços como café da manhã, salão de eventos, área de lazer para crianças, piscina e estacionamento para barcos. O principal fluxo de hóspedes é influenciado pelas atividades de turismo realizadas no rio Paraná. Salienta-se que este meio de hospedagem foi o único encontrado na região com Cadastur, sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo.



Figura 22: Área de lazer do Hotel Porto Camargo, distrito de Porto Camargo, em Icaraíma/PR
Fonte: www.hotelportocamargo.com.br (2012)

Em Ivaté, foi identificado apenas um meio de hospedagem (Hotel Oriente). O hotel possui 20 apartamentos. Levantou-se também que a demanda do hotel está relacionada com atividades de representantes comerciais e trabalhadores autônomos.

Na cidade de Querência do Norte, os meios de hospedagem são representados por apenas um hotel (Hotel e Restaurante Ellity), que possui 30 apartamentos, num total de 80

leitos. No distrito de Porto Brasília, ali se encontram meios de hospedagem alternativos, como residências para aluguel.

Na cidade de Santa Isabel do Ivaí, os meios de hospedagem são compostos por dois hotéis (Hotel Arenito e Hotel Rio Branco), que, juntos, suprem uma demanda média de 60 a 80 hóspedes. O Hotel Arenito (Figura 23), possui cerca de 70 leitos, distribuídos em 22 apartamentos, todos com serviços de ar-condicionado, telefone, TV a cabo e *internet wi-fi*. Conta ainda com duas suítes com banheira de hidromassagem. O hotel dispõe de salão de festas e de estacionamento privativo.



Figura 23: Hotel Arenito, em Santa Isabel do Ivaí/PR
Fonte: www.hotelarenito.com.br (2012)

Em Santa Cruz de Monte Castelo foi identificado apenas um hotel (Hotel Marin), com capacidade de 20 leitos. Nos municípios de Santa Mônica e Tapira, os serviços e equipamentos turísticos são mais limitados ainda, pois o primeiro apresenta apenas um hotel, (Hotel Pôr do Sol), que possui um número reduzido de acomodações e facilidades. No segundo existe também apenas um hotel (Hotel e Restaurante Fogão a Lenha), com uma quantidade de leitos com banheiros coletivos, mais seis apartamentos propriamente ditos.

Sobre os equipamentos e serviços de gastronomia, foram encontrados 22 restaurantes nos municípios que compõem a área de estudo. No geral, os empreendimentos comportam-se de maneira uniforme, oferecendo serviço de bufê (*buffet*) todos os dias da semana e apresentando capacidade de atendimento média de 50 a 80 pessoas. Foram encontrados ainda outros serviços, como padarias, bares, sorveterias, lanchonetes que atendem no período noturno, serviços que cumprem com as necessidades locais dos moradores.

No município de Icaraíma, os serviços de gastronomia são compostos por quatro restaurantes, diversas padarias, sorveterias e lanchonetes. No distrito de Porto Camargo, ali existem mais dois restaurantes, que oferecem refeições todos os dias, além de lanchonetes, que atendem no período noturno, com serviços de lanches, porções e bebidas.

Em Ivaté, os serviços de gastronomia são fornecidos por dois restaurantes, um deles com serviço diferenciado na região uma churrascaria (Restaurante e Churrascaria Lorena). Foram identificadas ainda três padarias, uma pizzaria e quatro lanchonetes com serviços de lanches no período noturno.

Em Querência do Norte, os serviços de gastronomia são caracterizados por três restaurantes, tanto na sede do município, como no distrito de Porto Brasília, dispendo ainda de diversas lanchonetes, bares, padarias, entre outros serviços similares.

Em Santa Cruz de Monte Castelo, os serviços de gastronomia são restritos a dois restaurantes que atendem somente no horário do almoço, encontrando-se, porém, pizzarias, lanchonetes, padarias e sorveterias que atendem no período noturno, com lanches, porções, bebidas, entre outros.

No município de Santa Isabel do Ivaí, os meios de alimentação merecem destaque em relação aos outros municípios da área de estudo, pois se encontram no município cinco restaurantes que atendem no período do almoço, três destes atendendo também no período noturno. Além disso, um dos estabelecimentos dispõe de área para locação para a realização de eventos particulares, como casamentos, confraternizações, eventos sociais, entre outros. Consta ainda haver no município seis padarias, diversas lanchonetes, bares, sorveterias, que podem suprir não somente a demanda local, mas também uma demanda turística.

Por último, o município de Santa Mônica possui dois restaurantes na sede municipal e um em seu distrito de Santa Terezinha do Ivaí, com serviços de bufê apenas no almoço, possuindo poucas lanchonetes, padarias, entre outros.

Os serviços de agenciamento são restritos na área de estudo. Verificou-se a presença de apenas um serviço de agenciamento na cidade de Douradina (Gazin Viagens e Turismo),

que presta serviços de venda de passagens, pacotes, reservas em hotéis. O serviço é, entretanto, restrito apenas à demanda dos funcionários da empresa, que possui mais de 180 lojas espalhadas em doze estados brasileiros. Foi relatado, pelos funcionários da agência, que existe o interesse, por parte dos proprietários, em realizar atendimento ao público em geral, entretanto entendem que é necessário realizar ampliações na estrutura física e de pessoal da empresa.

5.4 OS EVENTOS COMO ATRATIVOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO

De acordo com Meirelles (1999), evento é um instrumento institucional e promocional que tem o intuito de criar um conceito, estabelecer imagens de organizações, produtos, serviços ou ideias por meio de um acontecimento previamente planejado, em um único espaço de tempo, envolvendo diversos participantes. Os eventos podem ser classificados por área de interesse, ou seja, eventos cívicos, sociais, religiosos, culturais, folclóricos, técnicos, científicos e desportivos. Podem ser classificados também quanto à tipologia de evento, ou seja, congresso, conferência, colóquio, encontro, semana, convenção, fórum, concurso, almoço, jantar, concurso, torneio, desfile, feira, entre outros tipos.

Na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí, diversos eventos ocorrem anualmente, sendo preestabelecidos e planejados, em sua maioria, pelo poder público local e em parceria com a sociedade civil pública organizada, iniciativa privada e entidades. São eventos de abrangência local e regional, relacionados à cultura local, religiosidade, agricultura e práticas esportivas (Quadro 10). Geralmente, para a realização dos eventos são utilizados espaços adaptados para eventos que acontecem regularmente. São exemplos os recintos de rodeio, os parques de exposição, os salões paroquiais pertencentes à Igreja Católica, as quadras poliesportivas de escolas, os ginásios de esporte, entre outros espaços similares.

Quadro 10: Avaliação dos eventos como atrativos turísticos

MUNICÍPIOS	Eventos como atrativos turísticos
Douradina	Razoável
Icaraíma	Razoável
Ivaté	Precário
Querência do Norte	Razoável
Santa Cruz de Monte Castelo	Precário
Santa Isabel do Ivaí	Bom
Santa Mônica	Inadequado
Tapira	Precário

Organização: Angelo Ricardo Marcotti

Um evento de importante repercussão identificado foi a FEPEINA - Festa do Peão de Douradina, sendo o principal evento dessa cidade, atraindo cerca de 10 a 15 mil pessoas nos quatro dias de sua realização. A programação do evento é marcada por desfiles, concursos de *miss* rainha do rodeio, leilão de gado, *shows* artísticos, entre outras promoções. O evento ocorre no mês de fevereiro e acontece no Recinto do Rodeio (Figura 24), que possui capacidade de público em torno de cinco mil pessoas, onde ainda são expostas barracas com gastronomia local, parque de diversões, entre outros entretenimentos.



Figura 24: Recinto do Rodeio "Dr. Oswaldo Formighiere", em Douradina/PR
Fonte: www.fepeina.com.br (2012)

Outros eventos de destaque ocorrem no município com a participação da empresa Gazin na organização e promoção dos eventos. No mês de maio, por exemplo, acontece a Festa dos Caminhoneiros, e, no mês de junho, a Festa Junina da Gazin. Nota-se que essa empresa exerce grande influência na cidade, caracterizando-se como um agente produtor do espaço, uma vez que possui empresa de agenciamento, meio de hospedagem, participando na organização e na promoção de eventos, configurando-se como um agente da iniciativa privada.

No município de Icaraíma, diversos eventos são realizados anualmente no município, o que atrai um expressivo número de pessoas à cidade. Esses eventos são relacionados à pesca (como a Festa do Pacu no mês de abril), relacionados à agropecuária (como a Festa do Peão de Boiadeiro, no mês de setembro, e Cavalgada da Amizade, no mês de abril) ou são festas

religiosas (como a Festa Nossa Senhora Aparecida, no mês de outubro). O distrito de Porto Camargo exerce bastante influência na atividade turística do município, estando localizado às margens do rio Paraná, sendo formado por um conjunto de ilhas pertencentes ao Parque Nacional de Ilha Grande. Observa-se, nesse local, uma maior expressividade dos equipamentos e dos serviços voltados, com maior ênfase, para os turistas que procuram os atrativos naturais.

Alguns eventos acontecem ao longo do ano na cidade de Ivaté. O evento de maior destaque é o Carnaval, que reúne milhares de pessoas na praça central da cidade, porém a estrutura do evento é adaptada e não dispõe de serviços adequados de banheiros públicos. Existem ainda, no município, eventos temáticos relacionados à agropecuária, como rodeio, leilões de gado, feira do produtor e festas juninas promovidas por escolas e entidades. Existem também diversos eventos religiosos, que são realizados na Paróquia Ressurreição.

No município de Querência do Norte, diversos eventos são realizados, como o Torneio do Piaçu, o Encontro de Trilheiros, o Arraiá do Ceará e a Festa do Arroz, esta sendo o evento mais tradicional na cidade, que, no ano de 2012, realizou sua 31ª edição. Este evento acontece em oito dias, no mês de setembro, agregando diversas atividades paralelas e envolvendo a comunidade local e regional. São desenvolvidas gincanas com agricultores, encontro regional de bovinocultores de leite, encontro de produtores rurais, encontro regional do meio ambiente, encontro de pescadores e eleição/proclamação da rainha da Festa do Arroz. Além disso, outras atividades são realizadas e demonstram a cultura local, com *shows*, missas, almoços, entre outras.

Em Santa Cruz de Monte Castelo, os eventos são organizados principalmente pelo poder público, tendo como exemplo a Expo Monte Castelo, o rodeio que marca o aniversário da cidade e a Festa da Amizade. Ocorrem também eventos religiosos, realizados pela Igreja Católica, como a Abadia Nossa Senhora de Santa Cruz.

No município de Santa Isabel do Ivaí, notou-se um diferencial relacionado à organização dos eventos. O município elabora uma agenda de eventos anual, agenda administrada pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. A agenda municipal de eventos auxilia tanto o poder público, como os promotores e organizadores, no planejamento dos diversos eventos que ocorrem na cidade, podendo-se destacar a Feira do Produtor Rural, festa junina das escolas municipais (realizada na praça central), o Campeonato de Som Automotivo (evento destinado ao público jovem, que ocorre três vezes ao ano), o Concurso Miss Terceira Idade, o aniversário do município, a Festa da Padroeira Santa Isabel, a Festa do

CTG, a Festa do Padroeiro do distrito de São José do Ivaí, a Festa a São Sebastião e a Festa do Distrito Ramal 18.

No município de Santa Mônica, os principais eventos são de realização da iniciativa pública, como o aniversário da cidade e as festas juninas realizadas nas escolas municipais. Além disso, há as festas religiosas, promovidas pela Igreja Católica, em especial no dia da Padroeira, Santa Mônica.

Os eventos que ocorrem nos municípios podem ser uma ferramenta importante como forma de estimular a atividade turística na região, podendo utilizar-se de diversos temas, como agricultura, meio ambiente, religiosidade. Caracterizam-se como formas de indução dos participantes a utilizarem diversos serviços de uma localidade, como os meios de hospedagem, alimentação, transportes, entre outros. Espera-se que os eventos possam contribuir para o envolvimento maior da população local e regional, dinamizando os equipamentos e os serviços locais, favorecendo a economia local e alternativa para uma melhor divulgação dos atrativos atuais, bem como a criação de novos atrativos.

5.5 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA ORIGINAL E ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA FINS TURÍSTICOS

O mapeamento geoambiental configura-se como uma importante ferramenta para os estudos de potencialidades turísticas, seja na identificação, seja no entendimento dos tipos e dos subtipos de atrativos naturais de determinada área. Pode auxiliar também no tratamento dos mais variados dados espaciais que, quando sintetizados, servem de instrumento de gestão ambiental para o uso turístico, auxiliando o pesquisador na identificação dos tipos e dos subtipos de atrativos naturais, fornecendo informações relevantes para a atividade turística, quanto ao seu uso potencial e às suas fragilidades, auxiliando profissionais no processo de zoneamento e de planejamento ambiental.

Para auxiliar na identificação dos atrativos, o manual do pesquisador, módulo C, da metodologia de Inventariação da Oferta Turística do Ministério do Turismo (2006), apresenta os tipos e os subtipos de atrativos a serem inventariados. Na área de estudo, os tipos presentes estão relacionados à hidrografia como os cursos d'água (rios, lagos ou lagoas, praias fluviais, alagados), como quedas-d'água (cachoeiras, saltos e corredeiras), como unidades de conservação (sejam nacionais, estaduais, municipais e particulares), bem como áreas de caça e pesca, mais a flora e a fauna.

Desta forma, foram produzidos documentos cartográficos como forma de espacializar os atrativos naturais da área de estudo que, somados, auxiliam na percepção e na avaliação qualitativa da potencialidade turística da região. Por meio do mapeamento das áreas de interesse ecológico (Figura 25), notou-se uma grande influência da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e do Corredor de Biodiversidade Caiuá–Ilha Grande, principalmente nos municípios Icaraíma, Ivaté, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí.

A Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná é uma unidade de conservação federal de uso sustentável, pertencente ao bioma Mata Atlântica. Foi criada em 1997 com o objetivo de proteção ambiental das áreas adjacentes e ilhas do rio Paraná e zona de amortecimento para o Parque Nacional de Ilha Grande. Compreende áreas de ambiente aquático, formadas por ilhas e ilhotas, águas interiores, áreas lagunares e lacustres, várzeas e as planícies de inundação (BRASIL, 1997).

O Corredor de Biodiversidade Caiuá–Ilha Grande é um projeto de proteção e conservação da biodiversidade visando à melhoria das condições ambientais da região. O trabalho realizado por Tossulino et al. (2007) reúne informações sobre as áreas prioritárias para conservação e proposição de estratégias para a conservação, manejo e recuperação de ambientes e espécies vegetais e animais da região, sendo que toda a extensão da planície aluvial do rio Ivaí se insere na área prioritária de conservação.

Foram identificados ainda cerca de 2.725 hectares divididos em dez RPPNs – Reserva Particular do Patrimônio Natural existentes nos municípios de Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica. Trata-se de fragmentos florestais de floresta nativa que podem, desde que observadas as regras de uso, ser utilizados para diversas práticas educacionais, de lazer e de turismo. Nos municípios de Santa Mônica e de Santa Cruz de Monte Castelo, as RPPNs encontram-se relativamente próximas da sede municipal. Outras áreas importantes com cobertura vegetal natural foram identificadas nos municípios de Tapira, Douradina, Ivaté e Icaraíma, entretanto ainda não constam registros sobre a legalidade dessas áreas.

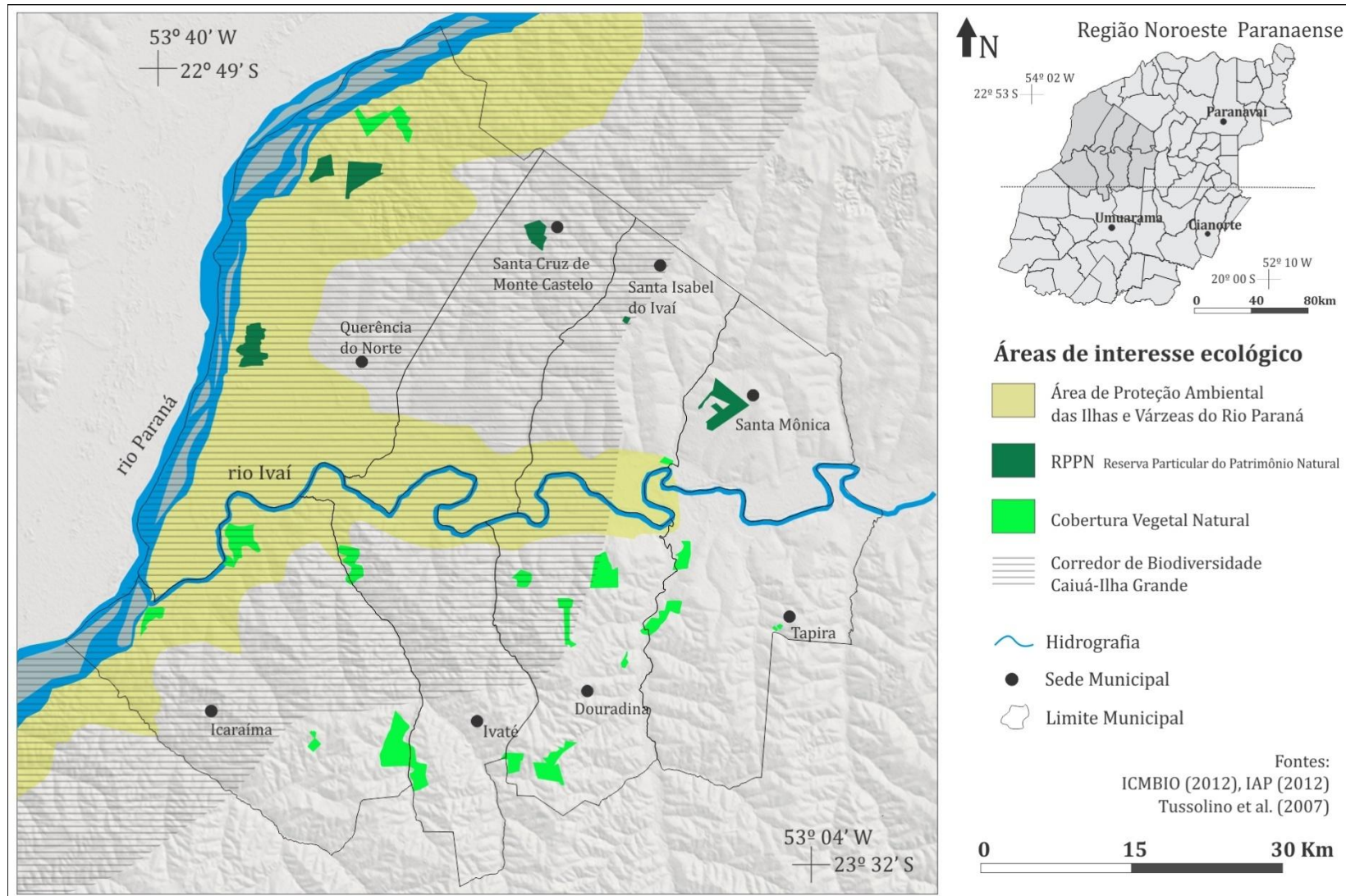


Figura 25: Mapeamento das áreas de interesse ecológico na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí
Organizado por Angelo Ricardo Marcotti

O rio Ivaí apresenta, ao longo da planície aluvial, um padrão de drenagem meândrico, com forte controle estrutural. Nesse percurso, o rio Ivaí recebe mais de 30 cursos d'água que possuem características de córregos e ribeirões, com pouca amplitude hipsométrica, resultando em poucas quedas d'água em sua hidrografia. A Figura 26 é um dos exemplos de quedas d'água encontradas na área de estudo.



Figura 26: Cachoeira do rio 215, divisa dos municípios de Ivaté e Icaraíma/PR
Fonte: RAZABONI (2010)

As declividades apresentadas na região estudada (Figura 27) demonstram o fraco desnível topográfico da região, ficando evidentes às formas planas de relevo, principalmente na área formada pela planície fluvial, variando de 0% a 6%. Nas áreas determinadas de planaltos, a declividade encaixa-se entre 6% e 12%. Nota-se, em alguns pontos específicos, uma variação de 12% a 20% e também de 20% a 30%. Essas áreas demonstram feições erosivas resultantes do uso inadequado da terra, como já evidenciado por Jabur e Santos (1984).

Em contrapartida, o desflorestamento radical e brusco neste modelo fisiográfico, aliado à sedimentação friável que capeia toda a região, determinou uma fase agressiva de erosão generalizada e irreversível, decretando um ravinamento acelerado, culminando com vossorocamentos múltiplos. (JABUR e SANTOS, 1984, p. 94).

Por outro lado, a região possui peculiaridades se comparada com outras regiões do estado compostas, em sua maioria, por áreas de declividades mais expressivas. Isso dá a região da planície um diferencial de exploração para a atividade turística.

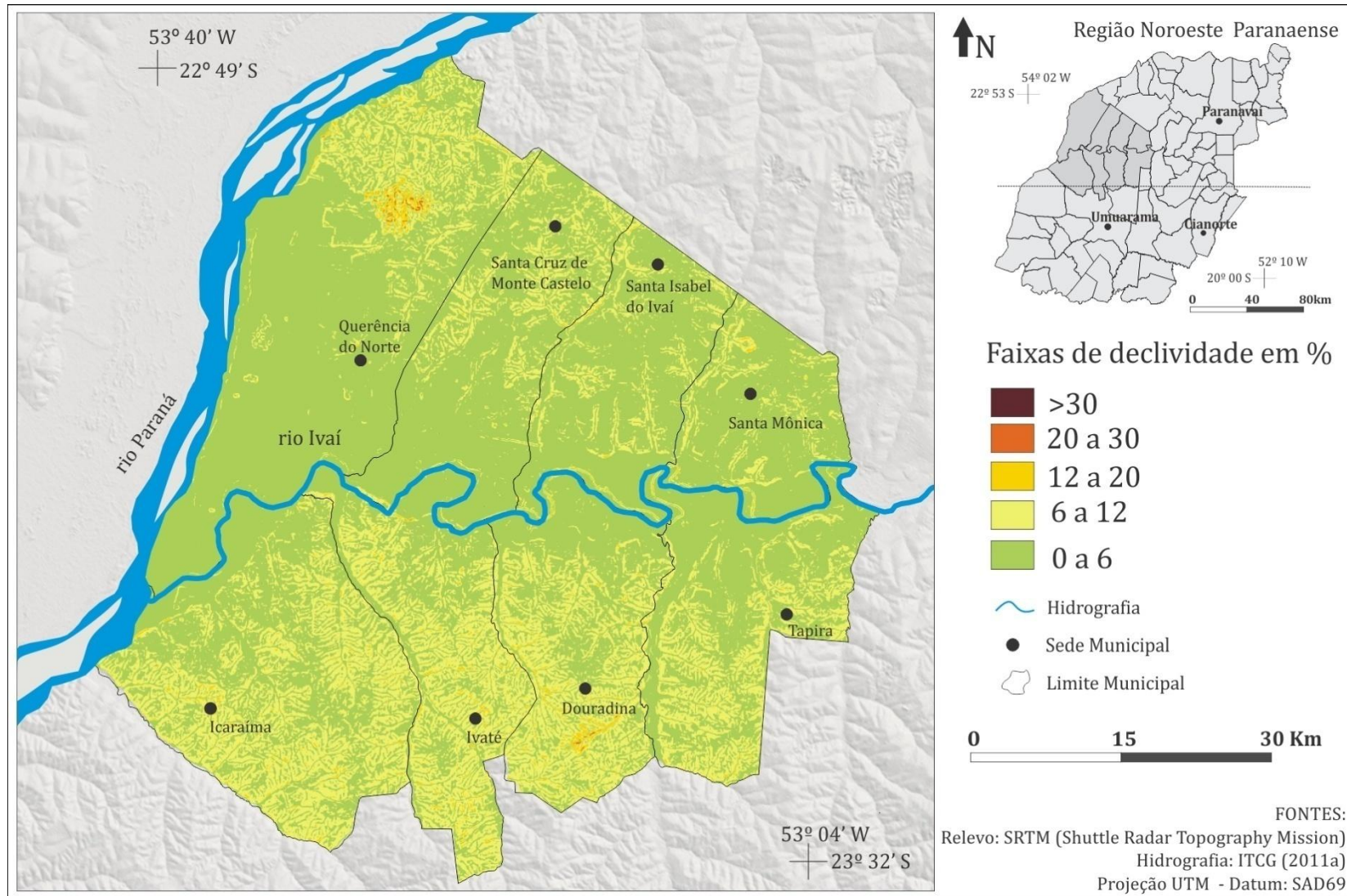


Figura 27: Carta clinográfica da região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí
Organizado por Angelo Ricardo Marcotti

O geoturismo pode ser entendido como um novo seguimento relacionado a práticas de turismo que vêm crescendo significativamente nos últimos anos. Essas práticas têm o patrimônio geológico como principal atrativo. Desta forma, é preciso entender que o conhecimento das paisagens naturais, das formações e dos afloramentos rochosos, dentre outros aspectos geológicos, é relevante para a valorização e o planejamento do turismo, uma vez que o geoturismo se preocupa com a conservação desses ambientes.

De acordo com Hose (2000), o geoturismo pode ser definido como:

[...] a disponibilização de serviços e meios interpretativos que promovem o valor e os benefícios sociais de lugares com atrativos geológicos e geomorfológicos, assegurando sua conservação, para o uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesses recreativos e de ócio. (HOSE, 2000 p. 136).

O Estado do Paraná reúne um extenso intervalo geológico, dispondo de compartimentos geológicos que vão desde o Arqueano até as formações atuais ligadas ao período Quaternário. Como exemplo de produtos turísticos consolidados, pode-se citar o parque de Vila Velha e o *Canyon* Guartelá, localizados em Ponta Grossa e Tibagi – PR, que, respectivamente, possuem características de relevo ruiforme, atraindo milhares de visitantes todos os anos.

Como já descrito anteriormente, a região estudada é formada basicamente pela Formação Caiuá, constituída por formas de relevo compreendidas na porção norte pelo Planalto de Paranaíba e na porção sul correspondente ao Planalto de Umuarama. Essas formas do relevo são representadas por uma dissecação baixa, com topos aplainados e alongados, bem como vertentes convexas. Além disso, apresenta-se na região o desenvolvimento da planície aluvial que compreende depósitos fluviais nas margens ao longo do percurso do canal do rio Ivaí, sendo marcados pela presença de diversos paleocanais, terraços, lagoas, provenientes de condições morfoclimáticas e morfogenéticas da região (Figura 28).

Para o desenvolvimento do geoturismo, a área de estudo representa um potencial geoturístico com singularidades e originalidades locais, embora não apresentem feições com grandes representatividades e beleza cênica comparadas com outras áreas do Estado. O conjunto dessas características associadas à prática de políticas públicas de investimentos em infraestrutura tende a incrementar o potencial turístico da região que pode beneficiar o aspecto socioeconômico da comunidade.

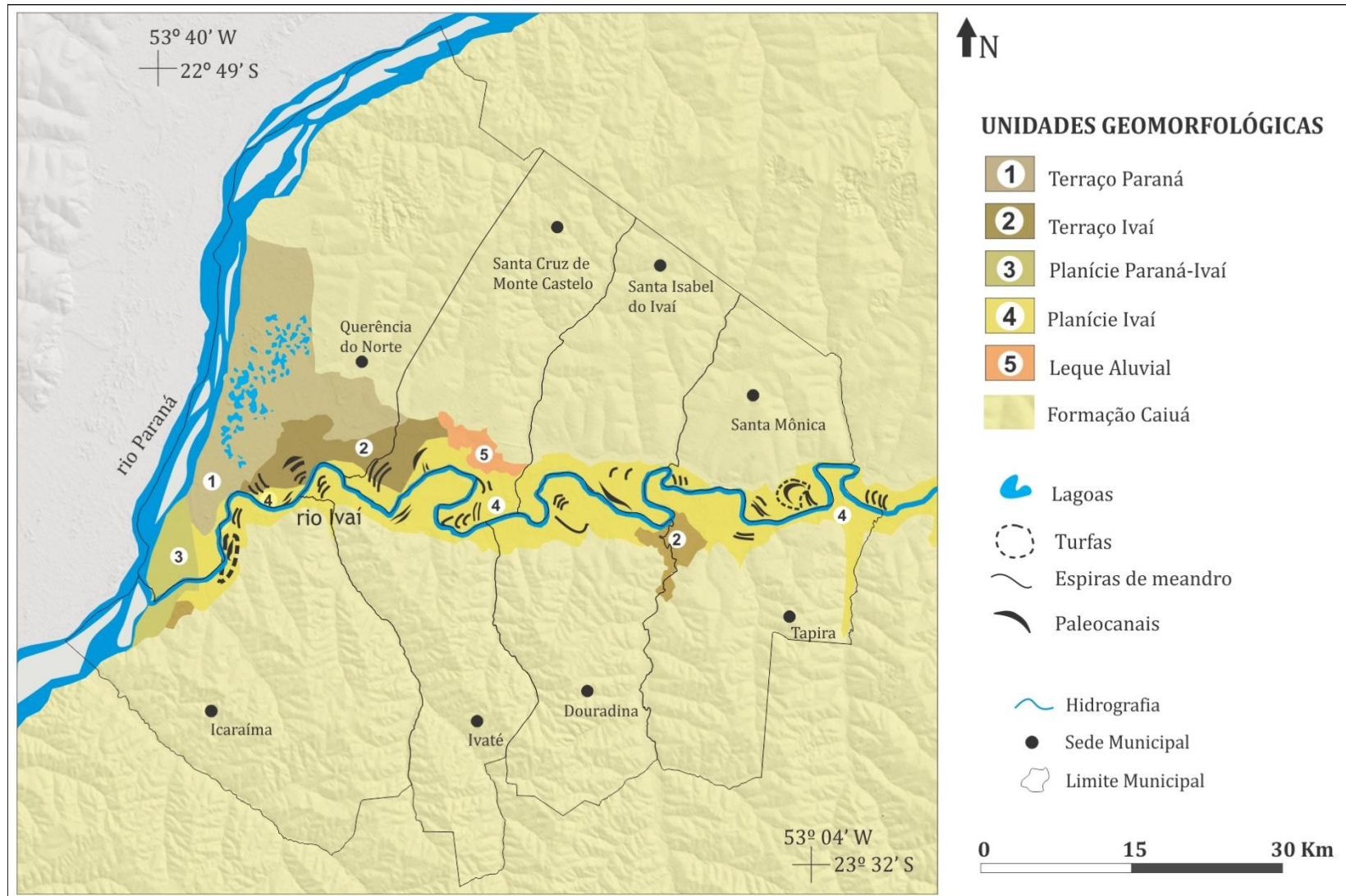


Figura 28: Mapeamento geológico e geomorfológico da planície aluvial do rio Ivaí
 Fonte: Santos et al. (2008), adaptado por Angelo Ricardo Marcotti

Com a realização do mapeamento geoambiental da área de estudo, estudo bibliográfico e trabalho de campo, partiu-se para a elaboração do zoneamento ambiental com fins turísticos. Nessa fase, buscou-se a criação de áreas com base na homogeneidade do território, levando-se em consideração a escala de trabalho dos elementos que influenciam na dinâmica da atividade turística, bem como nas atividades turísticas praticadas e potencialidades atuais e futuras. Desta forma, foram determinadas cinco zonas denominadas e descritas:

Zona de Relevância: criada levando-se em consideração as áreas de planalto, abrangendo a maior parte da área de estudo, podendo receber diversas atividades e empreendimentos turísticos em ambiente rural, conforme demonstrado na Figura 29. Incluindo-se as áreas urbanas das cidades que dispõem dos serviços e equipamentos turísticos, além do local de realização de eventos típicos. Possui áreas de possível exploração turística como as RPPN, reservas legais, atrativos histórico-culturais. As atividades econômicas predominantes estão relacionadas às pastagens e à agricultura.



Figura 29: Área de pastagem com criação de gado e fragmentos florestais no município de Santa Isabel do Ivaí/PR

Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (mar. 2012)

Zona histórico-culturais: criada levando em consideração estudos sobre a presença de povos indígenas, descobertas arqueológicas e manifestações culturais que podem ser preservadas. Os locais podem possuir potencialidade cultural quanto a esse tema, seja na forma de artesanato, festas típicas, criação de museu, visitas técnico-científicas, entre outras formas. O uso dessas áreas deve ser regulado por parcerias do poder público com proprietários de terras.

No município de Icaraíma, foi identificado um monumento em homenagem aos povos indígenas que habitavam a região (Figura 30), destacando-se como um exemplo de

resgate histórico cultural realizado pelo poder público e que se caracteriza de grande importância na configuração dos atrativos culturais potenciais da área de estudo.



Figura 30: Monumento ao Índio em Icaraíma/PR
Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (set. 2011)

Zona de fragilidade: determinada por aspectos do relevo, abrange uma área com altitudes que variam de 230 a 240 metros, submetida às inundações frequentes originadas dos rios Ivaí e Paraná (Figura 31). Desta forma, considera-se que a área possui fragilidade para a construção e o desenvolvimento de alguns empreendimentos turísticos. As atividades econômicas são formadas pela cultura do arroz e pecuária.



Figura 31: Planície nas proximidades da foz do rio Ivaí no rio Paraná
 Fonte: www.retur.com.br (2013)

Zona de recuperação natural: Foi criada levando-se em consideração o fato de possuírem formas de relevo com expressivas feições erosivas. Cada zona reúne áreas de várzea e fragmentos florestais em processo de recuperação. Em algumas partes, a atividade econômica está relacionada à pecuária.

Zona de Atratividade: determinada pela capacidade de atrair fluxo de pessoas para diversas práticas turísticas atuais e futuras. Essa área é delimitada por toda a extensão da planície aluvial, composta por depósitos aluviais que compreendem terraços e áreas de inundação dos rios Paraná e Ivaí. O rio Ivaí pode ser considerado seu principal atrativo, apresenta um padrão de drenagem meândrico, sem corredeiras, com poucas formações de barras. Sua largura pode variar entre 100 a 250 metros, sua profundidade aproximada é de seis metros, com atratividade para a realização de eventos esportivos envolvendo atividades aquáticas, pesca esportiva, passeios de barcos, lanchas, *jet-ski*. A vegetação encontrada nas margens do rio encontra-se bastante alterada, pois em alguns pontos não é respeitada a metragem legal de mata ciliar. Sobre as atividades econômicas, nota-se uma evidente ocupação pela agricultura do arroz irrigado, além de áreas de mineração, principalmente de argila.

O resultado da divisão do território é demonstrado na Figura 32 agregando as zonas turísticas para a região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí.

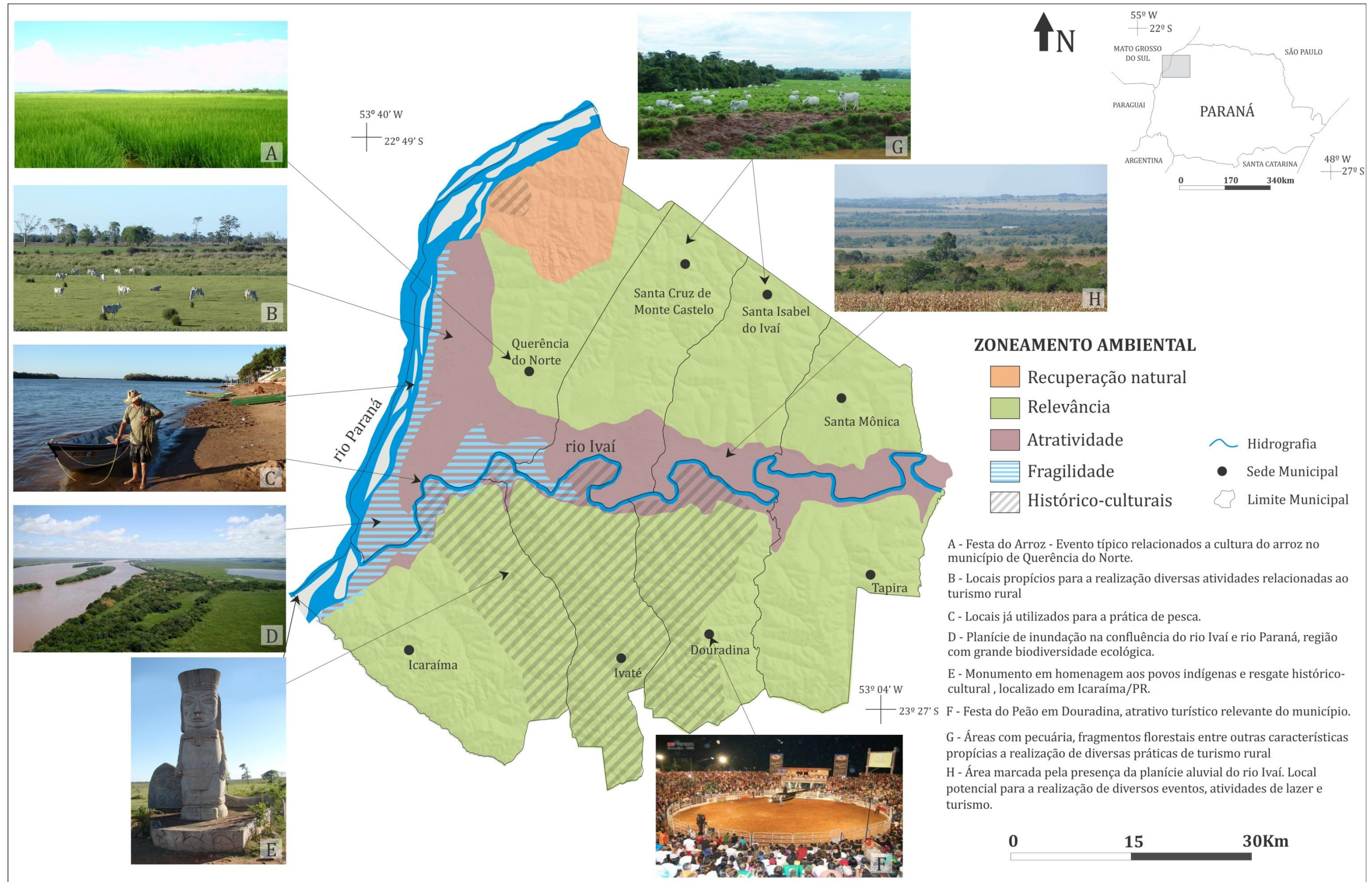


Figura 32: Zoneamento ambiental para fins turísticos na região dos municípios limieiros com na planície aluvial do rio Ivaí
Organizado por Angelo Ricardo Marcotti

O zoneamento ambiental para fins turísticos realizado pode ser compreendido e utilizado como uma orientação ao planejamento da atividade turística para a área de estudo. Além disso, são necessárias diversas ações em conjunto com todas as esferas relacionadas ao turismo, citadas nesse trabalho, para que a atividade possa se realizar de forma organizada. A utilização dos dados obtidos em campo podem ser informações relevantes na estruturação de políticas públicas do turismo a serem desenvolvidas na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o turismo seja uma das atividades econômicas com maior índice de crescimento em todo o mundo, influenciando na dinâmica das paisagens de diversas áreas, gerando riquezas em grandes e pequenas escalas, na região dos municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí esta atividade ainda não corresponde, de maneira satisfatória, com o desenvolvimento socioeconômico nos municípios estudados. As principais atividades econômicas estão relacionadas à agricultura, à indústria e ao comércio e que exercem grande influência no desenvolvimento dessas cidades, por meio de geração de empregos, relações comerciais, entre outras. O turismo não exerce ainda forte influência nas relações de deslocamento e de atração de turistas para a área de estudo.

Esse panorama também pode ser observado em grande parte dos municípios que compõem toda a região Noroeste do estado do Paraná, fato evidenciado em algumas pesquisas realizadas onde o foco principal dos estudos era o Turismo. Entende-se que, nessa região, o turismo ainda se encontra em uma fase inicial de desenvolvimento, necessitando de investimentos por meio de políticas públicas relacionadas ao tema. As pesquisas científicas representam ainda uma lacuna, que, se realizadas de forma sistematizada, podem auxiliar no desenvolvimento desta atividade.

Os procedimentos metodológicos utilizados no levantamento da potencialidade turística revelaram que o método de inventário da oferta turística proposta pelo Ministério do Turismo (2006) é padronizado para toda e qualquer localidade, tratando o turismo de forma complexa, envolvendo diversos fatores, implicando a necessidade de recortes para que pudesse contemplar e especificar a delimitação da área de estudo. A pesquisa bibliográfica e os trabalhos de campo foram essenciais para a obtenção de dados recentes em escala local, pois são dados não retratados em outras pesquisas científicas. As técnicas cartográficas auxiliaram na representação dos aspectos da paisagem da área de estudos relevantes para o uso da atividade turística.

Para pensar o turismo como uma nova forma de desenvolvimento para uma região é preciso entender que o turismo envolve diversos componentes, sejam políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais. São componentes que devem ser articulados de maneira planejada, buscando transformações de conceitos e de valores sobre a atividade turística nas esferas do poder público, da iniciativa privada e, principalmente, da população local. Nesse sentido, diversas decisões podem ser tomadas em conjunto, visando ao estímulo do

desenvolvimento da atividade turística na região dos municípios limieiros com a planície aluvial do rio Ivaí.

Embora considerem o turismo como uma atividade capaz de transformar a realidade local, a conscientização dos gestores públicos ainda se encontra em uma escala limitada, relacionada aos processos administrativos, políticos e de planejamento do turismo. Esse fato se mostrou evidente na aplicação das entrevistas para coleta de dados sobre a organização pública do turismo, principalmente nos municípios que não apresentaram secretarias, setores ou departamentos específicos. Essa fase da pesquisa se desenvolveu de forma morosa, um obstáculo que necessitou de esclarecimentos sobre a pesquisa e da própria investigação dos dados.

Os municípios de Icaraíma e Querência do Norte apresentaram um maior planejamento relacionado à atividade turística, uma vez que o poder público se organizou de maneira que foram criados setores específicos, designando cargos e funções específicas para a atividade do turismo. Conjectura-se que a organização desses municípios possa ser advinda da influência turística que o sistema fluvial do rio Paraná já exerce sobre a região, fato que pode ser comprovado em novas pesquisas.

A criação de conselhos municipais de turismo envolvendo os gestores públicos, iniciativa privada, população e entidades, poderá proporcionar o início de um processo administrativo de organização da atividade turística em nível local, gerando uma progressão nas discussões sobre o tema. As experiências de cada localidade podem ser levadas a um nível regional, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de turismo nesse nível. A elaboração do Inventário Turístico Municipal é uma proposta de planejamento também que contribui de forma significativa para auxiliar os gestores públicos e a iniciativa privada no reconhecimento das potencialidades específicas de cada localidade, além de proporcionar a conscientização da população local sobre a atividade turística.

A realização de eventos envolvendo variados temas, como meio ambiente, agricultura, esportes, educação ambiental, entre outros, pode ser utilizado como forma de ação para o fomento das primeiras práticas de turismo a serem desenvolvidas nas diferentes zonas estabelecidas nessa pesquisa. A elaboração de uma agenda de eventos regional auxiliará o poder público local, promotores e organizadores dos eventos no respectivo planejamento, identificando e estimulando o *marketing* desses eventos em nível regional e estadual.

A parceria que pode ser realizada entre os municípios junto à RETUR também é avaliada de forma positiva, uma vez que pode contribuir para a conscientização dos agentes

envolvidos no processo turístico. Desta forma, acredita-se que haja uma facilitação para que a RETUR possa desenvolver projetos que visem ao estabelecimento de competências para o desenvolvimento da atividade turística. Entre as ações está a realização de eventos técnicos sobre o turismo, como palestras, oficinas, cursos de capacitação gerencial e fortalecimento entre as parcerias do poder público e iniciativa privada, além de orientações para a abertura de empreendimentos e de atividades relacionadas ao turismo. A RETUR pode auxiliar também os municípios na elaboração de projetos que visem à aquisição de investimentos e de políticas públicas voltadas para o setor do turismo.

Sobre as potencialidades dos aspectos ambientais da área de estudo, entende-se que, embora as áreas de cobertura florestal natural se apresentem em limitadas quantidades, elas podem ser utilizadas de diversas formas (práticas educacionais, esportivas e de lazer, ou criação de trilhas ecológicas), inicialmente para a população local. Essas áreas podem ser inseridas em diversos roteiros turísticos regionais, proporcionando a transmissão de conhecimentos, uma vez que esses fragmentos florestais conservam uma diversidade biológica de espécies animais e vegetais. Para que isso ocorra de maneira planejada é importante a parceria dos proprietários das áreas com o poder público municipal e instituições de ensino, visando à elaboração de planos de manejo dessas áreas, com a possibilidade de inserção de atividades de turismo e de lazer como opção de uso.

O rio Ivaí possui uma significativa potencialidade, que pode ser explorada para a realização de diversos eventos temáticos, como eventos esportivos, sobre meio ambiente, torneios de pesca, práticas de educação ambiental, entre outras que já vêm sendo realizadas, como o *Rally* Fluvial. Por não possuir grandes alterações em seu percurso natural, como represamentos para usinas hidrelétricas, o rio Ivaí possui um diferencial de outros rios da região. Esses eventos podem, em sua maioria, ser estimulados pelo poder público com divulgação local e regional.

Durante a realização da pesquisa, obteve-se o aperfeiçoamento sobre a importância que a Geografia possui frente aos estudos relacionados ao Turismo, na medida em que contribui para o entendimento e a compreensão da interdisciplinaridade e a participação do turismo na dinâmica de produção do espaço geográfico, elucidando aspectos da paisagem propícios para exploração turística, bem como a restrição de áreas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. V. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 233 p.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 125 p.
- AZARIAS, F. F. **A atividade turística e sua territorialidade no espaço rural da AMUSEP, norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2011. 130 p.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação do turismo**. 13ª ed rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2003. 163 p.
- BENEVIDES, I. P. O turismo e seu planejamento governamental no Ceará. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza, CE: FUNECE, 2003. p. 50-69.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 7ª ed. São Paulo: SENAC, 2002. 512 p.
- BRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do Norte do Paraná como Frente da Expansão e a Frente Pioneira. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico 2**. Londrina, PR: Humanidades, 2007, p. 141-200.
- BRASIL. Decreto n. 5.786, de 30 de set. 1997. **Lex**: Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: D. O.U. de 1º/10/1997, p. 21.816
- BOULLÓN, R. C. **Os municípios turísticos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 278 p.
- BUSNARDO, E., VOITCH, G. O fim de um povo paranaense: os últimos Xetás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 87, n 27.521. p. 19-20, 6 mar. 2005.
- CANASAT/INPE. **Mapa do cultivo**. 2012. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/mapdsr>>. Acesso em: 5/6/2012 e 6/6/2012.
- CARVALHO, M. S. Os mitos da Reforma Agrária e da Geada no Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; SALVI, R. F.; ARCHELA, R. S. (Org.). **Dimensões do espaço paranaense**. 1. ed. Londrina, PR: UEL, 2002. v. 1, p. 59-76.
- CARVALHO, M. S. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Revista Geografia (LONDRINA)** v. 8, n. 2, p. 135-141, 1999.
- CASTRO, N. A. R. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa**. 2006. 311 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CODESUL/IPARDES. **Subdivisão, posse, uso da terra no Paraná**. Curitiba, PR: IPARDES, 1976. 218 p.

COREL CORPORATION. **CORELDRAW X6**. Versão 16.0.0.17. 2012

COSTA, M. A. F.; RIBEIRO, W. O.; TAVARES, M. G. da C. O turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 03, n. 6, p. 33-42, 2004.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; CLACSO, M. L. S. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. p. 337-350

CORIOLOANO, L. N.. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; CLACSO, M. L. S. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006. p. 367-378.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. 93 p.

DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO (DSG). **Carta Topográfica**. Folha Icaraíma, SF.22-Y-C-I. MI – 2753. 2ª impr., Brasília. 1981a.

DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO (DSG). **Carta Topográfica**. Folha Tapira, SF.22-Y-C-I. MI – 2754, 2ª impr., Brasília. 1981b.

DOURADINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA. **A cidade**. 2012. Disponível em: <http://www.douradina.pr.gov.br/institucional/douradina_parana/1>. Acesso em: 30 ago. 2012.

ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2006. 505 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Mapa de solos do estado do Paraná**. Rio de Janeiro, 2007. Folhas MI – 495, MI – 494.

FERNANDES, M. C.; MENEZES, P. M. L.; SILVA, M. V. L. C. Cartografia e turismo: discussão de conceitos aplicados às necessidades da cartografia turística. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 60, 2008. p. 1-8.

FRANCISCHETT, M. N. **A cartografia no ensino de geografia: a aprendizagem mediada**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2004. 198 p.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia** – Ano. II – n. 4, p. 121-133, 2000.

FIORI, A. P. Metodologias de cartografia geoambiental. In: **Anais**. 5º Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental. São Carlos (SP), 2004.

GÂNDARA, J. M. G.; TORRES, E.; LEFROU, D. A participação de todos os atores no processo turístico. **IBCDTur – Revista Virtual de Direito e Turismo**, vol. 5, p. 65-89, 2005.

GODINHO, R. G.; OLIVEIRA, I. J. de. A cartografia aplicada ao planejamento do turismo. **Boletim Goiano de Geografia. Goiânia**, v. 30, n. 1, p. 107-122, jan./jun. 2010.

GOOGLE - Earth/DigitalGlobe. 2005 **Mapas**. Disponível em: <<http://goo.gl/maps/UQ8Ax>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

GLOBAL MAPPER. v.11.00. 2002-2009

HARACENKO, A. A. de S. **Colonização, reforma agrária e impactos socioambientais em Querência do Norte**: estudo de uma área de conflito. 2002. 181 f. Dissertação de mestrado Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

HARACENKO, A. A. de S. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção de novas territorialidades camponesas**. São Paulo: 2007, 627 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HOSE, T. A. Geoturismo europeo. Interpretación geológica y promoción de la conservación geológica para turistas. In: **Patrimonio geológico: conservación y gestión**. BARRETINO, D; WINBLETON, W.A.P; GALLEGU, E. (eds). Instituto Tecnológico Geominero de España, Madrid. 2000. 212 p.

HOTEL PORTO CAMARGO. **Playground com Piscina**. 2012 Disponível em <http://www.hotelportocamargo.com.br/?page_id=51> acessado em jan. 2012

HOTEL ARENITO. **Exterior**. 2012 Disponível em <<http://www.hotelarenito.com.br/>> acessado em jan. 2012

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). **Boletins climatológicos das estações meteorológicas da região noroeste do Estado do Paraná**. Série Histórica de 1976 a 2011. Recebido por e-mail em 13/01/2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Atlas da biodiversidade brasileira**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://mapas.icmbio.gov.br/i3geo/icmbio/atlas/dibio/especies/home.html?bja1h2efg551av8uttsknievj5>> acessado em: 18 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, v. 31, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2010a. **Cidades: Icaraíma/PR**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410990&search=parana|icaraima#historico>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2010b. **Cidades: Douradina/PR**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410725&search=parana|douradina#historico>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2012 **Censo Demográfico**: 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=censoagropecu%20ario&titulo=Censo%20Agropecu%20rio%201960-2007>. Acesso em: 18 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamentos agropecuários**: 1970, 1975, 1980, 1996, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=censoagropecu%20ario&titulo=Censo%20Agropecu%20rio%201960-2007>. Acesso em: 30 ago. 2011.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Bacias hidrográficas - Estado do Paraná**. Curitiba. 2008a.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Mapa fitogeográfico do Paraná**. Curitiba. 2008b.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Mapa da presença indígena no Estado do Paraná**. Curitiba. 2009.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Mapa das bacias hidrográficas do Estado do Paraná**. Curitiba. 2011a.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Divisões políticas do Estado do Paraná**. Curitiba. 2011b.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2012. **Cadernos Estatísticos. Municípios de Douradina, Icaraíma, Ivaté, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Tapira**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29> acesso em jul. 2012.

JABUR.C. J.; SANTOS, M. L. dos. Revisão estratigráfica da Formação Caiuá. **Boletim de Geografia, UEM**, ano 2, nº 2, p. 91-106, jan. 1984.

KÖPPEN, W. **Climatologia**. Con un estudio de los climas de la Tierra. FCE, México. 1948. 479 p.

LOPEZ, A. P. A.; PENTEADO, M. V.; NASCIMENTO, L. M. do. Norte do Paraná sob vigilância: mapeamento e digitalização de fotografias produzidas pela DOPS-PR referentes à região Norte do Estado. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 13, p. 109-123, maio 2008.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: BADEP/UFPR/IBPT. 1981. 350 p.

MAACK, R. **Mapa fitogeográfico do estado do Paraná**. Curitiba, 1950.

MARCOTTI, A. R.; MARCOTTI, T. C. B. Contribuições de estudos geográficos para a análise dos atrativos turísticos no rio Ligeiro-PR. In: **VII Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas – ENPPEX**. Campo Mourão, 2011. p. 1-18.

MARTINELLI, M. Cartografia do turismo: que cartografia é essa? In: LEMOS, I. G. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 296-302.

MEIRELLES, G.. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: STS,1999. 217 p.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. do C. Cartografia turística: novos conceitos e antigas concepções. In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia, 21, 2003, Belo Horizonte. **Anais do XXI Congresso Brasileiro De Cartografia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 1-8.

MINERAIS DO PARANÁ (MINEROPAR). **Mapa geológico do estado do Paraná**. Curitiba. 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Projeto de Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 38 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil**. Ministério do Turismo: produtos turísticos. Brasília: 2004.

MOTA, L. T. **As guerras dos Índios Kaigang**: a história épica dos índios Kaigangs no Paraná (1769 – 1924). Maringá: Eduem, 1994. 275 p.

MORO, D. A.; TEIXEIRA, W. A. Diagnóstico técnico do impacto ambiental no meio antrópico para o projeto de irrigação e drenagem no Baixo Ivaí. **Boletim de Geografia, Maringá**: UEM, v. 7, n. 1, p. 5-16, set. 1989.

MORO, D. A. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 353 f. Doutorado. Rio Claro: UNESP, 1991.

NETO, D. Protocolo Ivaí – Compromissos com o Futuro Sustentável. **Diniz Neto – Informações e idéias**. Maringá, 19 de abr. de 2013 Disponível em <<http://blogs.odiaradio.com/dinizneto/2013/04/19/protocolo-ivai-compromissos-com-o-futuro-sustentavel/>> acessado em: 21 de abr. 2013.

NICOLAS, D. H. Elementos para uma análise sociogeográfica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 5-19 (cap. 1).

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Barômetro mundial do turismo**. Advance release, january 2011. Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom11_advance_january_en_excerpt.pdf>.

OLIVEIRA, I. J. de. A cartografia aplicada ao planejamento do turismo. **Boletim Goiano de Geografia. Goiânia – GO**. Vol. 25, n. 1-2, p. 29-46, jan./dez. 2005.

OLIVEIRA, I. J. de; MARTINELLI, M. O mapa geoambiental como subsídio à interpretação do patrimônio natural na atividade turística. In: **Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Universidade Federal de Viçosa, jul. 2009.

PAIVA, A. P.; VARGAS, H. G. Os agentes produtores e consumidores do “espaço turístico” In: III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidadania. **Anais**. São Paulo, 2010.

PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Orientação para gestão municipal do turismo** - guia prático para dirigentes públicos municipais de turismo. Curitiba, 2008. 100 p. a

PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de desenvolvimento do turismo no Paraná**, Curitiba, 2008. 41 p. b

PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Política de desenvolvimento urbano e regional do Paraná**, Curitiba, 2006. 95 p. c

PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Planos regionais de desenvolvimento estratégico para o Estado do Paraná**, Curitiba, 2006. 86 p. b

PASSOS, M. M. dos; AMORIM, M. C. de C. T.; SILVEIRA, L. M. da; NETO, J. L. S. Clima e organização do espaço no noroeste do Paraná - Brasil. In: **Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Universidade Federal de Viçosa, jul. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2013 Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>

RAZABONI, I. **RIO 215 CACHOEIRA IVATÉ PR BRASIL**. Fotografia, color. 2010. Disponível em: < <https://ssl.panoramio.com/photo/36767133> > acesso em 20 jan. de 2012.

ROBAINA, L. E. S. Zoneamentos geoambientais no oeste do Rio Grande do Sul: ferramentas para planejamento e gestão. In: COSTA, B. P. da; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. (Orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. p. 180-193.

ROMARIZ, D. A. Mapa da vegetação original do estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 597-611, out./dez. 1953.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 8, 1994. p. 63-74.

RUSCHMANN, D. van der M. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 1997. 199 p.

SANTA ISABEL DO IVAÍ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ. **A cidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.santaisabeldoivai.pr.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 1. ed. 1978; 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, L. J. C., OKA-FIORI, C.; CANALI, N. E.; FIORI, A. P.; SILVEIRA, C. T.; SILVA, J. M. F.; ROSS, J. L. S. 2006. Mapeamento Geomorfológico do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Ano 7, nº 2, p. 3-12, 2006.

SANTOS, M. L.; STEVAUX, J. C.; GASPARETTO, N. V. L.; SOUZA FILHO, E. E. Geologia e geomorfologia do rio Ivaí em seu curso inferior. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.1, 2008. p. 23-34.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA NO PARANÁ. **Diagnóstico turístico e propostas de desenvolvimento - região turística Corredores das Águas – Noroeste Paraná**. Maringá, 2011. 189 p.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ – SETU. **Plano de desenvolvimento do turismo do Paraná 2008 – 2011**. 2ª ed. Curitiba, 2008. 41 p.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ – SETU. **Orientação para Gestão Municipal do Turismo**. Curitiba, PR: SETU, 2005. 100 p.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ – SETU. **Política Estadual de Turismo 2003-2007**. Curitiba: SETU, 2003. 100 p. a

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ – SETU. 2012. **Estatísticas do Turismo**. Curitiba: SETU, 2012. Disponível em: http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/DadosParana2006_2011.pdf. Acesso em: nov. 2012.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ – SETR-PR. **Mapa rodoviário do Estado do Paraná**. Curitiba, 2003.

SERRA, E. A reforma agrária e o movimento camponês no Paraná. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 1992. Maringá, **Anais**. Maringá. p. 108-138, 1992.

SERRA, E. **Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto**. 2009a. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6247_Serra_Elpidio.pdf>.

SERRA, E. **Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná**. 2009b. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6246_Serra_Elpidio.pdf>.

SERRA, E. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. In: **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.

SILVA, C. A.; PEREZ FILHO, A. Geografia, turismo e análise sistêmica. In: VITTE, Antonio Carlos (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 253-290.

SILVA, C. A.. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. Ano de obtenção: 2006. 270 f. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas,SP.: 2006.

SOARES, J. G.; CARDOZO, P. F. Uma reflexão acerca da avaliação de potencial turístico: sua relevância para o planejamento do turismo, e a carência destes estudos no âmbito público municipal. **Revista Partes**. (on-line) 2009.

SOARES, J. G.; CARDOZO, P. F. Metodologia para aferimento de potencialidade turística: um estudo de caso. **Revista Espaço Acadêmico**. v. 11, n. 128, p. 171-179, 2012.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2002. 408p.

TAPIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA. **Histórico do Município de Tapira**. 2012. Disponível em: <<http://www.tapira.pr.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100141373>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

TEIXEIRA, J. C. **O turismo e o mundo do campesinato na mesorregião centro-ocidental paranaense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2011. 135 p.

TRENTIN, R.; ROBAINA, L. E. de. S. Metodologia para mapeamento geoambiental no oeste do Rio Grande do Sul. In: **XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. USP 2005. p. 3606-3615.

TUSSOLINO, M. G. P; SCHAITZA, E. G; SIQUEIRA, J. D. P.; SAYAMA C.; MORATO, S. A. A. ULANDOWSKI, L. K. M. A. CAVILHA, M. R. **Resumo executivo da avaliação ecológica rápida do Corredor Iguçu-Paraná**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2007. 48 p. Disponível em: <<http://www.prbiobiodiversidade.pr.gov.br/modules/biblioteca/uploads/livreto-iguacu.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

VEDOVELLO, R. Aplicações da cartografia geotécnica e geoambiental no planejamento urbano. In: **Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental**, São Carlos, SP, ABGE, 2004.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. In: **Boletim da Universidade Federal do Paraná n° 7**. Curitiba: UFPR, 1968. 52 p.

YOKOO, E. N. **Terra de negócio: estudo da colonização no oeste paranaense**. 2002. 177 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

ZUQUETTE, L.V.; NAKAZAWA, V. A. Cartas de geologia de engenharia. In: OLIVEIRA, A. M. S. & BRITO, S. N. A. (Eds.). **Geologia de engenharia**. São Paulo: ABGE, 1998. p. 283-300 (cap. 17).

ANEXO

ANEXO A – Pluviosidade média (mm) histórica em municípios lindeiros com a planície aluvial do rio Ivaí – 1976 a 2011

ESTAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	MÉDIA(mm)
DOURADINA	170.2	150.9	105	103.3	112.1	78.3	55.5	61.6	116	154.3	134.8	172.3	1414.88
ICARAIMA	151.2	134.4	109.1	108.8	118.6	79.7	57.8	60.0	116.9	157	127	173.2	1394.40
IVATÉ	172.2	155	113.3	96.1	50.8	67	51.2	59.3	111.8	163.2	117.6	161	1319.27
QUERÊNCIA DO NORTE	174.9	122.1	44.7	97.2	105.6	75.5	48.7	64.7	98.1	157.8	109.9	131.7	1231.36
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	184.6	155.8	121.1	99.2	115.2	78.2	60.7	58.2	120.3	160	119.6	173.7	1447.21
SANTA MÔNICA	169	152.9	91.8	43.7	112.4	79.5	58.3	60.8	114.4	157.2	126.2	162.7	1329.46
TAPIRA	211.6	36.1	89.8	80.4	82.5	63.5	82.9	66.3	85.8	179.9	122.8	154.5	1256.72

Fonte: IAPAR (2012), organizado por Angelo Ricardo Marcotti

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE ENTREVISTA APLICADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE REGIONAL E AMBIENTAL**



ENTREVISTA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

DATA: ____ / ____ / ____.

PREFEITO MUNICIPAL: _____

RESPONSÁVEL PELA ENTREVISTA: _____

1 – O MUNICÍPIO POSSUI ALGUMA SECRETARIA, DIREÇÃO OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE TURÍSTICA?

2 – O MUNICÍPIO JÁ ELABOROU O INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA?

3 – O MUNICÍPIO TEM PARTICIPADO DE ALGUM PLANO REGIONAL DO TURISMO?

4 – O MUNICÍPIO TEM PARTICIPADO DE ALGUM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO?

5 - O PODER PÚBLICO TEM CONHECIMENTO DE ALGUMA PRÁTICA DE TURISMO NO RIO IVAÍ?

6 – O PODER PÚBLICO RECONHECE QUE A ATIVIDADE TURÍSTICA PODE TRANSFORMAR A REALIDADE LOCAL?

APÊNDICE B – Avaliação dos serviços e equipamentos turísticos na região dos municípios limieiros com a planície aluvial do rio Ivaí

		Douradina	Icaraíma	Ivaté	Querência do Norte	Santa Cruz de Monte Castelo	Santa Isabel do Ivaí	Santa Mônica	Tapira
1 - ORGANIZAÇÃO TURÍSTICA	Secretarias, Inventário da Oferta Turística, Plano ou Projeto Regional.	0	2	0	4	2	2	0	2
2 - INFRAESTRUTURA DE APOIO	Meios de acesso ao município	2	2	2	1	2	2	2	2
3 - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	Meios de Hospedagem	1	2	2	2	2	3	1	1
	Gastronomia	2	3	3	3	2	4	2	2
	Agenciamento	1	0	0	0	0	0	0	1
	Transportes	3	2	3	2	2	2	1	1
	Eventos	3	2	0	2	1	2	1	2
4 - ATRATIVOS	Eventos Permanentes	3	3	2	2	1	4	1	3
PONTUAÇÃO GERAL		15	16	12	16	12	18	8	14

Fonte: Angelo Ricardo Marcotti (abr. 2012)

0 – Inexistente; 1- Inadequado; 2- Precário; 3 - Razoável; 4 - Bom; 5 - Excelente.